



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
CURSO DE DOUTORADO**

**MARCELO HENRIQUE DA COSTA**

**OS FILHOS DA CAUSA**

**Rio de Janeiro  
Setembro de 2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**MARCELO HENRIQUE DA COSTA**

**OS FILHOS DA CAUSA**

Tese apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutor ao  
Programa de Pós-graduação em Psicologia  
Social da Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro

**Rio de Janeiro  
Setembro de 2009**

**Para minha família no exílio: Alcir, Flora e Cláudia.**

**Para João e Eloise e quem mais vier.**

**Para Almir Henrique da Costa Filho, meu irmão-primo, testemunha maior de minha vida, uma parte da memória que perdi.**

**Para o Grupo Tortura Nunca Mais / RJ, pela memória de muitos.**

## Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, professor Ricardo Vieiralves de Castro, pela aprendizagem que tem sido poder conviver com ele nos últimos dezesseis anos;

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, por todos os ensinamentos nestes anos, em especial ao professor Celso Sá, a quem muito devo;

Agradeço à Uerj, que aprendi a amar como minha casa;

Agradeço à minha família pelo apoio irrestrito;

Agradeço aos meus amigos, Sérgio, Fernando e Zuza, tão somente pela amizade;

Agradeço o apoio e a compreensão de meus companheiros de trabalho, na Secretaria de Educação de Niterói, no Museu da República, Escola do Legislativo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário do Rio de Janeiro;

Agradeço aos meus alunos, por todo o aprendizado e incentivo, nesses anos em sala de aula;

Agradeço a Sérgio Machado pela ajuda com as transcrições das entrevistas gravadas;

Agradeço às “informantes do bem”: Cecília e Fernandinha, sem as quais não teria tido acesso facilitado aos entrevistados;

Agradeço especialmente aos entrevistados, “filhos da causa”, que de peito aberto, mostraram lembranças, nostalgia, boas recordações e cicatrizes, com a franqueza que só os muito corajosos se permitem.

*O horripilante em regimes totalitários é não apenas a violação da dignidade humana, mas o medo de que possa não restar ninguém que possa dar testemunho do passado. A evocação feita por Orwell desta forma de governo é precisa não apenas na sua apreensão deste estado de amnésia coletiva. Contudo mais tarde sempre acontece – na realidade, se não em 1984 – que houve pessoas que se deram conta de que a luta dos cidadãos contra o poder do estado é a luta de sua memória contra o esquecimento forçado, aqueles que fizeram seu objetivo desde o início não apenas salvarem-se, mas também sobreviver como testemunhas para as gerações futuras, de se tornarem recordadores implacáveis: os nomes de Solzhenitsyn e Wiesel devem permanecer para muitos. Nestas circunstâncias, seus escritos de história oposicionista é não apenas uma prática de reconstrução histórica; mas precisamente porque são exatamente isto, eles preservam a memória social de grupos cuja voz estaria de outra forma silenciada (Connerton, 2003, p.12).*

COSTA, Marcelo Henrique da. *Os filhos da Causa* 135 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

## Resumo

A perseguição política decorrente da ditadura militar, principalmente entre 1964 e 1979 no Brasil, obrigou muitos ativistas políticos a buscar exílio em terras estrangeiras. Em especial, depois do Ato Institucional nº 5, centenas de brasileiros tiveram que deixar o país, pois corriam risco de serem presos, torturados e, em diversos casos, assassinados. Em uma viagem decidida às pressas, levavam seus filhos ainda crianças, para o exílio, mudando suas vidas. Este estudo pretende entender quem foram essas crianças, “filhas da causa”, que partiram com seus pais e que memórias possuem daquele conturbado período. Tendo como referência a Psicologia Social, e estabelecendo diálogo com outros “saberes”, buscou-se entender que memórias foram construídas e qual nível de compartilhamento intersubjetivo foi produzido entre os diferentes indivíduos. Dezoito sujeitos foram entrevistados, a partir de um roteiro semi-estruturado. Foram investigadas as lembranças decorrentes da saída do país para viver no exílio, a chegada e a adaptação ao país de exílio, a volta ao Brasil, e a avaliação global sobre o exílio e a escolha política dos pais. Através da análise de conteúdo, buscou-se articular as falas dos diversos entrevistados a procura de convergências e compartilhamento nos discursos dos sujeitos. A partir da perspectiva do campo da Memória Social, que tem em Maurice Halbwachs sua maior referência teórica, realizou-se a articulação de fragmentos de discursos dos sujeitos entrevistados em busca de sentidos comuns, construídos a partir das memórias infantis sobre o período do exílio.

Palavras-chave: exílio, memória social, compartilhamento intersubjetivo.

## Abstract

The political 'witch hunt' consequent from the Brazilian military dictatorship (between 1964-1979) has obligated lots of militants to leave Brazil and look for exile in foreign countries. Especially after the 'Ato Institucional #5' hundreds of Brazilians had to leave their homes because they were in danger of being arrested, or physically tortured, or even worse: being wildly killed. After setting up a trip in a hurry, they would take their children - such young children at the moment - with them to overseas, changing their lives for good.

This study intends to investigate who those children were, the 'filhos da causa' and which memories they have about that eventful period of the Brazilian history. Based on Social Psychology theories - and some other knowledge areas as well - we tried to understand how those memories were 'built' and how much intersubjective partaking was produced by a random of different individuals. A partially structured script was developed to interview eighteen people about their memories, from leaving the country in such a difficult moment to arrive in a different place and the setting in process, as well as coming back to Brazil and their opinions about the experience and about their relatives' choices. Being supported by the rhetorical analysis theories, we also tried to join people's accounts together to look for convergencies and partaking in their speech. From the Social Memory, where Maurice Halbwachs is the greatest reference, we've tried to link some snippets to find out common gists, built from childhood memories about the exile.

Key words: exile, social memory, intersubjective partaking.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – MEMÓRIA, EXÍLIO E CONTEXTO: O REGIME MILITAR (1964 – 1985).....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II – CIÊNCIAS HUMANAS E MEMÓRIA SOCIAL: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DOS DEPOIMENTOS DE FILHOS DE EXILADOS DURANTE O REGIME MILITAR .....</b>	<b>35</b>
<b>A memória como campo de estudos psicossociais.....</b>	<b>35</b>
<b>Psicologia Social e memória.....</b>	<b>55</b>
<b>CAPÍTULO III – AS MEMÓRIAS DOS FILHOS DA CAUSA .....</b>	<b>62</b>
<b>A saída do Brasil e os preparativos para o exílio.....</b>	<b>71</b>
<b>Memórias da vida no exílio .....</b>	<b>79</b>
<b>O retorno do exílio.....</b>	<b>84</b>
<b>Os filhos avaliam o exílio.....</b>	<b>87</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO 1: Cronograma dos acontecimentos políticos 1964 – 1979 .....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO 2: Principais dados quantitativos extraídos das dezoito entrevistas</b>	<b>131</b>

## INTRODUÇÃO

Tornou-se lugar-comum afirmar que o brasileiro não tem memória. A cada novo escândalo político, envolvendo, por exemplo, eminentes figuras públicas, alguém argumentará que em breve tudo será esquecido e que a tal autoridade envolvida na pretensa ‘falcatrua’ logo será reconduzida pelo povo (esquecido) para mais um mandato, afinal, “brasileiro não tem memória”. Em um país com fama de esquecido, estudos atuais sobre a memória ainda são insuficientes para dar conta da enorme lacuna existente, diante da demanda de fatos e períodos históricos que precisam ser revisitados.

Os regimes autoritários e totalitários, no seu afã de produzir esquecimento, vão deixando atrás de si um trajeto de dor que, paradoxalmente, é justamente o principal elemento que mantém viva a memória que eles pretendem apagar. Aqui não se trata de lidar com as evidências objetivas, com os quais o historiador exerce seu ofício - mas com a realidade viva (e por isso mesmo única e múltipla), que se perpetua ao ser comunicada e que encontra sentido nesta mesma transmissão.

Isto foi muito importante para o trabalho desenvolvido. Entrevistando os filhos dos perseguidos do Regime Militar de 64 que se exilaram, à procura das memórias, foi necessário lidar com duas emoções distintas: a sentida pelo indivíduo quando os fatos ocorreram em sua infância e a emoção de rememorar-los, durante a entrevista. Ao lembrar, o sujeito lembra os fatos e lembra como se sentiu emocionalmente na ocasião. A lembrança das emoções também passa pelos “crivos” do tempo. Lembrar as emoções trinta e cinco ou quarenta anos depois é na verdade reconstruir, agora, a memória do sentimento remoto. Este fenômeno ocorreu nas entrevistas. Os sujeitos contavam os fatos e diziam como acreditavam terem se sentido emocionalmente durante o ocorrido.

A lembrança (e o esquecimento) em situações que envolvem dor ganhou importância especialmente depois do Holocausto. Diversas histórias do Holocausto e das ditaduras sul-americanas têm, infelizmente, grandes coincidências. Assim como os judeus acusaram os nazistas de crimes contra a humanidade, não toleráveis nem em uma guerra mundial, após as ditaduras sul-americanas ruírem, um grande número de vítimas da violência organizada do Estado acusaram os governos militares de atrocidades. Assim como os judeus, os atingidos pelo terror de Estado no nosso continente narraram publicamente o que lhes havia acontecido, quando ocorreu e quem foram os responsáveis. Pinochet e os generais argentinos terminaram

seus dias lutando pela liberdade enquanto suas imagens de sangrentos ditadores eram expostas.

Na Argentina, depois de uma longa ditadura, alguns grupos de direitos humanos passaram a procurar os ex-torturadores, identificar sua identidade atual e fazer um ato de “lembrança forçada”: colocar um carro de som na frente da casa do indivíduo, mobilizar vizinhos, familiares, comerciantes, contando quem é aquele ‘pacato sujeito’, o que ele fez com outras pessoas. Onde o silêncio e a falta de memória imperam, a lembrança, mesmo que forçada, produz um outro pensamento social sobre o tema.

Permitir o lembrar, portanto, mais do que solução para um problema afetivo dos “atingidos”<sup>1</sup>, é um imperativo ético, trata-se de permitir que outras gerações saibam do acontecido e possam formar juízo sobre ele.

Depois de acordar de um terrível pesadelo, Primo Levi – destacado autor de memórias sobre o Holocausto – foi contar aos seus colegas de Auschwitz o que o apavorou: no sonho, ele não se encontrava mais preso no campo de concentração, e em liberdade, tentava contar para as outras pessoas o que lhe havia ocorrido, mas não lhe davam atenção. O que apavorava Primo Levi não eram os horrores do Holocausto, mas não ser escutado, não ser levado a sério no relato de suas memórias de dor. Químico de profissão, o que lhe salvou a vida em Auschwitz, Levi disse diversas vezes que não falava por ele, mas por todos aqueles que não puderam fazê-lo. Memória viva do Holocausto, Primo Levi suicidou-se quando o Mal de Alzheimer lhe roubava a memória. A doença não poderia fazer aquilo que os nazistas não conseguiram.

Não bastava a Primo Levi ter suas “próprias memórias”, era necessário que estas fossem compartilhadas, que fizessem sentido e pudessem ser retransmitidas. Em se tratando de relatos, existe aquele que relata e o que ouve o relato, o ouvinte. Ouvir o relato é a atitude mais respeitosa que se pode ter para com aqueles que sofreram violências de todos os tipos:

No sonho de Primo Levi, deveria ser a função dos ouvintes, que, em vez disso e para desespero do sonhador, vão embora, não querem saber, não querem permitir que essa história, ofegante e sempre ameaçada por sua própria impossibilidade os alcance, ameace sua linguagem ainda tranquila; mas somente assim poderia ser essa história ser retomada e transmitida em palavras diferentes. (GAGNEBIN, 2006, p.57)

---

<sup>1</sup> Falar sobre o ocorrido pode provocar consequências positivas nos sujeitos. Diana Guelar, Vera Jarach e Beatriz Ruiz (2002) referem-se à possibilidade de falar sobre o exílio, mesmo depois de seu fim, como um processo de desexilar-se de uma parte si mesmos.

Esse estudo se interessa em entender não apenas o que foi vivido no exílio (e o seu “entorno”: o antes do exílio e o depois) pelos filhos dos exilados, mas principalmente como estes se lembram hoje do que foi vivido no período. Para a maioria (que voltou em 1979), longos anos se passaram. Ao provocar essas recordações nesse espectro de indivíduos, busco entender como os sujeitos envolvidos constroem as representações sobre o vivido, pretendendo buscar na singularidade dos discursos, produções intersubjetivas.

Contando a ‘história de vida’ muito depois, distanciado pelas décadas que separam as experiências diretas da lembrança - que distancia o significado do fato (na época e como hoje ele é re-significado) - o sujeito pode dizer que *memórias* foram produzidas na época (e portanto, permanecem) e como julga a importância dos tempos de exílio para sua identidade como indivíduo. Estudos recentes sobre memória, em especial sobre memória social, indicam que a memória autobiográfica, lembranças das experiências individuais em contextos sociais é (ao contrário da análise de uma espécie de psicologia de base individualista), constituída em referência aos compartilhamentos destes indivíduos com grupos a que pertencem ou em relação às representações hegemônicas constituídas no âmbito social.

Cabe identificar como se processaram essas lembranças nestes indivíduos submetidos à atos de violência política explícita. Numa interessante síntese assim se expressa Vieiralves de Castro:

As lembranças e ou esquecimentos de fatos políticos vão, nessa compreensão da memória, estar intimamente ligados ao processo de compartilhamento e a interações sociais e grupais. O que é lembrado, dentre tantos acontecimentos políticos na história de um país, os valores que são atribuídos a estes acontecimentos e o que é que esquecido na narrativa do fato, se desdobram no entendimento do campo representacional, cultural e ideológico de um grupo social, de uma determinada faixa etária da população ou de uma atitude de massa. Mas isto não significa estabelecer para o ato de lembrar um status de imobilidade. A memória social é ativa e dinâmica e determina que lembrança e esquecimento estão submetidos a este dinamismo da ação e do tempo e das interações sociais. (2005, p. 115)

Este trabalho relaciona conceitos de interesse da Psicologia Social com uma *história* ainda não devidamente explorada e esgotada. Estudos sobre memória são raros no Brasil, tendo na sua maioria sido produzidos recentemente. Pode ajudar também, a pensar as questões geracionais e a relação entre histórias de pais e histórias de filhos.

É necessário considerar que as memórias sobre o exílio são múltiplas, influenciadas pela história de vida do sujeito anterior ao exílio, o momento histórico e situações particulares que cercaram a partida, as diferenças culturais do país de exílio, as redes de solidariedade construídas, além, evidentemente da geração a qual o sujeito faz parte. O exílio foi vivido

diferentemente pelos sujeitos envolvidos, isto parece fato. Mas a percepção que um indivíduo já adulto constrói, diretamente envolvido na luta política, ao ver-se “despatriado”, tendo que reconstruir seus laços sociais, provavelmente diferencia-se profundamente da percepção desenvolvida pelos seus filhos, nascidos no Brasil ou já fora dele, ao descobrirem-se participantes diretos da trajetória dos pais. (ROLLEMBERG, 1999).

As dezoito entrevistas que foram feitas com os filhos dos exilados políticos foram tratadas a partir da análise de conteúdo tal como sugerida por Lawrence Bardin, bem como pela análise contextual. Construíram-se, a partir do discurso dos entrevistados, categorias analíticas, fundadas tanto na estrutura, como nos temas presentes nas narrativas. Estas foram decompostas em termos de personagens e sucessão de eventos, os principais aspectos que organizam a trama da história narrada, os fatos e relações que foram predominantes e os significados associados a eles; onde os sujeitos se posicionam na cadeia de eventos, as explicações dadas, o “como” e os “porquês” da história e os sentidos implícitos que permearam as narrativas (JOVCHELOVITCH, 2000).

Busquei informações a respeito de como esses indivíduos construíram lembranças sobre aquela época, a partir de suas evocações, vestígios de memórias.

Assuntos como relação familiar, adaptação ao novo país, dificuldades materiais e afetivas do exílio, relação com o Brasil, decisão de voltar e a expectativa criada pela volta foram temas desenvolvidos ao longo das entrevistas.

Ao pesquisar a memória de filhos de exilados, posso dizer que estou falando de *dois sujeitos*. Um que viveu os fatos há trinta e cinco anos ou mais e “outro”, que hoje nos narra sua história, ou melhor, as lembranças remanescentes de sua história. Apesar de ser a mesma pessoa, certamente, sofreu grandes transformações no período histórico que se passou desde a volta ao Brasil e muitos elementos lembrados certamente são frutos de uma releitura sobre o vivido.

Somente uma pequena parte das experiências humanas é retida na consciência. As experiências que ficam assim retidas são sedimentadas, isto é, consolidam-se na lembrança como entidades reconhecíveis e capazes de serem lembradas. Se não houvesse esta sedimentação o indivíduo não poderia dar sentido à sua biografia. A sedimentação intersubjetiva ocorre quando vários indivíduos participam de uma biografia em comum, cujas experiências se incorporam em um acervo comum de conhecimento. (BERGER e LUCKMANN, 1973, p 96)

Algumas pesquisas foram realizadas em virtude das consequências das ditaduras sul-americanas, com destaque para o trabalho de Beatriz Sarlo, em seu belíssimo texto “*Tempo*

*Passado, Cultura da memória e guinada subjetiva*”, de 2005 e “Los chicos del exílio” – Argentina (1975 – 1984) de Diana Guelar, Vera Jarach e Beatriz Ruiz. Em ambas, a memória individual e a memória coletiva se entrelaçam. Em ambas, a memória da dor está presente. Segundo esses últimos, falar sobre o exílio, além de ajudar a recuperar uma parte importante da história é também um esforço, “uma tentativa de *desexilar-se* de uma parte de si mesmo”, muito tempo depois de haver terminado formalmente o exílio.

Sabemos que o não-falar produz esquecimento social sobre fatos e acontecimentos históricos. Dar voz aos filhos dos exilados tem dois propósitos básicos: primeiro, para permitir a circulação de informações e produção de novas memórias sobre aquele período de arbítrio; segundo, para permitir a lembrança legitimadora de uma memória ativa e de sentimentos e sofrimentos humanos<sup>2</sup>.

De qualquer maneira, descobri que o tema está muito vivo dentro de mim. Ator da história contada pelos outros, interrogador interessado, cúmplice direto das histórias de exílio, o tema me traz interrogações.

Filho de militantes políticos, acompanhei meus pais para a clandestinidade, vivendo no interior do Estado do Rio de Janeiro até 1972, quando a segunda prisão de meu pai e a perseguição a minha mãe, que se encontrava com prisão preventiva decretada, precipitou a nossa saída do País<sup>3</sup>. Meus pais foram primeiro, atravessando a fronteira, em final de 1972 e passaram alguns meses no Chile, enquanto nós esperávamos no Brasil. O processo chileno que culminou com o golpe comandado por Pinochet, acabou por afastar meus pais, que partiram para o Peru. Em fevereiro de 1973 eu e minha irmã embarcamos para Lima, em uma aventura que durou mais de seis anos. Em 74, tendo outras perspectivas profissionais, a família muda-se para a Argentina, de Perón. Em Buenos Aires foram longos e importantes cinco anos, até a volta para o Brasil, em 1979. Tendo partido com seis anos e retornado com quase treze, eu me sentia mais latino-americano que brasileiro.

---

<sup>2</sup> No Brasil não há espaços institucionais que reúnam filhos de perseguidos, dando-lhe uma identidade como conjunto, estes que afinal de contas, pelo menos parcialmente, também foram perseguidos, prejudicados e cerceados pela política repressora do estado ditatorial. Ao compararmos com o caso argentino, salta aos olhos a diferença na identificação de legitimidade de outros atores indiretos, como “las madres”, “avuelas” e “hijos”, estes últimos que, tendo sido sequestrados ainda bebês, precisavam ser ‘encontrados’ e ‘confrontados’ com sua verdadeira história.

<sup>3</sup> Meu pai foi preso em 1970 e levado para a sede do Doi-Codi, na Tijuca, Rio de Janeiro. Lá passou por diversas sessões de tortura. Um dos principais alvos de interesse era a minha mãe, também ativista política. Os órgãos de informação e repressão supunham que ela possuía informações privilegiadas sobre diversas organizações clandestinas e sua captura representaria a oportunidade de desbaratar parte da estrutura que se opunha ao regime militar. Após alguns meses de prisão, meu pai foi libertado. Em seguida, caiu na clandestinidade com minha mãe e seria preso novamente dois anos depois.

A experiência traumática a que foram submetidos os filhos de exilados exigia que algum tipo de empatia inicial se estabelecesse. Vários disseram que lhes fora solicitado anteriormente dar entrevistas sobre o tema e se negaram, pois desconfiavam do uso destas informações tão íntimas<sup>4</sup>.

Ao apresentar o tema de pesquisa para um entrevistado, este me perguntou “Já se entrevistou?”. A pergunta, que ficou sem resposta no momento, foi demoradamente processada. A resposta, ajudado por Sarlo (2005), veio depois. Referindo-se ao trabalho realizado por Pilar Calveiro, para o seu doutoramento no México, intitulado “*Poder y desaparición; Los campos de concentración en Argentina*”, a autora argumenta que mesmo tendo sido presa e torturada pela ditadura Argentina (tendo até ficado desaparecida), como foram seus entrevistados, Pilar Calveiro assumiu uma posição de quem investiga o que aconteceu com os outros.

Calando a primeira pessoa para trabalhar sobre testemunhos alheios, a partir de uma distância descritiva e interpretativa, Calveiro se situa num lugar excepcional entre os que sofreram a repressão e se propuseram a representá-la. A verdade do texto se desvincula da experiência direta de quem o escreve, indaga na experiência alheia aquilo que poderia imaginar que sua própria experiência lhe ensinou. Por isso, o texto não exerce uma pressão moral particular sobre o leitor, que sabe que Calveiro foi uma presa-desaparecida, mas sobre aquele de quem não se exige uma crença baseada em sua própria história, e sim nas histórias de outros, que ela retoma como fonte, e, portanto, submete a operações interpretativas (SARLO, 2005, p.83).

Afinal, afirma Sarlo (2005), Calveiro se propôs a ser uma cientista social que também foi uma desaparecida; por isso, transformou-se no que não era antes de sofrer a repressão e tornou-se cientista social porque foi desaparecida.

O trabalho apresenta uma estrutura que se desdobra em três partes distintas. No capítulo primeiro apresento contextualização política acerca do regime militar, procurando estabelecer alguns marcos mínimos que auxiliem a compreensão da condição de exilado.

No capítulo segundo apresento a concepção psicossocial de memória que utilizo para compreender o material obtido nas entrevistas. Utiliza-se perspectivas e contribuições oriundas de diversas disciplinas, como a História, a Sociologia e a Antropologia, além da própria Psicologia Social.

---

<sup>4</sup> Mesmo assim, vários que aceitaram realizar a entrevista em um primeiro momento, terminaram por criar mecanismos de fuga, “esquecendo-se”, por exemplo, do encontro agendado comigo, ou desmarcando em cima da hora. Isto ocorreu com pelo menos dez indivíduos. Dei-me realmente conta que o que eu propunha aos entrevistados é que falassem de um tema dolorido demais para todos.

Trato, em momentos distintos e sucessivos, das contribuições clássicas de Maurice Halbwachs e Frederick Bartlett, das contribuições derivadas da História (especialmente Pierre Nora), das contribuições derivadas da Sociologia (Berger e Luckmann, Jedlowski e Michel Pollak) e, das contribuições da Psicologia Social (Serge Moscovici). Num último momento deste capítulo tento, a partir de sugestões apresentadas por Celso Sá, estabelecer alguns princípios unificadores da memória social como campo de investigações e, em seguida, aponto algumas formas de memória social que são importantes para o tratamento da memória dos filhos de exilados.

No terceiro e último capítulo lido com o material produzido a partir da transcrição das dezoito entrevistas que realizei. Inicialmente apresento algumas considerações sobre o exílio e a condição do exilado, bem como sobre a condição de estar falando hoje sobre aquele período. Em seguida descrevo a metodologia e o processo de investigação, estabelecendo os critérios para a construção do roteiro. Finalmente analiso as entrevistas a partir tanto das indicações teóricas feitas no capítulo dois quanto das sugestões de Bardin (1977) acerca da análise de conteúdo. Organizo então as memórias dos entrevistados a partir de três momentos chave: a saída do Brasil e a chegada no(s) país(es) de exílio, a vida no exílio, o retorno e a avaliação global sobre a experiência do exílio. Cada um desses momentos possui categorias temáticas próprias estabelecidas a partir das entrevistas roteirizadas.



## CAPÍTULO 1 – MEMÓRIA, EXÍLIO E CONTEXTO: O REGIME MILITAR (1964-1985)

Quarenta e cinco anos se passaram desde 31 de março de 1964, quando em uma ação de força, o Presidente João Goulart foi deposto pelas Forças Armadas, e instaurou-se um governo militar que atravessou décadas, e sobreviveu até 1985. Foram vinte anos. E outros vinte e cinco anos se passaram após o seu fim, *transformando* em história boa parte dos acontecimentos daquela época.

Vários estudos, de diferentes saberes, vêm pesquisando os diversos aspectos que envolveram o chamado golpe militar e suas consequências. Antecedentes, o dia do golpe, a primeira fase do governo militar, o Ato Institucional nº 5, a repressão política e suas faces (censura, prisões, tortura, luta armada, desaparecimentos, a guerrilha, assassinatos), a abertura, a anistia, o pós-ditadura, etc, têm sido temas de diversos estudos acadêmicos nas últimas décadas. Jornalistas, psicólogos, sociólogos, antropólogos, historiadores, comunicólogos, juristas e psicólogos sociais têm buscado analisar os fatos daquele período histórico, seus desdobramentos e seus efeitos na contemporaneidade.

Elio Gaspari (2002), por exemplo, buscou (em sua vasta obra sobre o tema) articular os conflitos que antecederam ao 31 de março - que segundo se pensa, contribuíram para a derrubada do governo João Goulart – com o período do governo civil-militar e sua repercussão futura, na percepção construída posteriormente ao acontecimento do fato pela sociedade:

Com o tempo, cristalizou-se em torno das 48 horas de 1964 um acordo historiográfico entre vencedores e vencidos. A apologia dos vencedores, procurando abrir a porteira das adesões, estabeleceu que Jango foi derrubado pela vontade geral do povo e das Forças Armadas. A necrologia dos vencidos, procurando fechar um diafragma das responsabilidades, atribui à inércia de Jango a causa do desmoronamento do ‘dispositivo’ militar e político sobre o qual se abrigava o radicalismo. Sem dúvida a inércia de Goulart foi um detergente para as forças que o apoiavam. No entanto, ninguém apoiava Jango supondo-o um resoluto. Além disso, nenhuma força à esquerda do presidente tomou iniciativa militar relevante durante o dia 31. (GASPARI, 2002, p. 84)

Por trás dos acontecimentos de final de março de 1964 existem muitos antecedentes. Entender o Golpe ‘daqueles anos’ como uma mera resposta circunstancial, ou uma

contingência espontânea, ou mesmo um ato circunscrito aos círculos militares, seria provavelmente construir uma história ingênua e incompleta dos fatos. Diversos estudos - com destaque para a brilhante pesquisa do historiador René Dreifuss (1981), sustentada em vasta prova documental - apontam para um longo processo de amadurecimento do projeto golpista. De fato, a reorganização de setores influentes da burguesia local, aliada à setores do capital internacional e à vanguarda militar 'anticomunista', proporcionou novos elementos de avaliação do cenário futuro e o seu papel nesse jogo. A década de cinquenta havia se encerrado com diversos problemas para a elite brasileira. Derrotas políticas importantes e a falta de uma articulação e formulação mais orgânica atrapalharam os seus projetos de hegemonia. A década de sessenta inicia-se com a esquerda em alta, com a Revolução Cubana e um espírito de rebeldia que ecoava nos quatro cantos do mundo. Ocorriam mudanças importantes nas artes, na cultura, nos costumes.

No Brasil, a eleição presidencial refletia o conflito que era fomentado e crescia. Jânio Quadros foi eleito pela chamada elite, com um discurso profundamente moralizante. Naquela ocasião, diferente de todas as demais, a eleição de presidente e vice ocorreu de forma desvinculada. Assim, enquanto Jânio se elegeu presidente por uma chapa, João Goulart, o Jango, se elegeu vice por outra, com forte apelo popular e sindical. A renúncia misteriosa de Jânio aumentou o conflito. Tomando posse após uma longa jornada de negociação, com poderes reduzidos a partir de um parlamentarismo de ocasião, Jango governa um país dividido.

Era também um momento de muito engajamento. Os diferentes "projetos" se organizavam velozmente. A esquerda utilizava-se do crescente processo de mobilização estudantil, com outras frentes populares de protesto e reivindicação, enquanto as chamadas "elites" investiam em planejamento, análise de conjuntura, hegemonia nas instituições militares, empresariais e em importantes órgãos de mídia.

Tornava-se evidente que a burguesia multinacional e associada era incapaz de unir o povo ao seu redor, o que causou a sua derrota em 1954 e o compromisso de 1961, bem como estimulou os acontecimentos de 1964. A burguesia não conseguiu criar um sistema partidário manejável e viável em si mesmo, assim como não conseguiu criar um partido próprio. Ela usou-os a todos e se viu, no princípio da década de sessenta, somente com as Forças Armadas. (DREIFUSS, 1981, p. 155)

Em 29 de novembro de 1961, empresários, políticos anticomunistas e militares ligados a Escola Superior de Guerra, ESG, com destaque para o General Golbery do Couto Silva, fundam o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Com o objetivo de aglutinar setores importantes da sociedade, formando uma reação conservadora, o IPES passou a atuar em vários eixos. Publicação e divulgação, educação, trabalho sindical, assistência social, levantamento da conjuntura, entre outras iniciativas, com o objetivo de disputar hegemonia na sociedade.

O IPES passou a existir. Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o estado. (DREIFUSS, 1981, p. 163)

Municiado por forte aporte financeiro, inclusive com dinheiro do governo americano - como foi assumido anos depois por seu embaixador no Brasil ao afirmar que houve “um ou dois dólares americanos nesse processo” (de disputa de hegemonia) - o IPES passou a produzir profissionalmente relatórios sistemáticos sobre a realidade política, sob diversos aspectos, permitindo um planejamento estratégico de intervenção da direita, seja através de meios legais, como a disputa eleitoral de 1962, seja por meios ilegais.

O IPES não era com certeza, como frequentemente é descrito, um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes. (DREIFUSS, 1981, p. 290)

A análise detalhada das condições políticas pós-eleição nos estados, em 1962, permitiu que a inteligência deste movimento, dirigida por Golbery - que posteriormente se tornaria o chefe da Inteligência da ditadura - prever um cenário perigoso para as pretensões das classes dominantes.

Em novembro de 1962, o General Golbery procurou todos os meios de fazer uma análise acurada dos resultados. Da conclusão, o mais importante foi o fato de que, não obstante os esforços maciços da elite orgânica, havia uma constante tendência esquerdista-trabalhista do eleitorado, ao passo que o executivo, a fim de levar à frente suas reformas, tentava um direto apelo às massas para contornar o efetivo bloqueio do Congresso pelas forças modernizante-conservadoras. Se mudanças no Estado que satisfariam o bloco empresarial tivessem de ser feitas, elas teriam que ser impostas. Uma solução militar tornava-se inevitável para os interesses multinacionais e associados. (DREIFUSS, 1981, p. 336)

As ações da direita orgânica, apesar da derrota em 1962 - que teve como símbolos a eleição de Arraes em Pernambuco, apoiado pela liderança camponesa Julião, contra o latifundiário Cleofas, típico representante dos coronéis; a eleição de candidato nacionalista no Rio e em outros estados, contra os candidatos apoiados pelo IPES, e o vendaval chamado Leonel Brizola que, mudando-se do Rio Grande do Sul para a Guanabara, logrou votação histórica com quase dois terços de toda a votação PTB/PSB – obtiveram êxito estratégico porque pavimentaram o clima golpista, convencendo setores conservadores contrários à medidas de força da inevitabilidade da intervenção armada e disseminando um clima de paranóia anticomunista. O trabalho coordenado pelos setores conservadores:

Estimulou uma atmosfera de inquietação política e obtiveram êxito em levar à intervenção das Forças Armadas contra o ‘caos, a corrupção populista e a ameaça comunista’. O IPES conseguiu coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe. (DREIFUSS, 1981, p. 338)

A partir do segundo semestre de 1963 o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) produziram algumas peças publicitárias para a TV que enfatizavam o clima de “caos” que tomava conta do país, à medida que o governo Jango explicitava suas intenções de ampliar as chamadas reformas de base. O IPES e o IBAD, associados à Escola Superior de Guerra (ESG) eram, portanto, a face político-militar da ascensão do novo bloco no poder, combatendo Jango e o trabalhismo, bem como as “reformas de base”. (Dreifuss, 1981).

O governo Jango começou na “corda bamba”, fruto de frágeis acordos que lhe garantiram a posse, com um parlamentarismo casuísta que lhe retirava poderes, permanentemente ameaçado por um clima de conspiração e de propaganda contrária às ações de seu governo, associando-o ao “perigo vermelho”, com o objetivo de angariar apoio de parte da população por uma intervenção militar, o que acabou ocorrendo. As ações (ou vacilações) do governo e do presidente, só parecem ter fortalecido este caminho, conforme pode ser visto na cronologia em anexo.

O Brasil vivia tempos de conflito. Jango havia tomado posse sob o argumento da legalidade, mas aos poucos os setores mais conservadores tomavam para si esta bandeira da legalidade, da constitucionalidade e da ordem. Manifestações, passeatas estudantis, insubordinações militares e a idéia de fazer reformas no voto ‘ou na marra’, criavam o imaginário da necessidade de uma “revolução para retomar a ordem”. Se de um lado tínhamos o movimento social organizado, pressionando Jango para radicalizar as reformas de base,

...do outro lado, notórios conspiradores de todos os golpes, desde que se fundara aquela república em 1945, os mesmos que haviam se ativado na tentativa de impedir a posse de Goulart, encontravam-se agora defendendo a constituição e a legalidade da ordem vigente. Falavam palavras ponderadas, aconselhavam ritmos lentos, invocavam a razão e a religião, condenavam excessos e radicalismos e se exaltavam pregando a moderação. Entretanto armavam o bote, ou os botes, porque, além de numerosos, eram diversos, heterogêneos. E, assim, quem sempre atacara passara agora à defensiva, esperando sua hora. (AARÃO REIS, 2000, p. 29)

O Golpe, saudado nas ruas por uma classe média preocupada com os rumos das coisas, ocorre sem muita resistência. Alguns historiadores apontam as vacilações de Jango, que não soube (ou não quis) coordenar uma resistência militar à derrocada de seu governo. Poucas horas após seu início, a ação militar, a “revolução de 64” havia sido um sucesso.

Jango foi fugindo do cenário aos soluços: Brasília, Porto Alegre, Montevideú, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação. Apavorado diante de um incêndio que provocara sem querer, horrorizado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava, decidiu nada decidir e saiu da História pela fronteira com o Uruguai. As esquerdas não ofereceram resistência, salvo focos isolados, dispersados sem grande dificuldade. Jogavam todas as fichas no dispositivo militar de Jango e no próprio presidente. Quando o primeiro ruiu, em uma sucessão impressionante de batalhas de Itararé, e o segundo fugiu, quedaram-se aparvalhadas, desmoralizadas. As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou o golpe militar e festejou a derrocada de Jango, das forças favoráveis às reformas e do projeto nacional-estatista que encarnavam. Sem ainda saber o que iria acontecer, o país ingressara na longa noite da Ditadura Militar. (AARÃO REIS, 2000, p. 33)

Com parte da sociedade ainda atônita, o país dava, em 1964, os primeiros passos para uma mudança de modelo econômico e político. Com o golpe no Brasil, abriam-se as portas para uma nova estratégia de dominação, não só no país, mas também servindo de inspiração a outras realidades no continente sul-americano. Na verdade, a dita “direita” fez história, ao tomar para si o Estado, em busca de realização de seus projetos de classe, abrindo caminho para que este modelo se reproduzisse, em maior ou menor escala em diversos outros países latino-americanos.

A história do bloco do poder multinacional e associado começou a 1º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente ‘tornaram-se Estado’, readequando o regime e sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, levaram o Brasil e, poder-se-ia conjecturar, todo o cone sul da América Latina ao estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista. (DREIFUSS, 1981, p. 489)

Logo após o evento de 1964, uma ‘primeira geração’ de militantes políticos, opositores ao novo regime, é diretamente atingida. Numa ditadura ‘envergonhada’, nas palavras de GASPARI (2002), ainda se tratava de um contingente menor de pessoas, prioritariamente ligadas ao governo deposto, importantes lideranças comunistas e socialistas, e principalmente num primeiro momento, soldados, cabos, sargentos que tinham articulado o movimento sindical nas Forças Armadas. Prisões e exílio para alguns foram a marca daquele momento.

Havia ainda, apesar do golpe, a ilusão da resistência social. Entre 1964 e 1968, muitas “trincheiras” em diversos “terrenos” foram construídas. De um lado, os estudantes intensificavam sua luta, apresentando um plano de desenvolvimento e educação que contrastava com os interesses do novo sistema; de outro lado, a cultura era um espaço de disputa importante. Embalados pelos ares de mudança cultural no mundo, os jovens enfrentavam a ditadura com argumentos e muita criatividade<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), por sua vez, é um exemplo prático do tipo de inspiração de atividade de massa, antes do golpe, no qual a do Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha ainda papel preponderante. Surgem, assim também, a aplicação do método Paulo Freire de alfabetização e as Ligas Camponesas.

No âmbito internacional, o transcorrer da década de 60 se dá com movimentos de cunho revolucionário, dos mais diferentes matizes – desde a revolução de ordem política à revolução de costumes. No Brasil, é fortalecido o pensamento de setores progressistas e de esquerda que nutrem a esperança de transformar a iníqua realidade social, orientados em seus projetos pela utopia revolucionária, que, nos primeiros instantes, ainda era de inspiração pacífica. Portanto, a mola mestra que impulsiona a ação e as representações sociais de setores politicamente engajados é mudança. (AARÃO REIS, 2000, p. 44)

É assim que, no terreno das artes há turbulências. Em 1965, o teatro brasileiro apresenta textos desbravadores, que assumem uma postura nitidamente política, engajando-se na denúncia de questões cruciais que atravessam a realidade social brasileira. É este o caso das peças *Morte e Vida Severina* (de João Cabral de Melo Neto, musicada por Chico Buarque), *Arena conta Zumbi* (de Guarnieiri e Boal, musicada por Edu Lobo) e *Liberdade, liberdade* (de Millôr Fernandes e Flávio Rangel). No fim do ano anterior, o show *Opinião* (dirigido por Boal e interpretado por Nara Leão e depois por Maria Bethânia, contando também com a participação de Zé Ketti e João do Valle) surgira como a primeira semente daquilo que viria a ser uma das trincheiras contra o Regime Militar.

Nessa época posterior ao Centro Popular de Cultura da UNE são criados dois grupos de teatro que comandam as mudanças: o *Arena*, dirigido por Augusto Boal, com um teatro entusiasmado e didático – de postura brechtiana – e o *Oficina*, dirigido por José Celso Martinez Corrêa, que choca pela contundência profanadora de sua abordagem, dando ao golpe de 64 uma resposta radical, embora não diretamente política como a de seu congênere. É em 1967 que duas das peças do *Oficina* agridem e abalam o público bem-comportado de classe média, ao mesmo tempo que dividem opiniões da crítica. Trata-se de *o Rei da Vela* (de Oswald de Andrade) e *Roda viva* (de Chico Buarque), que, em uma de suas apresentações é alvo de atentado por parte do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Na ocasião, vários atores são espancados e o cenário e o equipamento técnico destruídos. As ameaças estendem-se a inúmeros espetáculos, com atentados à bomba em vários teatros. Alguns atores que encabeçam um movimento de repúdio a esses atos de violência, como Flávio Rangel e Cecília Becker, sofrem represálias. (FERREIRA, 1996, p. 33)

Para Zuenir Ventura, esse primeiro momento de arbítrio traduz-se pelo fim da ilusão na cultura de esquerda pré-64, e o ano de 1968 representa o fim de sua inocência (Ventura, 1988). De fato, esses dois momentos são etapas distintas nesse período também conhecido por *anos de chumbo*, cujo divisor de águas foi o Ato Institucional nº 5.

O ano de 1968 tornou-se um marco da história recente. No Brasil e no mundo os jovens se rebelam contra o Estado, julgando-o conservador. Em Paris, nos EUA, em Praga ou

no Brasil, o clima era de confronto. Diversas datas, como o 28 de março, data da morte do estudante Edson Luís, o 21 de junho – “a sexta-feira sangrenta”, quando graves confrontos de rua ocorreram, e o dia da promulgação do AI-5, marcam esse ano<sup>6</sup>.

Entre nós, o ano é também de radicalização de posições. O pensamento de esquerda vinha sendo hegemônico nos meios intelectual e artístico, contando com forte adesão de setores estudantis. Nas discussões, nos debates, nas passeatas, o espírito é de mobilização e engajamento, o Brasil, o politicamente atuante, parece ser todo de esquerda. O governo Costa e Silva teme essa radicalização que o empurra – na sua visão - para uma posição de confronto. No final do ano, vem do governo a resposta radical: a decretação do Ato Institucional nº 5, com a suspensão das garantias individuais e dos direitos políticos. Daí pra frente, o confronto sai da esfera das idéias e desce para as ruas, com a luta armada, e para os porões, com a tortura. (FERREIRA, 1996, p. 35)

Uma ‘segunda geração’ de ativistas políticos pode ser identificada a partir de 1968, quando o recrudescimento do regime coincidiu com o surgimento de novas organizações revolucionárias, alimentadas pelas novas gerações, que inventavam novas formas de combater o governo vigente. A esquerda, agora sem possibilidade de trabalho “de massas”, havia assumido a clandestinidade e desenvolvia a luta através das organizações partidárias que surgiam de rachas intermináveis das antigas organizações. Do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em crise, várias organizações novas apareceram, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro (PCBR), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e o Movimento de Libertação do Proletariado (MOLIPO), já em 1971, como subdivisão de um “racha” anterior. Do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), (que havia se separado do PCB em 1962) viu-se nascer a Ala Vermelha ainda em 1966 e posteriormente, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o MRM, OP-COR.

O movimento estudantil, cuja liderança política principal é a AP (Ação Popular), também se fragmenta. Uma fração irá constituir a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), enquanto outro grupo ingressa no PCdoB e o restante se pulveriza por diversas outras organizações.

Outras organizações surgidas nessa conjuntura ou que ganharam destaque pela ausência de outros canais de luta: PRT, Política Operária (POLOP), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada

---

<sup>6</sup> Ver Cronograma dos acontecimentos políticos 1964-1979, Anexo 1.



Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), PORT, FBT, OSI, Liga Operária, POC, MNR, MR-26, MR-21, MAR, FLN, RAN<sup>7</sup>.

Estudo da Arquidiocese de São Paulo, o Projeto Brasil: Nunca Mais<sup>8</sup>, de 1985, aponta para essa mudança na estratégia de luta ao pesquisar os processos contra pessoas, acusadas de subversivas:

A distribuição dos processos ao longo dos anos mostra como a repressão esteve concentrada em duas fases: a primeira, entre 1964 e 1966, coincidindo com o governo Castelo Branco, quando somam-se 2127 nomes de cidadãos processados. A segunda fase corresponde quase por completo ao mandato de Garrastazu Médici: registraram-se 4460 denunciados entre 1969 e 1974, na avalanche repressiva que se seguiu a decretação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 85)

Se numa primeira fase, a acusação principal era de militância estudantil ilegal, a partir de 1969 a acusação predominante passa a ser a militância em organizações partidárias proibidas, crescendo intensamente no período Médici o item referente à ações armadas. Ou seja, o próprio regime militar, na medida em que fechava os canais de oposição por meios legais, empurrava para a clandestinidade e para métodos violentos os setores sociais insatisfeitos com seu modelo político e econômico-social. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985)

A luta armada, a guerrilha urbana, as ousadas ações, como os sequestros de embaixadores para trocar por prisioneiros políticos, descortinou o conflito, ‘escancarou a ditadura’(GASPARI, 2002).

Enquanto de um lado apontavam-se essas ações como atos *terroristas*, de outro, denunciava-se a tortura, a prisão, o desaparecimento e a censura.

Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, sequestros de embaixadores. Os revolucionários chegaram a ter momentos fulgurantes, mas, isolados, foram sendo aniquilados. Na sequência, entre 1972 e 1975, seria identificado, caçado e destruído um foco guerrilheiro na região da Araguaia, na divisa do Pará, Maranhão e Goiás, reunindo algumas dezenas de guerrilheiros, na tentativa mais consistente da esquerda revolucionária. (AARÃO REIS, 2000, p. 52)

<sup>7</sup> O motivo da apresentação desta constelação de siglas não tem como objetivo produzir uma análise pormenorizada da organização partidária clandestina no país, mas apenas ilustrar a argumentação a respeito do isolamento e pulverização da esquerda naquela ocasião.

<sup>8</sup> O Projeto Brasil Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, resultou no mais profundo e completo levantamento de dados sobre o período ditatorial. Iniciado em 1979, com o advento da anistia, o projeto se estendeu até 1985, quando, enfim, depois de produzir milhares de páginas de documentos realizados a partir de centenas de depoimentos e coletas de dados, encerrou-se.

O Estado armava-se para essa nova fase de combate. A crescente importância do SNI, com a conseqüente criação da Operação Bandeirantes – OBAN, fruto do amadurecimento das tecnologias de repressão, que contava com integrantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil, entre outros, obteve resultados tão significativos no combate à chamada subversão, que serviu de modelo para a implantação, em escala nacional, de organismo oficial – sob a sigla DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna. Esses Organismos, segundo já se apurou, visavam prender, torturar e matar opositores políticos. (Tortura Nunca Mais/ Pernambuco, 1995)

O regime ditatorial atravessou diferentes fases, alternando entre maior “abertura” ou maior “fechamento”.

Durante os vinte e um anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, ‘aberturas’ e ‘endurecimentos’. De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o Marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado. (GASPARI, 2002, p.129)

Neste período, milhares de opositores ao regime foram presos, mortos e torturados. Alguns foram banidos, trocados por embaixadores sequestrados – estratégia bastante utilizada – outros fugiram como puderam. O Brasil vivia a contradição do milagre econômico. No frenesi das bolsas de valores, no poder de compra impulsionando o consumo, com a classe média trocando de carro todo ano e enchendo o tanque com gasolina azul, a propaganda oficial pregava o otimismo enquanto massacrava eficazmente o que restava de resistência ao regime.

O país, comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista. Martelavam-se os slogans otimistas, animando, encorajando, em mensagens positivas e ufanistas: *Pra frente, Brasil; Ninguém mais segura este país; Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente*. Para os que discordavam, a porta de saída: *Brasil, ame-o ou deixe-o*. (AARÃO REIS, 2000, p. 56)

Um aspecto que se deve enfatizar é a importância da expansão dos meios de comunicação à distância para a legitimação do Regime Militar<sup>9</sup>. O regime militar não só reprimia, mas também criava um gigantesco aparato de comunicação de massas. Trata-se da expansão de um sistema de comunicações audiovisuais em plano nacional, o que foi alcançado com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) em 1967, e da propaganda massiva que o governo fez através da censura dos meios de comunicação (especialmente após 1968).

Nesse sistema, a Rede Globo era uma peça-chave. O primeiro programa regular levado ao ar para todo o país via satélite foi o "Jornal Nacional" (em 1969), telejornal que se tornaria o porta-voz oficial do regime<sup>10</sup>. Mas, de maneira mais ampla, a ascensão da *Rede Globo* ilustra bem o novo padrão que se impunha. O canal do jornalista Roberto Marinho se tornou viável após a realização de dois contratos com o grupo norte-americano *Time-Life* que, entre 1962 e 1967, permitiram a Globo receber cinco milhões de dólares e *know-how* fundamentais à organização empresarial. O interesse do grupo norte-americano se justificava em função da possibilidade de acesso a um mercado que se afigurava extremamente promissor. Os contratos foram, entretanto, seriamente questionados por importantes forças políticas e econômicas<sup>11</sup>.

O primeiro, datando de 1962, era contrário ao texto da Constituição, de cunho nacionalista e que impedia a associação com o capital estrangeiro no setor de telecomunicações. Instaurou-se, então, uma Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo Senador João Calmon - que representava também os interesses da Tupi. Apesar da conclusão unânime da CPI acerca da ilegalidade do contrato, o presidente Marechal Castelo Branco decidiu-se pelo arquivamento do processo.

O segundo contrato, que datava de 1967, também foi arquivado. A Rede Globo logo percebeu a necessidade de aliar-se ao regime militar e rompeu, no mesmo ano de 1967, o acordo com o grupo norte-americano. Nesse mesmo ano, como já lembramos, os militares criaram a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), da qual a própria Globo foi a grande beneficiária (HERZ, 1987).

---

<sup>9</sup> A simultaneidade entre o processo de urbanização da sociedade brasileira e seu televisionamento é o pano de fundo para argumentação de KEHL (1986) em seu ensaio sobre a Rede Globo. Nas palavras da autora "a TV funcionou como uma vitrine para as massas recém-chegadas as grandes metrópoles nas décadas de 60 e 70 impossibilitadas do acesso ao mercado consumidor" (p. 32).

<sup>10</sup> Para uma análise do Jornal Nacional em termos de sua história e a formatação televisiva da informação, ver GLEISER (1983).

<sup>11</sup> Para uma narrativa instigante sobre a história da *Globo* e dos acordos com o grupo americano *Time-Life*, conferir HERZ (1987).

Junto com a repressão, a tortura e a censura, o governo deflagrou uma ofensiva de propaganda oficial que, no dizer de um especialista em comunicações, "(...) só pode mesmo ser comparada com a dos tempos da ascensão do nazismo na Alemanha, com os programas idealizados por Goebbels"<sup>12</sup>.

Nesse período a preocupação do Estado com a regulamentação das áreas de cinema, propaganda, televisão, jornalismo e relações públicas foi grande e ocorreu tanto no plano coercitivo quanto no plano do estabelecimento de disciplinas e saberes considerados importantes à 'nova etapa' que a sociedade brasileira atravessava. O regime militar preocupou-se tanto em investir na formação de novos e estratégicos especialistas quanto em controlá-los de acordo com os seus desígnios.

Produziam-se discursos, eventos nacionais e internacionais que procuravam afirmar uma 'identidade' do país, peças de propaganda na televisão, tudo aquilo que pudesse apresentar uma imagem sedutora do regime. A televisão tornou-se um dos instrumentos privilegiados dessa propaganda, com a realização de inúmeras peças publicitárias.

Em termos gerais existia uma contradição entre a propaganda otimista de "congratamento entre povo e governo" e a aparição pública efetiva dos militares. Buscava-se uma nova forma de aparição do poder, na qual

(...) os aspectos espetaculares seriam como que circunscritos pela sobriedade. Os generais-presidentes deviam projetar a imagem de homens dignos, sérios, diferentes (segundo a ótica dos militares) dos políticos do passado, ao mesmo tempo em que, cuidadosos, tudo divisavam. Uma nova era em que os presidentes seriam admirados por seu caráter circunspecto, em todos os sentidos da palavra: homens que - pretendia a propaganda - agiriam com prudência, ponderação, seriedade e que, além de projetarem essa imagem, olhariam tudo a sua volta. (FICO, 1997, p. 70-71).

Em 1970, enquanto Pelé encantava o mundo com seu futebol, e a classe média vivia os dias felizes do milagre econômico, que lhe permitia uma prosperidade econômica ímpar, uma série de lideranças de esquerda sofria os horrores da época considerada a mais sinistra da ditadura. O jornalista Mário Alves, citado pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, pode ser exemplo do que ocorria:

---

<sup>12</sup> RAMOS (1984, p.83).

Mário Alves foi trucidado numa sequência de torturas que incluíram raspagem de sua pele com uma escova de aço e o suplício medieval do empalamento, sem que até hoje o regime militar tenha admitido essa morte, ocorrida no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio, em Janeiro de 1970. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 96)

Cada vez mais isolada, a esquerda se subdividia, “rachava” cada vez mais. As cisões que marcaram a história da esquerda armada funcionaram como um processo de separação de graus de radicalismo. A cada divisão correspondia o nascimento de uma nova sigla, quase sempre composta por um grupo extremado de vinte a trinta pessoas. (GASPARI, 2002)

Contidas, as falanges da luta armada entraram numa fase de regressão típica do metabolismo do gênero. Nela, as organizações fecham-se em torno de poucas dezenas de quadros e trocam grandes ideias políticas por audaciosos lances armados. Seus militantes resistem, unidos pela perseguição, graças à leveza do grupo, à experiência militar e a uma nova forma de compromisso político: a ratoeira do traidor. Trata-se de uma situação em que cada tentativa de moderação é confundida com deserção e covardia. Disso resulta o predomínio da militância extremada, inibindo e expulsando as concepções mais moderadas. As tinturas românticas que acompanhavam a ideia de luta armada em 1968 estavam substituídas por cores apocalípticas. (GASPARI, 2002, p. 205)

Enquanto isso, a repressão ganhava outra dimensão. O que antes poderia ser visto como mecanismo extremado de ação contra uma vanguarda radicalizada de esquerda, adquire agora outras proporções. Até políticos conservadores, que inicialmente aderiram à onda golpista, sofreram as consequências da época. Além de tradicionais políticos de oposição, como Juscelino, a sombra da ditadura cada vez mais escancarada atingia a todos. Até mesmo Carlos Lacerda – uma das lideranças civis do golpe de 1964, ao lado de Magalhães Pinto - foi cassado e preso; ministros do Supremo Tribunal Federal, como Evandro Lins e Silva, foram perseguidos e cassados.

Em poucos meses a resistência à ditadura se encontrava mais isolada do que nunca. Em um breve período histórico, as mais expressivas lideranças de esquerda estavam mortas, desaparecidas, presas ou exiladas.

Foi neste período, principalmente após 1970, que o maior contingente de ativistas políticos deixa o país clandestinamente, fugindo das consequências da derrota, abandonando

uma luta que começava a se desenhar para alguns como perdida. O dismantelamento das diversas organizações de esquerda, o aniquilamento das principais lideranças, o isolamento político da esquerda em um país eufórico com o milagre econômico levou centenas de pessoas a “abandonar (momentaneamente) a luta”. Uma jovem geração, principalmente formada por ativistas oriundos do movimento estudantil partiu para o Chile, Argentina, Peru, Uruguai, França, Inglaterra, Suécia, Argélia. Na onda do slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, tiveram que deixá-lo e fugir para onde pudessem, sem planejamento, sem projeto de futuro.

Depois de presos e torturados, são soltos. Entretanto, continuam sendo perseguidos e só muito tempo depois e com muito esforço, partem para o exílio. Joana diz que até hoje não escapa do sentimento de extrema solidão que contaminou sua vida a partir daqueles anos. (FERREIRA, 1996, p. 141)

A geração 1968 deixou o país mais tarde, a partir de 1969, num fluxo que se desdobrou nos anos seguintes, de diferentes maneiras, mais ainda recorrendo bastante à fronteira, via relativamente fácil para o clandestino, de posse de carteira de identidade falsa ou verdadeira. Obter passaporte, para a maioria, seria impossível ou arriscado. Os “esquemas” de saída, ou seja, a rede de militantes e simpatizantes ajudava, dando informações, “dicas”, fornecendo documentos falsos, conseguindo algum dinheiro, casas ou “aparelhos” – em geral, no sul do país - disponíveis para abrigar o militante por uma ou duas noites.

Em meio ao massacre do ano de 1971, a opção por sair ainda foi mal-vista por diversos militantes, que insistiam na luta no país. Aos poucos, com suas organizações esfaceladas, sair poderia ser uma forma de continuar a luta, acreditavam. O exílio seria apenas o tempo necessário para reorganizar a volta, seria por um curtíssimo tempo. A grande maioria que saiu não conseguiu cumprir essa agenda e o exílio se tornou, para muitos, um longo tempo congelado, com contraditórios sentimentos de culpa e olhares longínquos. Uma diversidade de relatos aponta muitas e diferentes perspectivas sobre o que se considera exílio.

Há depoimentos, por exemplo, que definem o início do exílio antes mesmo da partida, identificando-o à clandestinidade no país. Mas há outros que nem consideram um primeiro período no exterior, passado em um ou até mesmo mais países, como exílio, pois não o vivenciaram como tal. (ROLLEMBERG, 1999, p. 89)

Definir quando começa o exílio, ou até mesmo quem de fato esteve exilado não é tarefa das mais fáceis. Um regime totalitário, como foi o brasileiro naquele período, provoca a saída de um amplo e diversificado grupo de pessoas: políticos, artistas, líderes estudantis, amantes da democracia, perseguidos, não-perseguidos, enfim, um contingente variado.

Exilado, banido, trocado, refugiado, migrante, refugiado de guerra. Muitas são as categorias utilizadas para designar esse sujeito que deixa forçadamente seu país de origem e permanece durante um período longe de casa. A eminência da morte, o não poder voltar, o estar fora contra a sua vontade - diferente do migrante, que deixou seu espaço principalmente por razões econômicas -, atravessam as diversas histórias de exílio. Sem planejamento, a identidade de fugitivo parece estar presente em muitas histórias. A partida não-escolhida, a dívida moral com os que tinham permanecido, não parecer “desbundado” nem haver abandonado a *causa*, produziram consequências psicológicas em diversos exilados em suas jornadas:

Se em um primeiro momento, falando especificamente desta segunda geração, pós AI-5, a saída parecia um breve estágio antes do retorno à luta, a ilusão sobre uma volta imediata se desfaz para muitos por volta de 1973. A referência democrática latino-americana, o governo de Allende no Chile é deposto violentamente e junto com ele caem os sonhos de resistência dos exilados. Um grande número de brasileiros lá exilados tem que partir às pressas para outro destino, uma nova e sombria fase do exílio que durou longos anos para a maioria, que só pode retornar a partir 1979, com a Lei da Anistia.

A queda de Allende no Chile foi um corte, a partir do qual a esquerda exilada redefiniu as expectativas em relação ao Brasil e a proposta da revolução. Desde então, o exílio ganhou outro significado.

Na segunda fase (após golpe no Chile), ocorreu a dispersão, a diáspora, o desenraizamento, a crise de valores. Na bagagem, a derrota no Brasil e na América Latina. O sonho revolucionário que ia se distanciando, se apagando, se perdendo. Até então, e ainda para alguns após 1973, a provisoriedade será marca fundamental. A integração total poderia parecer capitulação. A adaptação deve existir, mas não a ponto de destruir o desejo referencial de retorno. Por isso ela é vista por vezes, com desprezo. Ela significaria a renúncia ao país de origem. Significaria abrir mão da causa. (ROLLEMBERG, 1999, p. 90)

No plano da sociedade brasileira o regime começava a perder força, embora o aparelho repressivo continuasse atuante até o início dos anos oitenta.

Em 1974 o regime, embalado pela vitória na eleição anterior e pelas projeções de outro sucesso, faz ser aprovada no Congresso a lei 9.601, conhecida como lei Etelvino Lins. Essa lei impedia definitivamente a propaganda paga na televisão e permitia o uso do rádio e da televisão nos períodos eleitorais. Contrariando os prognósticos do governo, nas eleições desse ano, o MDB viu o seu número de deputados na Câmara Federal subir de 87 para 161, enquanto a ARENA diminuía sua participação de 233 para 203. Um ano antes, o MDB decidira-se por se engajar na luta pela sucessão presidencial com o objetivo de denunciar a arbitrariedade de todo o processo e, em particular, do colégio eleitoral, o órgão encarregado da escolha formal do Presidente da República. Ulisses Guimarães percorreu todo o país numa "anticandidatura" (como o próprio partido propagandeou) que denunciou o regime e aumentou, ainda segundo dados do próprio partido, em 3.500% o espaço da oposição na imprensa (KINZO, 1988).

O sucesso que o MDB vinha alcançando através, em grande medida, de uma utilização eficaz dos espaços existentes nos meios de comunicação, levou o regime militar a estabelecer um controle maior sobre a utilização destes. Esse controle está expresso na "Lei Falcão" (lei 6.339 de 1º de julho de 1976) que estabelecia o mesmo padrão de utilização do tempo na televisão - nome, currículo e foto, exclusivamente, impedindo ainda expressamente os debates. O controle estrito da propaganda não garantiu, entretanto, uma vitória expressiva do governo, que nas eleições do mesmo ano obteve 35% dos votos contra 30% da oposição. A oposição conquistara ainda importantes cidades de médio e grande porte e mantivera a tendência de crescimento (MOREIRA ALVES, 1984).

A força política do MDB não deixava de crescer e, em junho de 1977, aproveitando-se do fato de que a lei Falcão permitia o acesso dos partidos à propaganda de rádio e televisão em períodos não-eleitorais, o partido organizou um programa que atacou duramente o governo e o seu modelo econômico. O programa foi assistido, segundo levantamento feito pelo Jornal do Brasil, por um total de vinte e um milhões de pessoas, ou o equivalente a 70% da população das grandes cidades. O mesmo levantamento afirmava que 69% das pessoas que viram o programa concordavam com os pontos de vista apresentados. O governo Geisel reagiu, enquadrando dirigentes do MDB na Lei de Segurança Nacional e baixando um novo ato complementar que impedia o acesso do MDB ao rádio e à televisão em períodos não-eleitorais (MOREIRA ALVES, 1984).

A partir de 1976, a oposição começou a se fazer ouvir pela sociedade e (re)começou a



sair às ruas. Mas foram as eleições de 1978 que fizeram o regime indagar acerca da eficácia de um sistema político bipartidário. É bem verdade que o regime se preparara antecipadamente para elas decretando, em abril de 1977, um pacote eleitoral que distorcia ainda mais a representação do eleitorado dos principais centros urbanos em detrimento das áreas menos desenvolvidas. Esse dispositivo garantiu a maioria da ARENA no congresso, mas a votação da oposição fala por si mesma: para o senado, o MDB recebeu 56,9% dos votos válidos (embora conseguisse apenas 9 senadores, contra 36 do governo), e para a câmara 49,5% (obteve 189 cadeiras, contra 321) (MOREIRA ALVES, 1984).

O governo Geisel, pressionado pela mudança econômica que se avizinhava claramente no mundo, com a crise do petróleo, somada ao desgaste de mais de uma década de regime militar, com as denúncias de repercussão mundial a respeito das práticas de tortura, prisões e desaparecimentos, começou a apontar para uma abertura “lenta, segura e gradual”. Em 1976 teremos ainda alguns espasmos ditatoriais, como a queda da Lapa, operação que dizimou parte do Comitê Central do PCdoB, que se reunia clandestinamente no bairro da Lapa, em São Paulo e a morte de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, provocando conflitos internos no governo e a demissão de Ednardo D’Ávila, Comandante do II Exército e, posteriormente, Sylvio Frota, Ministro do Exército. O conflito dentro do Exército parecia haver chegado ao limite. Mais do que um problema de direitos humanos, tratava-se de um problema de hierarquia militar (GASPARI, 2004).

O regime acumulara em torno de trezentos mortos e cerca de 6 mil denúncias de tortura, mas, na noite de 18 de janeiro de 1976, o problema do general Ernesto Geisel relacionara-se com a disciplina militar, não com os direitos humanos. Entendia a ditadura como uma modalidade de governo às vezes necessária e, no caso brasileiro, conveniente. Aceitara a tortura e os assassinatos porque vira neles recursos lógicos para a defesa do Estado. Seu limite era a anarquia militar. Perdera quase dois anos de mandato buscando um caminho que lhe permitisse restaurar o primado da Presidência da República sem golpear colegas de farda. (GASPARI, 2004, p. 221)

As contradições dentro das forças armadas, os rumos da economia mundial, as denúncias das arbitrariedades, os resultados eleitorais do MDB indicavam o caminho da “abertura”.

O Governo do general João Figueiredo seria o último da ditadura. Durante seu governo surgiram os primeiros focos de mobilização popular. A partir de 1978, a liberalização gradativa dos controles sobre a mídia, com a suspensão da censura sobre os jornais, coincidiu com manifestações estudantis a favor da anistia e o surgimento do movimento sindical, em

especial no ABC paulista, sob a liderança de Luis Inácio Lula da Silva. O fim do AI-5 e a Lei da Anistia eram sinais claros para a volta dos exilados, cantada em prosa e verso, conforme relato de Betinho:

Aquela canção me forçou a voltar. A primeira vez que ouvi estava no Canadá. Segunda Maria, minha companheira, foi no México. Pouco importa: lembro-me sobretudo da impressão que senti quando a escutei pelo telefone. Henfil me ligou e pediu para que eu a ouvisse. Alguns segundos de silêncio, a música, depois as palavras, lindas, ficaram marcadas em minha memória. Elas não se referiam diretamente ao exílio: a música fazia numerosas referências simbólicas. De repente, apareceram alguns versos - “meu Brasil, que sonha com a volta do irmão do Henfil” -, e, então, percebi do que se tratava. Uma emoção muito grande tomou conta de mim (SOUZA; CHAVES, 1999, p.85)

A Lei da Anistia, em 1979, mesmo com todas as limitações impostas, trazia de volta ao Brasil aqueles que esperavam há anos no exílio, produzindo um sentido profundamente simbólico de liberdade e reabertura, que marcou boa parte da década seguinte.

Junto com o “irmão do Henfil”, voltaram também Luis Carlos Prestes, Fernando Gabeira, Apolônio de Carvalho, entre tantos outros. A redemocratização do Brasil estava em curso. Famosos e anônimos voltavam ao Brasil, trazendo suas histórias e suas memórias. Muitas crianças que haviam saído com seus pais ‘num rabo de foguete’<sup>13</sup>, retornavam, agora adolescentes.

A situação na qual está posto o exilado é complexa. Vivendo entre dois (muitas vezes mais) países, duas culturas, duas fidelidades, dois pertencimentos. Isso se sente já no problema da língua, que retornará a partir de nossas entrevistas.

Herbert Daniel, falando do exílio, afirma que perder a língua é perder a alma. Dividido entre culturas diferentes, os exilados tornavam-se apátridas. Juridicamente, apátrida é aquele que não tem governo para protegê-lo. Em terras estranhas, sem emprego, nem sempre com algum apoio local, o exilado teve que reconstruir a sua vida no exterior enquanto esperava.

---

<sup>13</sup> A expressão, tirada de uma música de João Bosco e Aldir Blanc com letra de João de Barros (“O bêbado e o equilibrista”) se tornou célebre entre a esquerda da época, para se referir aqueles que partiram fugindo do Regime Militar. A letra dizia: Caía a tarde feito um viaduto e um bêbado trajando luto me lembrou carlitos/a lua, tal qual a dona de um bordel/pedia a cada estrela fria/um brilho de aluguel/e as nuvens, lá no mata-borrão do céu chupavam manchas torturadas/que sufoco, louco/o bêbado com o chapéu torto/fazia irreverências mil/prá noite do brasil, meu brasil.../que sonha, com a volta do irmão do henfil/com tanta gente que partiu/num rabo de foguete chora, a nossa pátria mãe gentil/choram marias e clarisses/nos lares do Brasil/mas sei que uma dor assim pungente não há de ser inutilmente, a esperança/dança na corda bamba de sombrinha/em cada passo dessa linha/pode se machucar, azar/a esperança equilibrista/sabe que o show de todo artista/tem que continuar...

Pelas ondas curtas do rádio, por cartas que nem sempre chegavam, buscava informações sobre a “conjuntura política”, as condições para a volta.

Diversas pesquisas sobre memória de exilados, autobiografias e romances tratam deste sentimento de incerteza, que aumentava ainda mais quando se tratava de levar junto a família para essa jornada.

O exílio não era apenas uma decisão pessoal, fruto da avaliação de militantes individuais contra o Regime Militar, mas resultado de todo um contexto institucional que foi, progressivamente, tornando impossível a vida comum dos opositores. Além do clima de “ame-o ou deixe-o”, de todo o peso da campanha propagandística do Regime a que já se fez referência, direitos iam sendo sucessivamente suspensos e o autoritarismo cada vez mais presente no cotidiano.

A partir do final de 1968, com o AI-5, os opositores considerados “um risco” passaram a ter seus passaportes cassados e impedidos de retornar. Os que permaneciam no Brasil ou “caíam na clandestinidade” isto é, passavam a manter uma rotina de esconder-se, usar nomes falsos, dentro do próprio país, ou buscar exílio em outros países através de fugas por “terra, por céu ou por mar”. Centenas de ativistas políticos deixaram o país neste período para destinos diversos. No início do capítulo 3 (três) retomarei algumas reflexões sobre o exílio, a fim de construir melhor o quadro contextual no qual se deu a experiência daqueles que foram forçados a abandonar o país. Há que se considerar também a questão da culpa, que atingia, de formas diferentes, os opositores do regime. Também retornarei a essa estratégia de culpabilização que o Regime Militar utilizou em larga escala.

## **CAPÍTULO 2 – CIÊNCIAS HUMANAS E MEMÓRIA SOCIAL: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DOS DEPOIMENTOS DE FILHOS DOS EXILADOS DURANTE O REGIME MILITAR**

Para melhor entender o contexto no qual se produzem os discursos dos filhos dos exilados durante o Regime Militar, torna-se necessário percorrer e tentar sanar alguns obstáculos conceituais relativos à noção de memória social. A amplitude da produção sobre essa noção exige não só um esforço de síntese na apresentação, mas também escolhas. Exige ainda que tratemos do desenvolvimento das perspectivas disciplinares que convergem ou tangenciam o seu estudo.

Num primeiro momento será apresentada uma rápida referência ao debate disciplinar entre a Sociologia e a Psicologia, para então esboçar o desenvolvimento de um campo de estudos em torno da “memória social”, campo de estudos este que recebe contribuições de diversas disciplinas, tais como Psicologia, a Psicanálise, a Sociologia, a Antropologia, a História, entre outros, além da própria Psicologia Social.

Num segundo momento produzirei, a partir da diversidade de perspectivas apresentadas, e seguindo indicações de Celso Sá (2005), uma tentativa de síntese, bem como apontarei algumas formas de trabalhar com a memória social que ajudem a tratar do da memória dos filhos de exilados políticos no Brasil.

### **1 – A MEMÓRIA COMO CAMPO DE ESTUDOS PSICOSSOCIAIS**

O campo de estudos em torno de uma Psicologia Social que se orienta para a memória social se desenvolve a medida que as perspectivas fenomenológicas e hermenêuticas dão força e coerência as suas pretensões epistemológicas. Num primeiro momento, entretanto, o desenvolvimento das reflexões que irão culminar nesse campo de estudos esteve necessariamente vinculado à matriz positivista. Se Comte tratava de negar à Psicologia qualquer possibilidade de se constituir como uma ciência, tal não fará Durkheim, como veremos. De tal forma que este último pode, com justiça, ser considerado um dos grandes desbravadores do estudo científico da memória coletiva.

O tema da memória transversaliza de forma inequívoca as pretensões das disciplinas particulares em capturá-lo. A memória social envolve questões sociológicas, psicológicas e históricas ao mesmo tempo. Por isso será necessário percorrer sinteticamente algumas contribuições dessas disciplinas. Uma interessante tentativa de organização das posições em torno da memória social como objeto de estudos nas ciências sociais e humanas virá de Berger e Luckmann:

Há uma dicotomia fundamental entre a concepção do homem como um ser que se produz a si mesmo e a concepção da “natureza humana”. Isto constitui uma decisiva diferença antropológica entre Marx e qualquer perspectiva adequadamente sociológica, de um lado, (especialmente a que é fundada na Psicologia Social de Mead), e, de outro lado, Freud e a maioria das perspectivas psicológicas não-freudianas. O esclarecimento desta diferença é muito importante se quisermos que haja um debate significativo entre os campos da Sociologia e da Psicologia hoje em dia. Na própria teoria sociológica é possível distinguir várias posições conforme se aproximem mais do polo “sociológico” ou do polo “psicológico”. (BERGER e LUCKMANN, 1973, p.72)

Uma Psicologia Social de cunho fenomenológico e hermenêutico compreensivista só se tornará importante a partir do final da II Guerra Mundial. A Psicologia se encontra numa situação privilegiada frente às contendas epistemológicas. Afinal, ela é a disciplina que sistematiza o estudo daquilo que existe de interior no ser humano. Augusto Comte já tinha apontado com acuidade o problema fundamental:

Constitui o melhor meio de conhecer as paixões sempre observá-las de fora. Porquanto todo estado de paixão muito pronunciado, a saber, precisamente aquele que será mais essencial examinar, necessariamente é incompatível com o estado de observação. No entanto, quanto a observar da mesma maneira os fenômenos intelectuais durante seu exercício, há uma impossibilidade manifesta. O indivíduo pensante não poderia dividir-se em dois, um raciocinando enquanto o outro o visse raciocinar, O órgão observado e o órgão observador sendo, neste caso, idênticos, como poderia ter lugar a observação? (COMTE, 1996, p. 33)

Em suas pretensões que garantiriam o acesso ao status privilegiado de ciência à Psicologia, de diversas formas Comte procurou sempre encontrar algum substrato fisiológico que seria a chave do entendimento do homem.

Também o acesso ao estudo da coletividade era algo fora do foco do interesse dessa matriz positivista na Psicologia e na Psicologia Social. Para Allport - importante pensador do primeiro momento da Psicologia Social americana – por exemplo, a consciência só pode ser a

“consciência do indivíduo”; não podemos falar, por exemplo, em consciência da multidão, uma vez que esta (a multidão) não possui sistema nervoso central, essencial para a construção da consciência. (FARR, 1998). Pesquisas sobre “conformismo grupal”, típicas desta época, demonstravam como o sujeito poderia ser influenciado e ter seu comportamento individual modificado.

No caminho da construção da Psicologia Social encontra-se a contribuição de Émile Durkheim. Discípulo de Comte, Durkheim contribuiu decisivamente para o estabelecimento da Sociologia como uma ciência academicamente reconhecida. Além de desenvolver o método comparativo, circunscreveu o âmbito da nova disciplina em torno do estudo e pesquisa do fato social. Este foi definido como as formas de sentir, pensar e agir estabelecidas socialmente e que se impõem aos indivíduos (DURKHEIM, 2002, p.33).

Mais importante para o tema que nos diz respeito é a contribuição, diretamente ligada à definição de fato social, ao estudo das representações coletivas. Para Durkheim a vida, tanto a individual quanto a coletiva, é feita de representações. A consciência não é um mero epifenômeno da vida psíquica, sendo independente em relação à matéria nervosa. Como Bouglé sintetizou:

Por toda parte onde há vida em comum, aparecem efeitos que ultrapassam e extravasam as propriedades dos elementos particulares: a síntese é criadora. Assim como o conhecimento do que se passa nas células cerebrais não nos daria a chave das representações individuais, assim também o conhecimento do que se passa nas consciências individuais não nos daria a chave das representações coletivas. Para Durkheim, a ideia-mestra, a ideia-modelo é a da síntese química, que faz aparecer fenômenos que as propriedades dos elementos isolados não fariam prever. (DURKHEIM, 1970, p. 10-11)

Procurando construir outro lugar para o estudo das representações coletivas – que escape tanto à psicologia introspeccionista, prisioneira do que o autor chama de “dilema da consciência” quanto da psicofisiologia - Durkheim termina seu texto intitulado “Representações individuais e representações coletivas” da seguinte forma: “A Psicologia é a ciência da mentalidade no indivíduo, a Sociologia é a ciência da mentalidade na sociedade. A Psicologia Coletiva é a sociologia de uma forma integral”.

Tal interesse de Durkheim pelas representações coletivas é também resultado de seu apreço pela Antropologia e o estudo dos povos não-industriais. Seu sobrinho, Marcel Mauss,

foi um dos mais destacados antropólogos franceses e com ele Durkheim escreveu diversos trabalhos. Embora os dois não trabalhassem com relatos orais diretos, como passarão a fazer os antropólogos após a revolução de Malinowski e de Boas, eles trabalharam com muitos relatos tradicionais, que colocavam em movimento a memória coletiva.

A obra de Durkheim pode assim ser considerada legitimamente uma contribuição fundamental para o estabelecimento da Psicologia Social como um campo de estudos para as ciências humanas.

Existirá, no entanto, algo a unificar esse campo de estudos? Existe uma atitude comum que pode ser qualificada de construcionista. Vejamos a definição de Celso Sá:

A memória humana não é uma reprodução das experiências passadas, e sim uma construção, que se faz a partir daquelas, por certo, mas em função da realidade presente e com o apoio de recursos proporcionados pela sociedade e cultura. (SÁ, 2005, p. 66)

Partindo dessa definição e procurando encontrar os pontos em comum, como também a diversidade de perspectivas e contribuições, é que faremos um esforço de síntese das principais formulações para a construção de um campo de estudos em torno da memória social alimentado pela Psicologia Social. Trataremos, em momentos distintos e sucessivos, das contribuições clássicas de Maurice Halbwachs e Frederick Bartlet, das contribuições derivadas da História (especialmente Pierre Nora e Paul Ricouer), das contribuições derivadas da Sociologia (Berger e Luckman, Jedlowski e Michel Pollak) e, por fim, das contribuições da Psicologia Social (Serge Moscovici e Jodelot).

O debate acerca das relações entre a Psicologia e a Sociologia é longo e complexo, contando com muitas contribuições. Importa-nos apenas registrar o essencial, a saber, que dois eixos principais o estruturam: a centralidade no indivíduo ou na sociedade/coletivo e a fundamentação epistemológica positivista ou interpretativista<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Por interpretativismo entendemos aqui aquelas perspectivas epistemológicas que, a partir da década de 60 e 70 do século XIX, na Alemanha, começaram a se opor ao positivismo. Abarcando autores como Dilthey, Rickert, Williband, o interpretativismo partilha da concepção segundo a qual os métodos e a matéria de estudo das ciências sociais são distintas do estudo das ciências naturais. Essas últimas se prestam a leis e regularidades, enquanto as ciências sociais devem se preocupar com a interpretação da vida social a partir dos distintos valores que os homens atribuem aquilo que está em jogo, sendo o estabelecimento de regularidades nomológicas – se possível – posterior a um intenso esforço de compreensão e atribuição de sentido.

Embora não exista uma vinculação direta entre os elementos à esquerda de cada um dos eixos, é evidente sua proximidade. Assim, num primeiro momento praticamente toda pesquisa em Psicologia se manteve centrada no indivíduo. As pesquisas de Wundt no final do século XIX na Alemanha e de Watson no início do século XX nos EUA são os exemplos mais importantes<sup>15</sup>. A partir das primeiras décadas do século XX é que se estrutura mais claramente uma Psicologia Social com obras de autores como a de MacDougall, Allport e George H. Mead, só para ficar nos principais nomes. Os dois primeiros, mais uma vez enfatizando o indivíduo e partilhando da matriz positivista, e o terceiro construindo uma Psicologia Social de tipo fenomenológico e pragmático ao lidar com o social ou coletivo a partir da noção de intersubjetividade. Constitui-se assim um mapa inicial para aproximação, pois nem todos os autores ou perspectivas psicológicas se encontram nele.

Com o tempo, perspectivas que se centram no social/coletivo e possuem fundamentos positivistas se estruturam (a Sociologia já surge, como vimos, fortemente ancorada no positivismo), bem como tendências que focam no indivíduo fundamentando-se em variantes da Fenomenologia ou Hermenêutica.

Características marcantes de uma determinada sociedade ou cultura também condicionam fortemente a maneira como se produz a própria ciência, e a Psicologia Social não fugiu a essa regra. Nos Estados Unidos, por exemplo, o forte individualismo predominante levou ao que Farr chamou de uma “individualização da Psicologia Social na América do Norte” (1988, p. 135-150). Na Europa, e em especial na França, uma tendência a um peso maior na coletividade é a regra (veja-se, por exemplo, a Psicologia Social de Moscovici).

Halbwachs e Bartlett podem ser tomados aqui como ponto de partida para os outros, deve-se a ambos uma perspectiva construtivista básica, de natureza psicossocial, nos estudos sobre a memória.

---

<sup>15</sup> Mas Farr lembra que Wundt também construiu uma Psicologia Social no final de sua vida, embora ela tenha permanecido inacessível para muitos por não ter sido traduzida para o inglês (FARR, 1998, p. 56). Para Farr, a Psicologia Social como disciplina (se ela é uma disciplina diferenciada) existe precariamente num nível intermediário entre o indivíduo e o coletivo (1998, p. 76).



Mais do que isso, a preocupação e a interlocução com a Psicologia por parte do primeiro<sup>16</sup> e a inclinação sócio-antropológica do segundo nos permitem iniciar, apontando a necessidade de superar as polaridades e oposições simples entre essas duas disciplinas, tratando-as mais como um *continuum* de preocupações com o entendimento da vida social que vai do indivíduo ao coletivo. Uma Psicologia Social que trate adequadamente o tema da memória social deve buscar contribuições tanto na Sociologia como na Psicologia Social, e nas duas formas de Psicologia Social – a sociológica e a psicológica.

A filiação de Halbwachs a Durkheim e a Escola Sociológica Francesa é conhecida. O ponto de partida é o mesmo: a preeminência do coletivo sobre o indivíduo, a limitação das expressões individuais pelos arranjos coletivos.

Tal preeminência ou conformação não significa em Halbwachs<sup>17</sup> (como também não significou para Durkheim, demonstrou-o muito bem Jean Duvignaud em seu prefácio) uma negação da liberdade individual ou conformismo social. O espaço para a criação e para a expressão individual existe. A noção de consciência coletiva, avanço notável das ciências sociais e humanas do século XX (embora formulada já no final do século XIX em *A divisão do trabalho social*) não podia chegar a suas últimas consequências por conta da antiquada imagem – cristalizada pelo pensamento filosófico kantiano e neo-kantiano – da “consciência de si”. Halbwachs investiu na tradição fenomenológica de Bergson e Husserl, de onde traz a ideia de intencionalidade da consciência: esta é sempre consciência para algo, consciência relacional.

A memória coletiva não é uma consciência de algo objetivamente dado (a analogia durkheimiana de tratar os fatos sociais como coisas é apenas uma analogia, que pretende dotar o objeto de estudo da Sociologia de relevância epistemológica, e não equiparar as coisas sociais às coisas físicas), mas de algo que se reconstrói à medida que age, que rememora. Assim, na definição de memória coletiva:

---

<sup>16</sup> Veja-se, por exemplo, essas notas biográficas acerca de Halbwachs tal como transmitidas por J.-Michel Alexandre: “A partir de 1932 foi membro da Academia de Ciências Morais e Políticas. A partir de 1935 membro do Instituto Internacional de Estatística. De 1938 em diante, presidente do Instituto Francês de Sociologia. Desde 1943 vice-presidente da Sociedade de Psicologia. Em 1936 participou como delegado da Conferência dos Estatísticos do Trabalho, do Bureau du Travail, em Genebra (...) Em 1944, pouco antes de ser deportado tinha sido nomeado professor de Psicologia Social no College de France”. (HALBWACHS, 2006, p. 18).

<sup>17</sup> HALBWACHS, 2006, p. 8-10.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-la; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 41).

A recordação em comum é a matéria da memória social. Um processo complexo de composição de imagens, narrativas, textos, etc., que atravessam grupos de maior ou menor número, mais ou menos articulados a outros grupos sociais. O grau de complexificação dessa memória coletiva depende tanto do grau de articulação e relação entre o maior número de grupos quanto do tipo de experiências que os grupos vivenciam.

A memória coletiva é, portanto, plural. Ela nega a existência de uma memória universal, enfatizando o pluralismo das perspectivas no interior do coletivo. Retomando preocupações centrais à obra de Durkheim, mas melhor apetrechado conceitualmente do que aquele em virtude de seu diálogo com a fenomenologia, Halbwachs tematiza o investimento do indivíduo no grupo, seu grau e nível de envolvimento como capaz de um protagonismo maior ou menor na construção social da memória coletiva.

A capacidade de estabelecer consenso entre o maior número de pessoas garante memórias com maior visibilidade. Aqui também já se aponta a importância da memória como expressão e como fonte de poder, capaz de construir ou desconstruir determinadas narrativas. A memória dos grupos sociais é sempre relativa aos seus contatos com outros grupos e a conformação de maiorias no seu interior:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. As relacionadas a um número muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória (já que, pelo menos em parte, ocorreram em seus limites), passam para o segundo plano. (HALBWACHS, 2006, p. 51)

Desde a perspectiva do interior de um grupo social determinado, a relação entre o coletivo e o indivíduo não é, de forma alguma, simples. De forma análoga aos efeitos das relações entre diversos grupos sociais, nas quais a memória coletiva se compõe de lembranças

distintas, com graus de articulação e intensidade também distintos, a relação entre os indivíduos e o coletivo ao qual pertencem num momento determinado também varia de acordo com a posição daqueles no interior deste. Por mais que a memória coletiva seja uma força social, ela não apaga a importância do vetor individual:

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p. 69)

A noção de memória coletiva enfatiza o aspecto de construção e reconstrução permanente da vida social. Por ela, podemos ter acesso às diversas vias de construção e sedimentação da vida social, bem como suas tensões em direções distintas. O que Halbwachs se permitiu em termos de flexibilidade para compreender a vida social via a noção de memória, enrijeceu por outro lado em termos de sua compreensão da história e da memória histórica. O que se avançou em termos de compreensão da memória coletiva via pluralidade de perspectivas e de intencionalidade da consciência se perdeu numa visão de história aparentemente reificada.

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição não ultrapassa os limites desse grupo. (...) Na realidade existem muitas memórias coletivas. Esta é a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e se pode dizer que só existe uma história. (...) Em geral a história só começa no momento em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. (HALBWACHS, 2006, p. 100-105)

A maior dificuldade com essas formulações salta logo à vista. Em que momento a “memória social viva” deixa de existir e se torna “história”? Nas sociedades complexas o movimento parece ser outro. Os grupos realimentam permanentemente suas memórias particulares, transformando mesmo esse cultivo em um valor. Mas deixemos essas questões para mais tarde, quando tratarmos das relações entre a história como e a memória.

Bartlett (produzindo sua obra no segundo quarto do século XX, a partir dos EUA) rejeitava a perspectiva de Ebbinghaus<sup>18</sup>, que procurava eliminar as respostas pessoais e idiossincráticas das pessoas em relação ao material que eram solicitadas a memorizar e recordar sobre as condições controladas dos experimentos sobre a memória. Ao se eliminar as variáveis sociais externas de qualquer experimento laboratorial, o que se alcança não são as capacidades psicológicas em seu estado “puro”, mas, ao contrário, cria-se um novo contexto ao qual o organismo humano deve responder (BARTLETT, 1995).

O autor vai além do cognitivismo e procura articular, em sua perspectiva da compreensão da memória, a cognição e os símbolos culturais. A crítica da cognição parte da necessidade de entender o poder dos símbolos como algo mais amplo do que a simples capacidade de ditar a percepção individual. O poder dos símbolos está relacionado à capacidade que estes têm de articular todo um processo cultural de convenções. Trata-se de processos de produção e reprodução contínua de sentidos por parte dos indivíduos na sua relação com os outros.

Por essas e outras razões, Bartlett talvez tenha sido mais apropriado e utilizado pela antropologia que aborda a questão da recordação e do esquecimento do que pela Psicologia Social contemporânea.

(...) a carreira de Bartlett foi forjada na utilização de métodos psicológicos para perseguir questões antropológicas relacionadas à ‘convencionalização’ de materiais culturais – ou seja, como os indivíduos e grupos se apropriam de, modificam e adaptam materiais que são estranhos ou novos para eles. (MIDDLETON, D & BROWN, S., 2006, p. 75, *tradução nossa*)

O processo de transformação e criação de material cultural/simbólico pode ser estendido ao processo de recordação de cada sujeito. O material é evocado conforme o significado que tem para o indivíduo e seu grupo, podendo ficar intacto, ser profundamente alterado ou esquecido, de acordo com a convencionalização que sofreria.

Bartlett atribui à convencionalização os princípios da:

- Assimilação a formas culturais já existentes dentro do grupo receptor,

---

<sup>18</sup> Hermann Ebbinghaus (1885-1964), considerado um dos pioneiros do estudo da memória, realizava no final do século XIX estudos experimentais em laboratório.

- Simplificação, ou abandono de elementos peculiares à cultura do grupo que recebe,
- Retenção, em um número de casos, de detalhes peculiares ao grupo de comunicação, mas aparentemente não centralmente relacionadas com o costume, ou produto, que é adotado.

Nesse processo de convencionalização através de símbolos que organizam o mundo, especial importância tem a noção de *esquema como cenário organizado*.

Bartlett faz um uso bastante crítico dessa noção de esquema, uma vez que ela está muito contaminada pelas perspectivas cognitivistas que veem nos esquemas, modelos de disposição inatas aos homens, que condicionam sua percepção e entendimento do mundo. Para Bartlett, o esquema se define como a adaptação contínua e dinâmica entre as pessoas e seus ambientes físicos e sociais; são arranjos socioculturais que tornam confusos os limites entre o mundo social e os indivíduos. Nesse sentido, ele é um cenário organizado. Estar consciente é ter uma percepção reflexiva do cenário organizado no qual nossas ações e pensamentos estão situados (BARTLETT, 1995).

O processo de convencionalização (conceito tomado do antropólogo francês Rivers) de materiais culturais nos permite ver que lembrar, construir uma memória, é uma atividade construtiva, ou seja, aquilo que “rememoramos” também é transformado no ato da comunicação. Mais ainda, rememorar envolve selecionar e excluir coisas. (MIDDLETON, D. & BROWN, S., 2006)

O processo de transformação e criação de material cultural/simbólico pode ser estendido ao processo de recordação de cada sujeito. O material é evocado conforme o significado que tem para o indivíduo e seu grupo, podendo ficar intacto, ser profundamente alterado ou esquecido, de acordo com a convencionalização que sofreria.

Estabelecendo bases sólidas para seu construcionismo, define:

Lembrar não é a re-excitação de inumeráveis traços fragmentados, fixos e sem vida. É uma re-construção, ou construção imaginativa, feita a partir de nossa atitude em relação a uma massa ativa de reações ou experiências do passado organizadas, e em relação a pequenos detalhes importantes que comumente aparecem em imagem ou na forma da linguagem. (BARTLETT, 1995, p. 213, *tradução nossa*)

Paralelamente, no entanto seguindo uma linha bastante diferente, a questão do esquecimento “cheio de sentido” foi primeiramente introduzida por Sigmund Freud. Ao colocar um sentido inconsciente no esquecimento, Freud, em 1900, retirou-o do lugar de ‘falta de lembrança’ até então designado a este. Tratou o tempo e o passado com destaque. Para a psicanálise, o psiquismo é dominado pelas recordações inconscientes, história não visível dos sujeitos, não acessível conscientemente.

Neste contexto, o passado longínquo, de onde nos olha a distante infância, terá um papel preponderante. Paradoxalmente, apesar de serem fundamentais para a construção da memória, os processos inconscientes não são eles mesmos atemporais; “a relação com o tempo está ligada ao trabalho do mundo consciente”, disse Freud. Ao dizer isto, coloca a memória em um terreno bem diverso de outras áreas de saber e recebe a já famosa crítica de Piaget a estes pressupostos: o passado apreendido pela experiência psicanalítica é um passado reconstituído, e não um verdadeiro passado. Le Goff, em sua obra “História e Memória”, ao se referir ao assunto, recupera uma citação de Piaget:

O que esta operação nos dá é a noção atual do sujeito sobre o passado e não o seu conhecimento direto. E, como Erikson afirmou (um psicanalista não ortodoxo com o qual estou inteiramente de acordo), o passado aparece reconstruído em função do presente, da mesma forma que o presente é explicado em função do passado. Há uma interação entre eles, enquanto, para o freudismo ortodoxo, é o passado que determina o comportamento atual do adulto. Como se conhece, então, esse passado? Através de recordações que são reconstruídas num contexto, que é o do presente e em função deste mesmo presente. (*Apud* LE GOFF, 2003, p. 225)

Dirá o autor, inclusive, que a psicanálise freudiana se inscreverá num vasto movimento anti-histórico, que tende a negar a importância da relação passado e presente. (LE GOFF, 2003)

Connerton (2003) aponta o papel que a psicanálise joga na recordação e no esquecimento dos sujeitos:

Central para o estudo da memória como é entendida na psicanálise é a distinção entre duas formas contrastantes de trazer o passado para o presente: atuação (*acting out*) e recordação. Atuação consiste num tipo de ação no qual o sujeito, nas garras de desejos e fantasias inconscientes, revive-os no presente com uma impressão de imediatismo que é salientada pela sua incapacidade de reconhecer-lhes a origem e, portanto seu caráter repetitivo. O comportamento de atuação geralmente apresenta um aspecto compulsivo que sobressai ao resto dos padrões de comportamento do sujeito. Frequentemente ele assume a forma de comportamento agressivo que pode ser dirigido aos outros ou contra si mesmo. Do ponto de vista explicativo, o ponto crucial é que a atuação, seja violenta ou controlada, direcionada para fora ou para si mesmo, ou quer ocorra no mundo lá fora ou entre analisando e analista, é uma evidência da compulsão de repetição. É como resultado desta compulsão de

repetição que o analisando põe a si próprio em situações aflitivas: dessa forma repetindo uma antiga experiência. Mas na compulsão de repetição o agente fracassa em lembrar o protótipo de suas ações presentes. Pelo contrário, ele tem a forte impressão de que a situação na qual eles estão 'fisgados' é plenamente determinada por circunstâncias presentes no momento. A compulsão de repetição tomou o lugar da capacidade de lembrar. 'O paciente repete ao invés de lembrar e repete sob a condição de resistência': a fórmula ocorre num texto crucial para a técnica analítica, 'Remembering, repeating and working through' que Freud escreveu em 1914. (CONNERTON, 2003, p.25, tradução nossa)<sup>19</sup>

Connerton então apresenta o trabalho psicanalítico como um esforço sistemático para transformar atuação em lembrança. O autor diz que, no trabalho analítico, o conteúdo manifesto na forma de atuação vai aparecer como uma descontinuidade na narrativa de vida do analisando, como se partes de seu passado estivessem bloqueadas, e nesse caso não apenas partes do passado pessoal, mas também aspectos dos atos presentes que são dotadas de sentido por estas partes.

Recordar, então, não é ser capaz de rememorar eventos como fatos isolados; é precisamente ser capaz de formar uma narrativa sequencial dotada de sentido. Em nome do compromisso com uma narrativa particular, um esforço é feito no sentido de integrar fenômenos isolados ou alienados em um único e coeso processo. Esse é o sentido no qual a psicanálise toma si a tarefa de reconstituir histórias individuais de vida. (CONNERTON, 2003, p.26, tradução nossa)<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Central to the study of memory as understood in psychoanalysis is the distinction between two contrasting ways of bringing the past into the present: acting out and remembering. Acting out consists in a type of action in which the subject, in the grip of unconscious wishes and fantasies, relives these in the present with an impression of immediacy which is heightened by the analysand's refusal or inability to acknowledge their origin and, therefore, their repetitive character. The behaviour of acting out generally displays a compulsive aspect which is at odds with the rest of the analysand's behaviour patterns. Often it takes the form of aggressive behaviour which may be directed against others or against the self. From the explanatory point of view, the crucial point is that acting out, whether violent or subdued, whether directed against others or against the self, and whether it occurs outside or within the relationship between analyst and analysand, is evidence of the compulsion to repeat. It is as a result of this compulsion to repeat that analysands deliberately place themselves in distressing situations: in this way repeating an old experience. But in compulsive repetition the agents fail to remember the prototype of their present actions: in the contrary they have the strong impression that the situations in which they are 'caught up' are fully determined by the circumstances of the moment. The compulsion to repeat has replaced the capacity to remember. 'The patient repeats instead of remembering and repeats under the condition of resistance': the formula occurs in a text crucial for analytic technique, Freud's 1914 essay on 'Remembering, repeating, and working through'.

<sup>20</sup> To remember, then, is precisely not to recall events as isolated; it is to become capable of forming meaningful narrative sequences. In the name of a particular narrative commitment, an attempt is being made to integrate isolated or alien phenomena into a single unified process. This is the sense in which psychoanalysis sets itself the task of reconstituting individual life histories.

Se é verdade que a psicanálise tem méritos no debate sobre memória e esquecimento, por ter sido a primeira a 'encher' o vazio do esquecimento, há também problemas: é uma teoria que se refere a um esquecimento pessoal, fruto de ações inconscientes intrapsíquicas.

Apesar de Freud ter estabelecido um conflito entre consciência e inconsciência, por um lado, e indivíduo e civilização, por outro, ele nunca atribuiu nenhum conteúdo determinado cultural ou historicamente a quaisquer destes conflitos. Para Freud, indivíduos esquecem-se daqueles episódios que são traumáticos para si mesmos. (SANTOS, 2003, p. 113)

Do mesmo modo que ocorreu com a psicologia experimental de um modo geral, e apesar da enorme importância da psicanálise freudiana, seu limite dificulta uma interação maior com campo da memória social e com o debate sobre as causas sociais do esquecimento. É necessário buscar as contribuições que possam auxiliar a encontrar respostas sobre a lembrança e esquecimento como produções eminentemente sociais.

A importância sobre o lembrar e o esquecer passou a ser considerada por diferentes matizes teóricas, que a partir de perspectivas psicossociais incorporaram esta dimensão do esquecimento:

Também é preciso considerar que o esquecimento social é cheio, ou seja, não está no universo da falta, próprio das patologias da memória, mas na discussão dos sentidos, e tem também uma elaboração e constituição social (VIEIRALVES DE CASTRO, 2005, p. 121)

Encontramos esta abordagem mais voltada para um contexto social quando voltamos nossos olhos para a Antropologia, os estudos sobre memórias de grupos se constituíam-se como ferramentas utilizadas para poder investigar a permanência de crenças e valores em determinadas comunidades, por exemplo. Todavia, os estudos sobre memória, nessa perspectiva, foram poucos.

A preocupação com a memória é constitutiva da História como disciplina. Os historiadores, em boa medida, dialogam com a memória dos povos, procurando investigar se



as narrativas construídas dessa forma correspondem efetivamente a sucessão dos acontecimentos e suas estruturações.

As memórias coletivas constroem narrativas que encadeiam e dão sentido aos acontecimentos sociais. Com o advento das sociedades modernas, a memória parece sofrer grandes transformações. De fato, autores tão distintos como Jacques Le Goff, Walter Benjamin e Pierre Nora, por exemplo, concordam com o acontecimento de uma mudança fundamental na maneira como se produzem e se reproduzem as memórias coletivas.

Seguindo o roteiro que LE GOFF (2003) apresenta, podemos esquematizar as transformações da memória coletiva através de cinco momentos: 1) a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”; 2) o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade; 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; 4) os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; 5) os desenvolvimentos atuais da memória entre o oral e o escrito. Não cabe aqui detalhar tais momentos. Le Goff propõe inclusive que o termo memória coletiva seja reservado às sociedades ágrafas, o que não é absolutamente consensual. (2003, p. 423-424)

Nas sociedades sem escrita, de qualquer forma, a memória tem um papel muito mais extenso, uma vez que cada indivíduo e grupo tem que transportar em seu aparelho mental todas as lembranças que permitam encadear conhecimentos necessários à vida cotidiana e ritual. Mas essa memória nas sociedades sem escrita não é uma memória que retenha cada palavra, seguindo com exatidão um determinado texto.

Assim, enquanto a reprodução mnemônica palavra por palavra estaria ligada à escrita, as sociedades sem escrita, excetuando certas práticas de memorização *ne varietur*, das quais a principal é o canto, atribuem à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas. (LE GOFF, 2003, p. 426)

A escrita traz, portanto, importantes mudanças para a memória coletiva. Grande parte desta pode, agora, ser objetivada em textos acessíveis a qualquer pessoa versada. É claro que isto é um longo processo, que vai desde a invenção dos caracteres uniformes até os computadores pessoais e a telefonia móvel, passando pela invenção crucial do alfabeto e a invenção da prensa por Gutenberg.

Ao longo da história humana, a memória é fonte não só da criação de mitos e ritos, mas também instrumento de poder. A fixação dos feitos e iniciativas das elites e dos grupos e classes dominantes em monumentos, textos escritos e imagens procura perpetuar uma determinada visão do que é a história. Nesse sentido, a memória coletiva é uma espécie de história popular ou de senso comum.

Com a difusão da imprensa, todas as teorias da Antiguidade Clássica e do período medievo relativas às técnicas mnemônicas e o cultivo do espírito que recorda, por exemplo, perdem força. A partir da modernidade, e, sobretudo das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, a memória passa a se inscrever cada vez mais em novos suportes, objetivando o que antes era, necessariamente, da ordem da intersubjetividade<sup>21</sup>.

Para Pierre Nora, o período contemporâneo se caracteriza, entre outras coisas, pelo interesse no efêmero. Os meios coletivos de produção da memória estariam a desaparecer e a adequação entre história e memória, até então não-problematizada, se rompe. A multiplicação dos “lugares de memória” é resultado exatamente daquilo que Nora chama de o “arrancar da memória sob o impulso conquistador da história, pois “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 8-9).

Os lugares de memória vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea, é preciso organizar celebrações, manter aniversários, escrever atas, porque essas operações não são naturais. A memória no mundo contemporâneo é quase o oposto do que ela foi nas sociedades tradicionais: deliberada, vivida como um dever, não mais espontânea – uma “memória-arquivística”.

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. (NORA, 1993, p. 14)

Walter Benjamin faz algumas considerações semelhantes à Nora quanto a transformação da memória, tomando como ponto de partida a narrativa. A arte de narrar tende para o fim porque o lado épico da verdade, a sabedoria, está agonizando. E a memória é a

---

<sup>21</sup> Isto não significa que a intersubjetividade desaparece como um dos elementos de suporte da memória social.

capacidade épica por excelência. O desaparecimento da narrativa é resultado, em larga medida, de uma nova forma de comunicação - a informação - e do declínio da experiência na formação dos sujeitos.

A informação exige pronta verificabilidade e plausibilidade, além de oferecer pontos de apoio para a atuação no mundo. A imprensa se utiliza da informação para veicular suas notícias, que mobilizam em virtude de seu caráter de novidade. Com a narrativa é diferente, ela não se esgota, e conserva sua força mesmo depois de passado muito tempo.

Escrevendo nas primeiras décadas do século XX, Benjamin (que se suicidou ao ser detido pelas tropas do eixo na fronteira entre a França e a Espanha em 1940) tinha, junto com o grupo da Escola de Frankfurt, as novas formas de comunicação como uma temática de fundo de sua obra. Reconhecendo a centralidade que os novos meios de comunicação e de reprodução jogam na sociedade contemporânea, era menos pessimista do que Adorno e Horkheimer acerca das consequências desses meios. Dessa forma, o desaparecimento da arte de narrar – e da memória própria a esta – não é visto como um “fenômeno da decadência”, apresentando também novas possibilidades. Benjamin era particularmente apreciador das possibilidades trazidas pelo cinema em construir novas formas de se contar histórias ou transmitir experiências, por exemplo.

A contribuição de Berger e Luckmann (*A construção social da realidade*, 1962) para a construção de uma Psicologia Social reforça nosso argumento de que as perspectivas fenomenológicas e hermenêuticas são centrais para tal disciplina. Os autores reconhecem sua dívida para com Max Weber e Alfred Schultz. Weber apontara, como sabemos, a importância de se apreender o sentido subjetivo que os atores concedem a suas ações e a importância deste sentido para compreendermos o mundo social. Schutz, indo na mesma direção, enfatizou a necessidade de se compreender o mundo da vida cotidiana e suas estruturas de percepção.

A sociologia do conhecimento que estabelecem então tem como ponto de partida a própria noção de realidade. Esta não é tida como um dado, mas como algo que deve ser problematizado. O que a sociedade concebe ou conhece como realidade? Como qualquer corpo de conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade? Como a realidade é construída socialmente? Por esse caminho, todo o livro é, ao mesmo tempo, “uma ponte teórica para os problemas da Psicologia Social” (BERGER e LUCKMANN, 1973).

Para Berger e Luckmann a realidade é uma construção que se faz ao se estabelecer o vínculo entre objetividade e subjetividade. Tal realidade é sempre fruto de uma negociação tensa entre os diferentes atores sociais.

Há múltiplas realidades, tais como são apreendidas pelo homem. O domínio da vida cotidiana, no entanto, possui primazia sobre todos os outros, não só porque é aquele no qual habitamos mais tempo, mas também porque é, por excelência, o mundo da intersubjetividade:

A realidade da vida cotidiana apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo junto com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência. Estou sozinho no mundo de meus sonhos, mas sei que o mundo da vida cotidiana é tão real para os outros quanto para mim mesmo. (...) O que tem a maior importância é que eu sei que há uma contínua correspondência entre meus significados e seus significados neste mundo que partilhamos em comum, no que respeita a realidade dele. A atitude do senso comum é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a todos os homens. O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana. (BERGER e LUCKMANN, 1973, p. 40).

A “realidade objetiva” é o resultado de todo um processo de interiorização de determinados conteúdos e estruturas que compartilhamos intersubjetivamente. Esse processo de interiorização é extremamente complexo, mas atravessa basicamente dois momentos: um de objetivação do mundo (a construção da ordem) e outro de subjetivação (socialização como aprendizado de estruturas de percepção e ordenamento).

A construção da ordem é uma necessidade que os homens possuem para garantir sua própria estabilidade como indivíduos para continuar suas atividades ordinárias no mundo. Para tal recorre-se aos expedientes da institucionalização e da legitimação.

A institucionalização garante que determinadas atividades-fins importantes à sociedade sejam efetivadas. Para tal, arranjam-se estruturas sociais – as organizações. As organizações atribuem responsabilidades aos seus membros, que devem alcançar objetivos definidos. Tais organizações se institucionalizam à medida que se complexificam, contendo um número considerável de pessoas. Podemos falar em institucionalização sempre que a tipificação recíproca de ações habituais por atores implique, além disso, em historicidade e controle. Instituições complexas sempre possuem mecanismos de diferenciação e de controle por parte de estruturas diretoras ou condutoras (BERGER e LUCKMANN, 1973).

A legitimação, por sua vez, atua estabelecendo universos simbólicos – desde cosmologias até representações do organismo social – e toda uma estrutura conceitual e social adequada à manutenção do universo. Os universos simbólicos constituem o quarto nível da legitimação (os três níveis anteriores são: a legitimação incipiente; proposições teóricas rudimentares e teorias legitimadoras como corpo diferenciado de conhecimentos):

São corpos de tradição teórica que integram diferentes áreas de significação e abrangem a ordem institucional em uma totalidade simbólica. (...) Os processos simbólicos são processos de significação que se referem a realidades diferentes das pertencentes à experiência da vida cotidiana (...) A legitimação agora realiza-se por meio de totalidades simbólicas que não podem absolutamente ser experimentadas na vida cotidiana, exceto, está claro, na medida em que é possível falar de experiência teórica (...) Este nível de legitimação distingue-se ainda do precedente pela extensão da integração dotada de sentido. (BERGER e LUCKMANN, 1973, p. 131)

O universo conceitual e a rede de especialistas complementam as estruturas objetivas necessárias à manutenção de uma definição social de realidade.

Os mecanismos de interiorização da definição de realidade que constituem a sua contrapartida subjetiva são, sobretudo, a socialização primária e a socialização secundária. São estes mecanismos de interiorização que, mantendo-se no tempo, permitem a formação das identidades individuais e coletivas. À diferença da socialização primária, na socialização secundária a interiorização não é obrigatoriamente acompanhada pela identificação.

Chega-se assim a um modelo no qual a formação das identidades coletivas não é o resultado de uma super-imposição do grupo ao indivíduo nem, de maneira inversa, a manifestação da soma das “liberdades” individuais.

Importante para nossos propósitos é também o lugar que os autores concedem ao ato de lembrar.

Lembrar é essencial para manter a sociedade, já que a realidade é o resultado de um “encontro” entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Ao estabelecerem relações e conversarem entre si os homens mantêm a realidade como uma construção social.

(...) a linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes. (BERGER e LUCKMANN, 1973, p. 57)

O trabalho de conservação da realidade tem na linguagem um de seus elementos fundantes. A realidade de uma coisa que nunca se fala torna-se vacilante; de um modo geral, o aparelho de conversa mantém a realidade “falando” de vários elementos da experiência e colocando-os em um lugar definido no mundo real. A maior parte deste trabalho social da fala, no entanto, é implícito, não explícito, estando submetido aos ditames da experiência do mundo da vida cotidiana.

A proximidade entre a Sociologia do conhecimento e uma Psicologia Social preocupada com a construção e a reconstrução da noção social da realidade é evidente. A tradição vivida, tudo aquilo que está implícito na estrutura da vida cotidiana é matéria não só para a construção da ordem social e o processo de interiorização desta, mas também para a elaboração da memória social.

Michel Pollak, morto precocemente, era tido como um dos mais brilhantes cientistas sociais franceses de sua geração. Era diretor do centro de estudos de história do tempo presente, e tinha especial apreço pelas técnicas de história oral e pela memória.

Também para Pollak, Halbwachs é uma referência importante. Ele já insinuava não apenas a seletividade de toda a memória, mas também um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memórias individuais. Pollak, no entanto, vai além de Halbwachs e se interessa pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Dessa forma, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas analisar como – através de que processos – os fatos sociais se tornam coisas. (POLLAK, 1990)

A história oral, tal como praticada por Pollak, privilegia os excluídos, os marginalizados e as minorias, transformando a empatia com os grupos estudados uma regra metodológica. Por esse caminho pode mostrar o caráter opressor e uniformizador da memória coletiva nacional (no interior da qual Halbwachs permaneceu preso).

Os elementos constitutivos da memória individual e coletiva são, para Pollak, os acontecimentos (acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos por tabela); as pessoas, personagens (personagens encontradas realmente no decorrer da vida e personagens freqüentadas por tabela) e os lugares (existem lugares da memória sem

correspondência cronológica necessária; da mesma forma lugares longínquos, fora do espaço-tempo de uma pessoa, podem se tornar importantes). (POLLAK, 1992)

O autor tematiza as relações entre a memória e a construção da identidade social. Para ele, existem três elementos fundamentais na construção da identidade: a) a unidade física (o sentimento de ter fronteiras físicas, no indivíduo, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo); b) a continuidade dentro do tempo (no sentido físico, mas também no sentido moral e psicológico); c) finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (1992).

(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Em uma aplicação fascinante de seu método e concepções, Pollak escreveu um livro intitulado “A experiência concentracionária”. Nessa bela e ao mesmo tempo rigorosa obra, o autor explora a história de vida de três mulheres judias, sobreviventes de campos de concentração. A situação extrema a que foram submetidas torna o estudo exemplar para a abordagem dos processos sociais de construção da memória.

Os sobreviventes de campos de concentração possuem uma enorme ambivalência acerca da memória acerca daquilo que viveram. Por um lado lembrar o que aconteceu é um dever, uma obrigação para que aquilo não mais aconteça. Por outro lado lembrar é também acertar contas com certa culpa resultante do fato de que sobrevivi, mas outros como eu (e também, muitas vezes, meus familiares) não sobreviveram. Por que eu sobrevivi e os outros não? Enfim é o espectro do colaboracionismo que ronda este aspecto do recordar.

Nessas condições, “rememorar” o que aconteceu nos campos de concentração é conflituoso. Das três judias estudadas por Pollak, uma era francesa, uma alemã e a outra da área que após a II Guerra Mundial se tornou Israel. A judia francesa tem no processo de recordar uma tarefa dolorosa, pois o que lhe permitiu viver em Auschwitz foi servir às mulheres dos oficiais da SS como manicure, profissão que exercia antes de sua deportação.

Claramente, o sentimento de coerência, que ajuda a consolidar uma determinada identidade social no indivíduo, encontra-se aí embaralhado, submetido a forças e pressões distintas.

## PSICOLOGIA SOCIAL E MEMÓRIA

A teoria das Representações Sociais originou-se na Europa e tem em Serge Moscovici sua primeira base teórica, com a publicação feita em 1961 de seu estudo “*La Psychanalyse: Son image et son public*”. O objetivo da Teoria das Representações Sociais é explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade. Denise Jodelet se incumbira de definir sinteticamente as representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (*apud* SÁ, 2004, p. 32). Nesse sentido ela parte de um diálogo fundamental com a sociologia de Durkheim.

Como vimos, Durkheim, em seu esforço para estabelecer a Sociologia como uma ciência autônoma, foi levado a defender uma separação radical entre representações individuais e coletivas e a afirmar que as primeiras constituíam o campo da Psicologia, enquanto as últimas formariam o objeto da Sociologia.

Ocorre que a ênfase de Durkheim está no poder de obrigação, conformação social, que as representações coletivas possuem sobre os homens. O conceito de representações coletivas foi pensado e utilizado nas chamadas sociedades primitivas, constituindo um caráter sagrado que sutura a coletividade. Em suas análises sobre as sociedades modernas, o caráter estático das representações coletivas fica mitigado em termos do conceito de fato social, que estabelece a coercitividade nos limites de um grupo determinado, e não de uma sociedade mais ampla. Essa, aliás é a maior dificuldade do conceito de fato social.

Moscovici não está interessado em estabelecer distinções claras entre o coletivo e o social. Elas seriam, mesmo, impossíveis de serem traçadas (MOSCOVICI, 2003). A escolha por falar em representações sociais está ligada ao caráter mais dinâmico que esta última possui, sendo capaz de acompanhar os fenômenos de mudança social. Assim,



Para alargar um pouco o referencial, nós podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. (...) representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu. Não é suficiente começar diretamente de tal ou tal aspecto, seja do comportamento, seja da estrutura social. Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação social muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas. (MOSCOVICI, 2003, p. 40-41)

O social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana.

O senso comum e o conhecimento popular oferecem, assim, um campo privilegiado para investigação. Mais ainda, a distinção entre ciência, ideologia e senso comum, cara a Moscovici, não é uma distinção ontológica, mas diz respeito a diferentes registros. É isso que nosso autor expressa em sua hipótese da polifasia cognitiva:

(...) as pessoas são capazes, de fato, de usar diferentes modos de pensamento e diferentes representações, de acordo com o grupo específico ao qual pertencem, ao contexto em que estão no momento, etc. (...) a partir daí, podemos compreender como é possível que, não apenas em sociedades diferentes, mas também dentro dos mesmos indivíduos coexistam maneiras incompatíveis de pensamento e representações. (MOSCOVICI, 2003, p. 40-41)

O social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana.

Por mais que a ciência se torne um elemento central em nossas sociedades contemporâneas, portanto, ela é um dos elementos a configurar a vida social. Compreender a vida social na sua conexão com os indivíduos é, cada vez mais, investigar as formas de senso comum pós-científico, ou as traduções populares acerca da ciência.

Por este caminho, a Teoria das Representações Sociais valoriza a linguagem oral, sem descartar as demais modalidades linguísticas. Através de estratégias metodológicas como a utilização de entrevistas, grupos focais, etc., é possível perceber, a partir da análise de discurso do sujeito, pela frequência ou intensidade das evocações, determinados elementos compartilhados.

Vários autores buscam relacionar conceitos como representação e construção da realidade, pensando em um homem em busca de sentido para sua experiência de vida. A dinâmica entre as representações individuais e as compartilhadas tem sido bastante explorada por diversos autores do campo das representações sociais:

A representação envolve um elemento ativo de construção e re-construção: o sujeito aparece como autor destas construções psíquicas e detém o poder de controlá-las na medida em que se desenvolvem. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.72)

Procuramos superar - em nossa sucinta apresentação de algumas das principais contribuições que auxiliam no tratamento da memória como tópico de investigação social - as tradicionais amarras disciplinares e sugerir que devemos escapar à falsa dicotomia entre uma “psicologia sociológica” e uma “sociologia psicológica”. Não se trata, também de pretender que a Psicologia Social se ancore na Sociologia, o que implicaria uma redução empobrecedora. O que devemos procurar são formas de unificação e ampliação que superem a fragmentação entre indivíduo e sociedade e permitam a Psicologia Social maior alcance de análise.

O tema da memória social parece privilegiado para contribuir com essa aposta. Seguiremos as sugestões de Celso Sá (2005), procurando estabelecer alguns princípios unificadores da memória social como campo de investigações e, em seguida, apontando algumas formas de memória social que são importantes para o tratamento da memória dos filhos de exilados.

Segundo a síntese proposta pelo autor, cinco são os princípios unificadores da memória social: a) a memória tem um caráter construtivo, e não meramente reprodutivo; b) em última análise, são as pessoas que se lembram e se esquecem; c) a memória depende da interação e da comunicação sociais; d) memória e pensamento sociais estão intrinsecamente associados; e) motivação e sentimento desempenham um papel na construção da memória (SÁ, 2005).

Especificando cada um desses princípios unificadores temos, segundo Sá, alguns

elementos centrais:

- a) Ao focalizar o passado, através da memória das pessoas ou da investigação de registros deixados por esse passado, não se está retratando-o fielmente, mas sim descrevendo uma versão contemporânea dele.
- b) São as pessoas que se lembram, embora a forma e o conteúdo de suas memórias sejam determinados por marcos sociais e por recursos culturalmente produzidos, dentre os quais a linguagem.
- c) Para Connerton, muito do que Halbwachs chamava de memória coletiva pode ser explicado como fenômenos de comunicação. Nas releituras atuais de Halbwachs, por diversos autores, o princípio da construção social da memória tem pressuposto a interação e a comunicação como processos construtores. A interação e a comunicação contemporâneas fundamentam o argumento da reconstrução do passado em função das necessidades e interesses do presente.
- d) O que é lembrado do passado está sempre mesclado com aquilo que se sabe sobre ele, tornando-se mesmo indistinguíveis. Saber que certos fatos aconteceram – ou aprendê-los ou concluir que eles têm de ter acontecido – basta para sua incorporação à memória das pessoas e grupos. As memórias estão nas representações sociais, uma forma de pensamento social, através da ancoragem de experiências novas em conhecimentos preexistentes. A abordagem estrutural das representações sociais sustenta que a história do grupo e a memória coletiva desempenham um papel na constituição do sistema central de uma representação.
- e) Motivos e sentimentos são responsáveis em boa parte pelo conteúdo da memória social. As determinações sócio-histórico-culturais da memória operam em grande parte pela modelação de motivos e sentimentos comuns em um conjunto social. O público leigo, a arte e a ficção científica associam fortemente a memória a experiências afetivas.

Por essa via percebe-se que o conceito de memória social é uma espécie de guarda-chuva conceitual que designa o conjunto inteiro das instâncias sociais da memória. Ele necessita, para uma melhor utilização nos marcos das sociedades contemporâneas, de algumas distinções, desde que fique claro que elas são ideais, operacionais e analíticas, portanto não pretendem esgotar o assunto.

Sá propõe, então, que se distingam entre sete diferentes instâncias da memória social: as memórias pessoais, as memórias comuns, as memórias coletivas, as memórias históricas (que, por sua vez, se distinguem em memórias históricas documentais e memórias históricas orais), as memórias práticas e as memórias públicas. (SÁ, 2005)

Não cabe aqui me estender acerca de cada uma. Optamos por nos deter apenas naquelas instâncias que nos parecem apropriadas a auxiliar no tratamento do discurso dos filhos de exilados que abordaremos nos próximos capítulos. Estas são, em nossa opinião, as memórias pessoais, as memórias comuns e as memórias históricas orais.

As memórias pessoais apresentam-se a partir de discursos pretensamente singulares, particulares, a respeito de histórias de vida, e elementos privados das existências, porém são também socialmente construídas:

Memórias pessoais não são meramente individuais, mas sociais, porque socialmente construídas. (...) O termo “pessoais” implica uma dimensão social. A “pessoa” é produto de processos de socialização, desempenha papéis sociais e é dotada de uma identidade construída através da interação social. (...) As memórias pessoais são sociais, mas é ao passado da pessoa que elas são referidas, mesmo se envolvem fatos sociais, culturais ou históricos de que ela tenha participado ou ouvido falar. Em termos de pesquisa empírica, memórias pessoais tendem a ser estudadas sob o rótulo de memórias autobiográficas. Incluem-se neste domínio de pesquisa as histórias de vida, que supõem um esforço de reconstrução global e completo da memória pessoal (SÁ, 2005, p. 74)

Para dar conta das semelhanças circunstanciais entre “memórias pessoais” de um conjunto de sujeitos, mas que não chegam a formar “memórias coletivas” (ou seja, mais amplamente compartilhadas) é que Celso Sá toma emprestado de Jodlowski o conceito de “memórias comuns”:

As memórias comuns podem ser vistas, portanto, como uma coleção de numerosas memórias pessoais acerca de um mesmo objeto, que se desenvolveram independente umas das outras, por força de uma participação comum em um dado período histórico, em uma dada configuração cultural ou em um dado estrato social. Por terem sido expostas aos mesmos fatos, as mesmas informações, aos mesmos gostos, etc. as pessoas guardariam deles aproximadamente a mesma lembrança (SÁ, 2005, p. 74-75)

Evidentemente que alguma cautela teremos que desenvolver para evitar soluções fáceis, que enquadrem o discurso dos filhos de exilados em modelagens teóricas pré-concebidas, que não seria obviamente aprovado pelo autor que sugere o conceito. Há uma provável distinção entre a abrangência conceitual de memórias comuns - e a sua possibilidade inclusive de ser utilizada para percorrer uma análise geracional - e nosso limitado grupo estudado. No entanto, parece-me apropriado utilizar-me desta proposta de compartilhamento de discursos singulares, de memórias pessoais articuladas em memórias comuns, que, como vimos, possui uma rica dimensão social.

O esforço de compreensão do lugar que a memória do exílio e do retorno ocupam na vida de cada um dos entrevistados fez com que transitemos pelas memórias de vida como um todo, fato que fica claro no deambular entre o ontem e o hoje para além dos marcos temporais que procuramos estabelecer em nosso instrumento de aferição (as entrevistas).

As memórias históricas orais fazem fronteira com a história que não foi escrita, englobando os fenômenos de memória que constituem as fontes não documentais com que lida a história oral. O psicólogo social, à diferença do historiador, não está comprometido com a "verdade histórica", mas apenas com o estudo do processo e das circunstâncias pelos quais as memórias são construídas, reconstruídas e atualizadas por conjuntos sociais geográfica, cultural ou politicamente circunscritos. A memória oral é uma "memória da história" que, por contar com escassos documentos sobre os quais se apoiar ou por repudiar aqueles porventura existentes, vale-se apenas de recursos não exteriorizados, como a rememoração constante e a transmissão oral (SÁ, 2005).

Aqui, evidentemente, as memórias dos filhos de exilados transitam com desenvoltura. Se relembarmos, em adendo, o papel que Pollak atribui às memórias orais como capazes de subverter e lançar novas luzes sobre as memórias oficiais, veremos o potencial empírico que elas apresentam no sentido de lançar novas luzes sobre os subterrâneos do regime militar de 1964.

Tendo percorrido um abrangente universo de referências teóricas, complementares em parte entre sí, que articulam uma abordagem social e construcionista de memória, estabelecemos os fundamentos para a perspectiva analítica das entrevistas. Buscando, a partir

da análise dos discursos, elementos que nos permitam aferir fenômenos de compartilhamento intersubjetivo quanto às recordações, pretendemos alcançar conteúdos comuns. Encontrar, na sutileza de histórias pessoais e singulares, traços que parecem ancorados em processos de compartilhamento.

### CAPÍTULO 3 – AS MEMÓRIAS DOS FILHOS DA CAUSA

Continua imperando certo registro de silenciamento sobre a violência de Estado no Brasil, em especial do Regime Militar de 1964<sup>22</sup>. Mesmo o surgimento da Comissão de Desaparecidos do Regime Militar, criada no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal tem uma atuação tímida, limitando sua atuação, no mais das vezes, à obtenção de indenizações financeiras para os familiares dos desaparecidos reconhecidos como vítimas da violência do Estado. Questões-chave, no entanto, como a abertura dos arquivos militares sobre o período, continuam sendo negadas mesmo após seis anos de governo do presidente Lula e dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (eles próprios perseguidos pelo Regime Militar e vítimas das ações de perseguição e espionagem).

Na introdução, afirmei que os regimes autoritários e totalitários, no seu afã de produzir esquecimento, vão deixando atrás de si um trajeto de dor que, paradoxalmente, é justamente o principal elemento que mantém viva a memória que eles pretendem apagar. Por mais que eles tentem fazer desaparecer o passado, ele continua vivo na memória daqueles que o viveram. Ainda assim, permanece o pesadelo de Primo Levi: nem tanto não ter para quem contar, mas não ser escutado com seriedade. Aqueles que sofreram os horrores da perseguição, da tortura dos entes queridos, do exílio, esses devem ser respeitados.

Esse foi o lugar no qual me coloquei: um interlocutor respeitoso, que se identificava sem dúvida com a dor daqueles que falavam (na medida em que também faço parte desse universo), mas que não julgava e procurava pouco interferir nas diversas formas através das quais a dor e a lembrança vêm novamente à tona. Os próprios filhos da causa pediram tal postura: não querem ser tratados como “pobres coitados”.

Existem coisas, afinal de contas, que não podemos esquecer. Se o esquecimento é um mecanismo normal e saudável no plano da vida dos indivíduos (é impossível lembrar tudo que vivencio e aprendo a partir dos outros, há que dar espaço para o novo), no plano da vida social as situações de violência, abuso e perseguição devem ser re-lembradas para que não sejam

---

<sup>22</sup> Para uma boa e sintética visão sobre a violência do Estado, suas justificativas políticas e ideológicas (bem como existência, ainda hoje em nosso país, de muitos dos aspectos repressivos e autoritários vigentes nos “anos de chumbo”) e a produção de subjetividades necessárias a sua sustentação, conferir COIMBRA (2002, p. 25-38).

repetidas. Se estas situações envolvem mecanismos afeitos à distribuição do poder e do poder de Estado, mais investimentos merecem em termos de pesquisa e de reconciliação com o presente.

Os filhos da causa não sofreram genocídio, não foram afetados como os judeus ou as vítimas diretas dos regimes militares na América do Sul nas décadas de 60, 70 e 80. Mas tiveram suas vidas marcadas pela violência de Estado, pela perseguição e intolerância. Sofreram traumas que mudaram os seus destinos. Trauma aqui é entendido num sentido amplo, não só em termos da eficácia da repetição e da irreversibilidade do mal que foi causado, mas também trazendo a possibilidade de novos modos de organização subjetiva, singulares, capazes de produzir o novo (RAUTER, 2002). Não são “pobres coitados”, mas também foram vítimas da violência do Estado, mesmo que indiretamente.

Lidamos, portanto, com a gestão da memória sobre o Regime Militar no que ela traz como consequência sobre os filhos da causa, bem como o lugar que estes ocupam nesta história. Ela é uma memória ao mesmo tempo política e social, podendo-se falar aqui em uma política da memória. Essa política da memória possui, a par de suas opções metodológicas (a opção pela história oral e pelo qualitativo, p.ex.), implicações políticas relacionadas à gestão da memória como recurso central dos poderes contemporâneos. Procura traçar histórias alternativas e revisionistas, plurais<sup>23</sup>.

Política no sentido que ela diz respeito a fatos, teorias e ações que apresentam determinadas concepções acerca de como deve se organizar o aparelho estatal, como os grupos e classes devem ter acesso a este mesmo aparelho e às suas benesses, etc. Mas política também num sentido mais amplo, de direito a lembrança sobre o que os poderes instituídos fizeram com os corpos (a tortura e o desaparecimento), a produção de subjetividades esgarçadas pelo medo, pela perseguição e pelo receio do que falar.

Talvez possa me arriscar a fazer um resumo da problemática, afirmando que se os projetos historicamente identificados aos ideais conservadores e de direita foram vitoriosos em 64 e se mantiveram como tais por cerca de dez anos; a partir da segunda metade da década de 70 diversas são as vozes e forças que começam a contestar a versão política dos militares.

---

<sup>23</sup> “A política da memória tem como um de seus vértices de origem a queda do Muro de Berlim, o fim das ditaduras latino-americanas e do *apartheid* na África do Sul. Isso evoca transformações de cenários urbanos, espaços virtuais e os novos sentidos da memória. O imaginário e o espaço urbano, e suas relações com a memória, tem papel-chave nas transformações da experiência do espaço e do tempo” (PERRONE, 2002, p. 101).



Passados vinte e cinco anos do fim do Regime Militar, a memória sobre aquele período se vê submetida a diferentes disputas e tensões. Em termos mais amplos, o Regime Militar é hoje identificado como ilegítimo e autoritário, tendo cometido excessos de diversos tipos, recorrido à tortura e ao abuso aos direitos humanos<sup>24</sup>. Parte pouco expressiva de grupos militares e conservadores de diversos matizes procuram manter viva a visão segundo a qual o Regime Militar foi uma reação natural e saudável ao regime comunista que iria se instalar a partir do aprofundamento das “reformas de Base” proposta pelo presidente eleito João Goulart.

Pesquisa recente indicou, por exemplo, que embora os jovens representem aquele período como um período conturbado, projetam sobre ele o tema da “guerra” em grande proporção. Além de sugerir a existência de uma guerra civil à época (um equívoco), evocam uma situação dúbia, já que a existência de uma situação de guerra foi usada pelo Regime Militar para justificar as medidas de exceção e a repressão (SÁ, C. P.; de OLIVEIRA, D. C.; VIEIRALVES de CASTRO, R.; MÖLLER, R. C., 2009)

O lugar a partir do qual falamos nossos entrevistados é muito peculiar. Para vários deles, o exílio acontece, na prática, quando retornam ao Brasil. Afinal, muitos foram muito novos para outros países e quase não têm lembranças do Brasil, antes da saída. Retornaremos a essa questão mais tarde. Por ora me interessa caracterizar a situação de exílio na qual viviam nossos entrevistados. Seus pais optaram por sair do país em virtude da falta de opções e alternativas políticas dignas e válidas. Exílio não é, portanto, um lugar físico, embora muitas vezes se confunda com ele.

Para alguns o exílio já começa com o Golpe. É assim que Herbert de Souza (o Betinho) e Francisco Julião (líder e organizador das Ligas Camponesas) dizem que quem necessita se esconder é porque já perdeu a liberdade; o exílio é a perda de liberdade, dentro ou fora do país (ROLLEMBERG, 1999)

O exílio esteve longe de ser uma experiência homogênea. As vivências foram as mais variadas, a começar pelo tipo de exilado. Houve os atingidos pelo banimento; houve quem decidiu partir, às vezes até com documentação legal, por rejeitar o clima em que se vivia no país; houve quem, pessoalmente, não era alvo da polícia política, mas se exilou ao acompanhar o cônjuge ou os pais; houve os diretamente perseguidos, envolvidos, uns mais, outros menos, no confronto com o regime militar; houve quem foi morar no exterior por outras razões que não políticas e, através do contato com exilados, integrou-se às campanhas de denúncia da ditadura e já não podiam voltar com tanta facilidade. Os casos são inúmeros. Neste universo tão diverso, são todos exilados. Cairíamos em um vazio inútil se pretendêssemos

---

<sup>24</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. 1985. Brasil Nunca Mais. Rio de Janeiro: Vozes.

estabelecer quem era e quem não era, estrito senso, exilado. (ROLLEMBERG, 1999, p. 52)

Duas são, no entanto, as principais características do exílio, que o distinguem de situações análogas (por exemplo, o migrante): o caráter provisório e descontínuo da experiência e o fato dele derivar da derrota de um projeto sócio-político, que passa a ser proibido e reprimido (ROLLEMBERG, 1999).

No exílio misturam-se assim as sensações de derrota e impotência. O exilado está sempre aguardando o momento da volta, acompanhando atentamente os desdobramentos políticos no seu país de origem. Sentimentos ambivalentes o atormentam: ama e até certo ponto idealiza o país, mas ao mesmo tempo sabe que esse país não o quer lá.

É preciso lembrar também que a decisão de se exilar em outro país era carregada de culpa, uma vez que era interpretada por muitos que faziam oposição ao Regime Militar como “capitulação”.

Diversas pesquisas sobre memória de exilados, autobiografias e romances tratam deste sentimento de incerteza, que aumentava ainda mais quando se tratava de levar junto à família para essa jornada. Therezinha Rabelo, exilada no final da década de sessenta, relata no livro “Memória das mulheres do exílio” este temor que a atingiu quando partia do país levando seus filhos pequenos para o exílio:

Ao decolar do Rio, a gente teve a convicção de que aquela não era uma viagem comum. Quando eu olhava os meninos dentro do avião, tão pequenininhos, três ainda de mamadeira, eu sentia um medo muito grande e a sensação de uma enorme responsabilidade que eu estava assumindo: eu os estava arrastando para longe do país deles, mudando mesmo os seus destinos, num projeto de vida que eu própria desconhecia. (BRIGAGÃO, 1980, p.27)

Esta nova identidade do exilado, somada a crescente incerteza da volta, foi produzida por uma nova realidade, compartilhada intersubjetivamente por esses indivíduos que experimentaram o exílio.

A experiência do exílio foi vivida pelos sujeitos diretamente envolvidos no conflito e suas famílias, seus filhos, que com eles partiram para o exílio ou mesmo, em alguns casos, nasceram nele. Um grande contingente de crianças fazia parte do grupo de exilados e como tais eram tratados. Por se tratar de uma geração mais jovem que a de 1964 e por não ter a

mesma ilusão da volta imediata de antes, a constituição de núcleos familiares se tornou mais evidente na geração que chegou ao exílio após 1968:

É digno de nota o baby-boom entre exilados brasileiros, sobretudo em 1973. Apesar do sentido de provisoriedade presente, sobretudo na primeira fase, muitas crianças nasceram no exílio. A sensação de liberdade e paraíso – em oposição às lembranças da cadeia –, a esperança em um movimento coletivo – em contraste com a derrota no isolamento e na clandestinidade –, ajudam a explicar o fato. Ter um filho, nestas circunstâncias, revelava a enorme vontade de se ligar ao mundo. Por outro lado, a proximidade da morte, reavivada com a ideia da volta para o enfrentamento, talvez tenha inspirado também os nascimentos: uma forma de continuar, de sobrevivência, um futuro possível, como as crianças que nascem enquanto os pais morrem na guerra. (ROLLEMBERG, 1999, p.101)

Considerando as contribuições da Antropologia, através da nova etnografia, onde o diário de campo construído a partir de observações, passa a ser um instrumento determinante para a melhor aproximação do objeto. Nesse aspecto, em minhas observações nas entrevistas, dificilmente conseguirei reproduzir a carga e o envolvimento emocional que estiveram presentes em todo o processo de contato com aqueles que se dispuseram a falar. Sim, porque nem todos estavam dispostos, o que já diz sobre as dificuldades e tensões presentes. Alguns disseram que não queriam lembrar, que o passado estava “morto”. Outros hesitaram, disseram que falariam, marcaram um encontro, mas na hora marcada, não apareceram.

Todo o processo de realização das entrevistas foi, para mim, extremamente cansativo e desgastante emocionalmente. Colocar outros que viveram situações semelhantes para falar sobre suas emoções e experiências foi, também, recordar as minhas. Mais ainda: para conseguir obter as lembranças e recordações mais difíceis, dolorosas, foi preciso encorajar a empatia quase que natural entre irmãos de uma mesma causa: àquela que nossos pais nos transmitiram como herança. Percebi depois, no processo de análise das entrevistas o quanto o meu envolvimento foi profundo.

Todas as entrevistas foram carregadas de emoções muito fortes, dificuldades de articular a narrativa e ansiedade. O partilhar lugares, situações e eventos de tanta repercussão sobre nossas vidas levaram a um processo de identificação no qual muitos, como já relatei, pediam para que eu falasse um pouco de minha experiência no exílio antes. Muitos me convidaram para almoçar ou jantar e, claro, quando fosse à próxima vez para São Paulo dormir ali, na casa de nossos amigos, “irmãos da causa”. Falo, portanto, de um lugar situado e comprometido. Quero aqui também procurar encontrar aquele mesmo lugar, que já citei,

(CALVEIRO *apud* SARLO, 2005)<sup>25</sup> entre os que sofreram a repressão e os que se propuseram a representá-la.

De outra forma seria, de fato, impossível obter os dados e fluxos de memória que obtive. Não estou lidando com um grupo qualquer de interlocutores, mas com pessoas intelectualizadas e politizadas. Elas leram e leem bastante não só sobre política, história e teoria política, mas também se preocupam com a gestão da memória do que foi o Regime Militar de 1964.

Qualquer pessoa que se aproxime, assim, dos filhos da causa, não será recebida “ingenuamente”. Cheguei a eles através de redes de relações de conhecidos de meus pais, eles próprios perseguidos pelo Regime Militar e exilados na Argentina, e Peru – como já relatei. Duas amigas de meus pais foram chaves nesse processo, tomando parte ativa ao entrar em contato, telefonar, me apresentar e identificar, garantir os bons propósitos do trabalho, etc. A maior parte das entrevistas foram realizadas em São Paulo, e as restantes no Rio de Janeiro.

Mesmo com todas essas relações, vários dos meus entrevistados – desconfio que todos, de alguma forma – procuraram saber quem eu era, antes de permitir a entrevista. A atitude de R11, que afirmou durante a entrevista que tinha antes “procurado quem era esse cara”, e ao descobrir no Google uma notícia acerca de minha participação num debate após um filme com depoimentos de filhos de exilados é paradigmática<sup>26</sup>.

Junte-se a isso o fato de que os meios de comunicação lidam, de maneira geral, de maneira pouco respeitosa com o período e com os sentimentos dos envolvidos coisa que eles naturalmente abominam. Um caso paradigmático é da recepção do livro “*Viagem à luta*

---

<sup>25</sup> Calando a primeira pessoa para trabalhar sobre testemunhos alheios, a partir de uma distância descritiva e interpretativa, Calveiro se situa num lugar excepcional entre os que sofreram a repressão e se propuseram a representá-la. A verdade do texto se desvincula da experiência direta de quem o escreve, indaga na experiência alheia aquilo que poderia imaginar que sua própria experiência lhe ensinou. Por isso, o texto não exerce uma pressão moral particular sobre o leitor, que sabe que Calveiro foi uma presa-desaparecida, mas sobre aquele de quem não se exige uma crença baseada em sua própria história, e sim nas histórias de outros, que ela retoma como fonte, e, portanto, submete a operações interpretativas.

<sup>26</sup> O filme em questão, ao qual se seguiu um debate é: **Os 15 filhos (1996)**.

Direção: Maria de Oliveira Soares e Marta Nehring. Sinopse: Reúne depoimentos de filhos de militantes políticos de esquerda que nasceram ou viveram sua infância no período da ditadura militar. 20 minutos. Debatedores: Cecília Coimbra – UFF e GNTM e Marcelo Henrique da Costa – UERJ. Este documentário, apresentado pela primeira vez em março de 1996 na UNICAMP, ganhou, em julho desse mesmo ano, o “Sol de Ouro” na categoria documentário em vídeo, no Festival de Cinema do Rio de Janeiro. Em novembro de 1996, no 11º Festival Internacional Videobrasil, concorreu à premiação, na Mostra Oficial

*armada*”, escrito por Carlos Eugênio Paz, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e publicado em 1996<sup>27</sup>.

Trabalhar com o universo da memória dos filhos da causa não é então me mover, num território estranho, ao contrário: eu mesmo pertenço, pelas experiências vividas, a ele. Ao mesmo tempo cada experiência é única, refrata de uma forma particular sobre cada um deles, dando uma coloração e um espaço próprio às trajetórias individuais. O esforço de objetivação é, assim, ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil. Mais fácil na medida em que o acesso aos entrevistados foi facilitado pela empatia, que permitiu histórias e confissões que não seriam conseguidas por outros pesquisadores, mais distantes do objeto. Mais difícil porque o tempo todo tive que redobrar a vigilância em relação a mecanismos projetivos, de identificação fácil ou equivocada.

Em nenhum momento procurei retratar o passado “tal como ele aconteceu”. É verdade que aos depoimentos poderia ter agregado um esforço de reconstituição histórica via jornais, textos e livros que foram escritos sobre o período. Mesmo que tal esforço enriquecesse o trabalho desde uma perspectiva histórica, não era esse nosso objetivo. Ao contrário, me interessa não aquilo que foi “de fato vivido”, mas como hoje se lembram do que foi vivido naquele período.

Se lembrarmos a importante sugestão de JEDLOWSKI (2000), recordaremos que a memória de uma sociedade não é somente um conjunto de representações a propósito do passado, mas também um conjunto de práticas através das quais o presente e o passado se articulam. As práticas são memórias, uma vez que são formas de permanência do passado no presente de um grupo.

---

<sup>27</sup> RODRIGUES, H. de B.C. e MOURÃO, se referindo a tal recepção, lembram (RODRIGUES, H. de B.C. e MOURÃO, J.C. 2002, p. 229-230): “O trabalho, ansiosamente esperado tanto por antigos companheiros quanto por todos aqueles que se debruçam, atentos, sobre a recente história brasileira, por promover revelações relativas a justificações efetuadas pela esquerda armada durante os chamados “anos de chumbo”. Embora as autoridades brasileiras insistam em preservar segredos, os que lutam pela radical defesa e expansão dos direitos humanos os querem todos contados, debatidos, analisados (...). Saiu o livro de Carlos Eugênio e, como é de hábito, o caderno cultural de um jornal carioca o resenhou. Ávidos pelo combate ao segredo, buscamos no texto jornalístico os efeitos do relato do ex-guerrilheiro sobre as análises da atualidade. Surpresa... ou surpresa de ainda nos surpreendermos? Eis parte do comentário:

‘Se alguém ainda desconfia que um jovem de classe média que larga sua família, colégio e confortos para se jogar na permanente adrenalina de viver ou morrer por uma causa nobre tem alguma perturbação, não está muito longe da verdade. Para isso, o leitor encontrará uma indicação já no começo do livro, quando Carlos Eugênio testemunha uma traumática briga entre seus pais e confessa: “dor intensa se espalha por todo o corpo, no estômago um bloco de gelo, transformando os sonhos de um menino de seis anos em pesadelo”’.

E mais adiante: “Em alguns momentos, abstraído o contexto político da época, o livro parece uma emocionante história, cheia de perigo e violência, uma versão anos 70 de Pulp Fiction”.

Ao pesquisar a memória de filhos de exilados pude utilizar a metáfora de estar falando de dois sujeitos. “Um” que viveu os fatos há vinte e cinco anos ou mais e “outro”, que hoje nos narra sua história, ou melhor, as lembranças remanescentes de sua história.

Outro aspecto geral que deve ser destacado desde logo é a ambiguidade do sentimento em relação a ser ator, sujeito da história ou, na expressão utilizada por um de nossos entrevistados, um “ator coadjuvante”. Vários daqueles que entrevistamos – e mesmo alguns que não conseguimos entrevistar – mostraram-se extremamente surpresos com o nosso contato: “Mas você tem certeza que é comigo mesmo que quer falar? Não é com meu pai (ou mãe, dependendo do caso?)”.

Essa relação quase simbiótica entre o destino dos pais e o destino dos filhos tem também raízes sociais mais amplas: o destino dos pais e dos filhos se confundiu fortemente, a escolha que os pais fizeram determinou, num sentido mais rigoroso do que o ordinário, o leque de possibilidades dos filhos. Essa relação apareceu, de modo sintomático, através de um ato falho de uma de nossas entrevistadas (R3). Nossa entrevistada estava na barriga da mãe, em 1970, quando esta foi presa. Como a mãe era militante da Juventude Operária Católica (JOC) uma organização internacional, iniciou-se uma campanha pela libertação da mulher grávida. R3 então contou:

Minha mãe foi presa, em 1970, com todo um conjunto de pessoas que estavam fazendo os cursos do IBRATES, não sei especificar muito bem o mês, mas ela devia estar com uns quatro meses de gravidez, grávida de mim foi presa e ficou alguns meses presa, grávida, foi solta porque houve uma ampla movimentação internacional, se fizeram manifestações, a JOC né, que é um movimento internacional e tem sede na Bélgica, fez movimento na Bélgica e não sei se em outros lugares, com abaixo-assinado, enviaram caixas de roupa que não chegaram, claro, mas as pessoas conta que tiveram campanha, que enviaram roupas pro neném, que não sei o que, porque tinha uma jovem grávida presa pela ditadura militar e que era da coordenação nacional da JOC aqui no Brasil, então a gente acredita que isso tenha dado uma certa proteção no sentido da integridade física dela, e minha também, porque de certa forma os militares sabiam que estavam sendo vigiados a nível internacional, se deram conta de que não era uma pessoa solta de um movimento local, tinha uma rede internacional que tava fazendo pressão, *então eu estava presa e ela também.* (R3, 14/08/2008)

Para o tratamento do material das entrevistas optamos por usar a análise de conteúdo, tal como orientada por Bardin. A análise de conteúdo procede a partir dos significados e para tal recorre a um processo de codificação de unidades de significados. Epistemologicamente a análise de conteúdo oscila entre os pólos da objetividade e da subjetividade, procurando pelo latente, pelo inédito. Desejo de rigor e necessidade de descobrir caminham juntos.

Tal posição se alinha com alguns de nossos melhores cientistas sociais e epistemólogos (Durkheim, Bourdieu e Bachelard, p.ex.) que mostraram, sob diferentes formas e com diferentes argumentos, a “ilusão da transparência” dos fatos sociais e a necessidade de se utilizar técnicas que rompam tal ilusão. Bachelard chamava essa atitude de vigilância crítica, ou epistemológica.

Não se trata de uma análise que se contente com a simples frequência da aparição dos elementos no texto, mas, sobretudo com as relações que esses elementos estabelecem entre si para dotar as pessoas e coisas de sentido. Forjar conceitos operatórios, aceitar o caráter provisório de hipóteses, definir planos experimentais ou de investigação são passos que seguem nesta direção.

Metodologicamente, a análise de conteúdo, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 1977, p. 38). Essa análise, segundo Laurence Bardin, depende da organização da codificação, da escolha das unidades, das categorias, das regras, a partir de unidades de registro (unidade de significação) e unidade de contexto (unidade de compreensão).

A codificação corresponde a transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto (...) Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõe a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p.103).

Como sempre que lidamos com a ordem das significações, o critério de recorte é de ordem semântica, e a escolha foi por uma classificação temática.

Na verdade o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em idéias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis (BARDIN, 1977, p.104).

Trabalhamos na interface entre o texto e o contexto, utilizando como elemento de diálogo com nossas entrevistas a unidade de contexto. Procuramos no discurso de nossos entrevistados a frequência de determinadas lembranças ou recordações acerca de momentos

históricos importantes do Regime Militar de 1964. Relacionamos essas frequências entre si, de modo a poder produzir um mapa mínimo da memória social que os filhos dos exilados constroem acerca de suas experiências.

Desenvolvemos o roteiro a partir de duas entrevistas que funcionaram como piloto. Chegamos assim a um questionário estruturado em torno de quatro grandes temas, aos quais correspondem sub-temas: memória da ida para o exterior (incluindo os preparativos para a saída), memórias da vida no exílio (estrutura familiar, adaptação no país), o retorno e avaliação global do exílio (incluindo o juízo sobre a escolha dos pais, a influência da escolha dos pais nas escolhas profissionais da vida dos filhos e na visão de mundo destes). No total foram elencadas quarenta e nove questões, mas o instrumento foi flexibilizado em sua aplicação. Funcionou na prática como um questionário semi-estruturado, tendo como âncoras os quatro momentos acima alinhavados.

Submetemos as entrevistas transcritas a essa análise de conteúdo, centrando na presença ou ausência de recordações de momentos-chave (tais como eles aparecem nas unidades de significação e de contexto), mas também relacionando o discurso num plano mais geral. Foram construídas tabelas onde as unidades de significação e de contexto foram devidamente tabuladas, pois a construção de categorias classificatórias que posteriormente, depois de devidamente agrupadas, fossem analisadas a partir de categorias conceituais estabelecidas na abordagem concetual da memória social.

## **A SAÍDA DO BRASIL E OS PREPARATIVOS PARA O EXÍLIO**

De nossos dezoito entrevistados, quatorze foram para o exílio após 1968, quando o regime se tornou ainda mais fechado a partir do AI-5. Três deles tiveram os pais diretamente envolvidos na luta armada. Os outros quinze tiveram diferentes níveis de envolvimento com a resistência ao Regime Militar.

A saída do país é feita sempre com a expectativa de um retorno breve. Essas expectativas, como sabemos, foram se frustrando. Para alguns de nossos filhos da causa o retorno acontecerá mesmo após o fim do Regime Militar.

Aqueles que tiveram os pais diretamente envolvidos na luta armada sofreram consequências maiores por conta dos traumas derivados da violência institucional. Dois de



nossos entrevistados, irmãos, assistiram – o menino com oito anos, a menina com dois - o pai ser assassinado na sua frente, e têm lembranças nítidas do que aconteceu:

E aí é onde a gente cai, a polícia cerca a casa, eles inventaram um pretexto dizendo que tavam procurando o meu irmão que era ladrão de carro, e aí é onde ocorre o tiroteio com a polícia, meu pai tomba porque pra ele seria muito complicado né, com toda aquela situação cair na mão da polícia, ele sempre dizia que nunca ia ser torturado né, nunca ia deixar ser., que ia ser uma situação muito ruim pra ele, ele acabou tombando nessa hora e a gente acabou vendo todo esse desenlace horrroso, então pra criança é muito marcante isso, então eu acho que essas vivências, talvez esse último lance é o mais marcante pra mim *Você estava com que idade?* Eu estava com 8 anos mais ou menos, e aí nesse dia foi muito violento o negócio, por alguns achavam que deviam matar a gente ali mesmo, um dos do grupo.. era uma pequena tropa... acho que uns dez policiais com armas longas, então uns achavam que deviam matar a gente ali mesmo, outros achavam que não que devia tirar informação, torturar a gente, inclusive uma coisa que lembro naquele dia como a gente não conseguia frequentar mais as escolas, quem estava alfabetizando nós estávamos em casa era minha mãe, naquele dia a gente tava sentado aprendendo a ler, ela tava.. e é quando ocorre o cerco, muito dramático pra gente tudo isso, você não consegue mais frequentar a escola e no dia que você está tentando se alfabetizar tem um fato desse, e aí, bom aí ficou uma praça de guerra, eles cercaram toda a região, o exército cercou toda a região, é um lugar que chama Atibaia, Jardim das Cerejeiras, era um lugar muito pobre, era uma estrada de terra que não tinha, eram casas um pouco esparsas, alguns dos vizinhos que chegaram a travar relações com a gente massacrados, torturados, não tinham nada a ver com o peixe, nós ficamos sabendo, porque anos depois a gente começou a pesquisar onde que meu pai tá enterrado, a gente não sabe até hoje onde que ele foi enterrado, eles enterraram não sabemos se foi em Perus, a gente foi no cemitério de Atibaia, não está, pelo menos não consta, até hoje é um drama pra gente também, que a gente tenta, acho que é uma coisa sagrada no ser humano, enterrar seus mortos né, seus entes queridos, isso talvez uma das coisas que nossa família... nos deixa um pouco triste né, não poder enterrar o chefe da família, então não sabemos onde é que ele está, procuramos, já fizemos várias pesquisas, até hoje desconhecemos o local, e gostaríamos muito de dar uma sepultura digna pra ele, e são vivências marcantes, o exército cercou a casa, depois várias vezes me levaram lá na casa; nós tínhamos um buraco onde jogava-se lixo, e eles achavam que a gente escondia armas ali, além das que já tinham lá, porque quando eles cercaram eles levaram os caminhões pra poder tirar todo o material bélico dali né, muitos, fuzil FAL, metralhadoras, munição. (R1, 25/06/2008)

De nossos 18 entrevistados, dez se lembram de algum tipo de preparativo para a saída. Do total, doze se lembram do dia da saída, apesar de apenas seis deles terem mais do que seis anos de idade no dia da saída (Conferir o ANEXO 2). Esse último dado evidencia quanto foi importante e carregado de significados afetivos e mnemônicos o dia da saída. Os outros não se recordam da saída do país.

Os preparativos para a saída eram muitas vezes mirabolantes, dada a necessidade de fugir a forças de repressão que também contavam, muitas vezes, com a colaboração de civis –

seduzidos pela ampla campanha de propaganda que o Regime Militar fazia contra os “terroristas”.

Os homens que montaram e fizeram funcionar essa máquina souberam, como poucos, produzir e jogar com a culpabilização maciça da sociedade. Em nome do ideal de ordem e progresso, disseminaram a culpa por toda a parte: culpa pelo terror que se instalou no país, por sujar a imagem do Brasil no exterior, por caluniar as forças armadas, por não colaborar com o governo para acabar com a repressão; culpa por fazer sofrer os familiares, por não ter sabido criar os filhos; culpa por não ter suportado as torturas, denunciando os companheiros e até os cônjuges, por ter conseguido sobreviver quando foram mortos; culpa por ter cedido a desejos pequeno-burgueses de abandonar a clandestinidade e viver uma vida normal (...) A *intelligentzia* do aparelho repressivo a serviço do capitalismo selvagem que aqui se instalou soube não só espalhar o terror, como também aliciar parcelas significativas da sociedade, produzindo uma tipo de subjetividade culpada e culpabilizadora, equiparada tanto para assumir uma cumplicidade em crimes dos quais não participara quanto para responder aos imperativos do modo de produção capitalístico (KOLKER, 2002, p. 181)

A lembrança de um entrevistado ressalta o medo e o estado de terror implementado pelo regime. No dia em que levaram sua mãe de casa ele afirmou ter se sentido numa situação análoga a do casal Nardone<sup>28</sup>:

...e aí ficou uma praça de guerra, cercado tudo, nossa, foi um negócio, não tem como você esquecer um negócio desse, eu lembro que quando nos saímos de lá já era de noite, era mais ou menos três horas da tarde quando eles chegaram, nós saímos já era de noite, e posteriormente nós fomos pra uma espécie de um juizado de menores e aí me bateram com a batinha do facão do meu pai, então são vivências que não se apagam fácil da sua mente, você vai lembrando tudo isso, e aí nós ficamos uns 28 dias presos, minha mãe foi pra delegacia já começou a ser torturada ali mesmo, que eles juntaram todos os delegados da região pra bater nela, quando a gente sai ali da casa, nós fomos presos, já tinha uma multidão de pessoas pra ver a gente, nossa, a gente tava vendo outro dia a questão dos Nardone né, aquele povaréu de gente em frente a delegacia, eu lembrei esse fato, só que em circunstâncias muito diferentes, mas a gente diz puxa, de certa forma até já passamos por isso, o povo execrando a gente, porque a ditadura fazia uma propaganda horrorosa dos terroristas, matavam gente, comiam criança, e todas aquelas coisas que eles falavam. (R13, 25/06/2008)

A instabilidade do momento, a insegurança entre os adultos, a “estranheza” do ambiente era algo percebido pelas crianças desde cedo. O que as entrevistas fizeram foi permitir que se recuperassem as situações traumáticas, revisitando as experiências e situações vividas.

---

<sup>28</sup> Casal que, recentemente, foi acusado e condenado pelo assassinato da própria filha, que teria sido jogada pela janela do prédio onde vivia com o pai e a madrasta. Houve uma forte comoção popular de repulsa e ódio ao casal.

(...) o que eu notava? O que eu sabia? Uma grande preocupação dos meus pais em todo e qualquer momento com conversas telefônicas, o que me remete muito aos dias de hoje, então sempre diziam para não atendermos ao telefone, se atendermos não darmos o nome, se déssemos o nome termos certeza com quem estaríamos falando e não falar onde estaria nem meu pai nem minha mãe nem nada desse tipo de coisa, eu notava uma certa preocupação com as visitas que chegavam em casa eventualmente, tem gente que chegava e você sentia um certo clima de nervosismo, anos depois eu vim a saber que muitas pessoas que eu conheci por determinado nome na verdade tinham outro nome, então o cara que eu chamei durante toda a minha infância Pedro, na verdade eu descobro que o nome dele era Afonso, já adulto. (R16, 11/09/2008)

Alguns dos testemunhos que me foram concedidos ajudam a ilustrar a atmosfera política que se vivia à época.

...e aí ela foi solta (a mãe de R3, presa pelo regime militar) dia 8 de dezembro de 1970 e eu nasci dia 4 de Janeiro de 1971, ela foi solta também, segundo o que eu sei, numa estratégia para prender meu pai, que o principal objetivo era prender meu pai, e ela também, mas havia uma busca especial pelo meu pai, ele estava sendo procurado pelas três forças armadas, e aí a ideia era que se ela fosse solta, eu ia nascer e ele obrigatoriamente ia tentar me ver e a emboscada feita para pegá-lo, a ideia era essa, daí eles, os militantes da JOC ou não, mas da ação católica principalmente, montaram toda uma estratégia para que ela saísse do Estado de ônibus, e ele também, ele ficou clandestino, com o nome de Jorge, algumas pessoas aqui no Rio acolheram ele como clandestino, então ele foi porteiro foi não sei o que, andou pelo Rio como clandestino e num certo momento ele viajou também de ônibus, foram os dois pra Sete Lagoas, pra casa de um outro militante nas Sete Lagoas, em ônibus diferentes em dias diferentes pra eles se encontrarem e ele poder me conhecer, daí eu pulo uma parte da história porque eu não sei mas nada. (R3, 14/08/2008)

Trata-se da filha de um importante militante da Juventude Operária Católica, da qual já utilizei trecho da entrevista. Ela se recorda do que lhe foi contado à medida que foi tomando consciência das coisas, e principalmente a partir de conversas na casa de seus pais depois dela retornar ao exílio, uma vez que foi para o exterior com apenas um ano de idade.

Quando o Regime Militar entrava no seu período mais fechado e arbitrário (após o AI-5 no final de 1968 e até o início da distensão com Geisel, a partir de 1977) ela tinha sido presa junto com sua mãe. Os comentários de R3 são uma constatação da situação de proximidade que a escolha dos pais legou aos filhos. A situação dramática provocada pelo exílio aproximou mãe e filha de maneira intensa. R3, estabelece o início de sua vida ainda não-nascida. O risco de morte da mãe também era do seu não-nascimento. Fica mais claro que os filhos da causa carregam um passado que marca fortemente o seu presente. A história de fuga dos pais, a decisão de sair do país, os preparativos para a saída, não eram preparados ou planejados, respondendo antes aos imponderáveis do Regime e suas sucessivas guinadas.

A mãe de R3 foi solta numa tentativa de emboscar seu pai, militante mais conhecido e mais procurado. Fuga, clandestinidade, rotas escolhidas para despistar o Regime se misturam ao amor paterno e à mulher, as quais estava impedido de ver. Rotas menos conhecidas e menos movimentadas como o Paraguai, a Bolívia e o Peru (de onde se ia em geral para a Europa, embora alguns tenham ficado na América do Sul mesmo após o fim do Regime de Allende no Chile) também foram usadas para a fuga, porque não eram vigiadas tão intensamente.

A rede de militantes e ajuda proporcionada pela Juventude Operária Católica, uma organização com atuação internacional, permitiu que a fuga dos pais de minha entrevistada fosse bem sucedida. Os pais de nossos entrevistados se utilizaram largamente de tal expediente.

Isso 72, 72, isso eu tenho as imagens., isso eu me lembro assim muito... tinha 6 anos, mas eu tenho assim muito longe né, assim parece que nem mais a imagem, parece que tem só o pensamento, mas é um pensamento... aquela imagem de morar na frente da praia e...aí ficamos ricos e aí começou uma repressão.... a repressão começou a pegar pessoas que não eram da guerrilha, o meu pai ficou preocupado né, que começou a pessoas que não eram da guerrilha começaram a... eram até assassinadas né, e tal, a aí meu pai ficou preocupado ficou. (R4, 27/09/2008)

As lembranças desse meu entrevistado remetem as preocupações do pai. O pai de R4 era contrário à luta armada e atuante no Movimento Democrático Brasileiro, fundado em 1966, como já citei no capítulo primeiro. Essa postura “moderada” de seu pai não o colocou à distância da repressão e do cerceamento por parte do Regime. Mesmo pessoas que não tinham relações com a guerrilha urbana e a luta armada contra o Regime Militar começaram a ser perseguidas e, em alguns casos, até mortas.

O pai de R4 é um exemplo de coragem para ele, porque enfrentou diretamente o Regime. Foi cassado como candidato, e não como parlamentar. Isso o engrandece frente ao meu entrevistado, que repetiu três vezes seguida esse fato: o pai foi cassado enquanto candidato, o único do país que sofreu tal coisa. Depois de cassado pelo Presidente Castelo Branco, seu pai ainda conseguiu aparecer num programa de televisão para afirmar: “Você Castelo Branco, pode me cassar, mas vai cassar o ódio de oitenta milhões de brasileiros, você não passa de um moleque de recados do imperialismo norte-americano”.

As preocupações do pai de R4 o levaram a sair do país em 1972 com a família. O clima de medo e insegurança tornava cada vez mais o país insuportável para aqueles que divergiam politicamente.

Tava morando em Brasília. Eu lembro até que eu entendi que não ia ter meu aniversário, eu sou de dois de abril, o golpe foi dia primeiro de Abril, *Dia 31 pro dia primeiro*. Não, foi dia primeiro, dia 31 depois que eles se deram conta que eles fizeram 31, mas o golpe mesmo foi dia primeiro. Então meu pai já tinha mandado a gente para São Paulo, e eu lembro de todo mundo muito nervoso. (R14, 04/08/2008)

Esse entrevistado é mais velho do que a média daqueles que entrevistei, e tem lembranças do Golpe de 1964, quando tinha sete anos de idade. A proximidade entre sua data de aniversário e o dia do Golpe tornou inseparáveis estes acontecimentos em sua memória. Ele também se lembra (isso foi muito recorrente nas entrevistas que fiz, reafirmo) de que “todo mundo estava nervoso” e da saída de Brasília e ida para São Paulo (de onde é sua família) que iniciou os preparativos para a saída do país um ano depois.

Estudávamos aqui no Souza Leão, no Jardim Botânico, eu e minha irmã, e do dia para a noite falaram vamos pra Recife, porque a família de meus avós era originariamente de Recife (...) então fomos pra Recife, tínhamos família lá e tal, não tava muito claro porque a gente ia pra Recife, não era férias não era nada, mas vamos pra Recife. (R10, 22/07/2008)

Mais uma vez quebra da rotina e insegurança marcam a memória e as recordações. As mudanças acontecem “do dia para a noite”. No caso do testemunho acima se trata do ano de 1969, pós-fechamento do Regime Militar. A família foi primeiro para Recife, onde viviam os avós, para de lá seguirem para a França. Em Recife também existia a expectativa de se ter menos problemas para a obtenção dos passaportes, que passaram a ser suspensos pelo Regime Militar após 1968, como já pude observar.

O dia da saída é, junto com o dia do retorno ao Brasil, o de maiores lembranças, apesar da tenra idade dos que foram. As lembranças do dia da saída e da chegada no país de exílio estão juntas numa mesma frase em quase todos os meus interlocutores, com exceção de dois.

Não é demais retomar a dificuldade da decisão de ir para o exílio. Para muitos equivalia ao abandono da causa, ao esmorecimento da “luta”. Para outros, no entanto, foi mesmo a possibilidade de continuar vivos. Esse é o caso daqueles comprometidos com a luta armada contra o Regime Militar e que foram torturados e/ou tiveram parentes torturados e assassinados. Os dois irmãos que tiveram o pai assassinado são, mais uma vez, exemplares. Eles tiveram a sua mãe entre as pessoas que foram resgatadas com a troca do Cônsul do Japão em São Paulo, que tinha sido sequestrado pela esquerda armada:

Quando nós chegamos no avião tinha um companheiro sentado, que era o Mário Japa, (...) e torturaram muito o cara, tanto é que ele entrou escondido pela parte de trás do avião para a imprensa não ver porque tinha sido muito torturado e quando nós entramos ele tava sentadinho ali, nunca me esqueço, algemado, no banco né, as marca horrorosa, e aí chegaram os outros companheiros, chegou a madre, saiu a madre Maurina com a gente, também que me marcou muito né, uma pessoa muito doce, uma religiosa que foi muito torturada também, aliás foi um divisor de águas né, porque imagina uma religiosa sendo torturada, vc lembra que a igreja inicialmente apoiou o golpe, aquele negócio da marcha da família com Deus, e depois com tempo eles foram vendo que não era bem isso que eles estavam esperando, os próprios religiosos foram torturados e a irmã Maurina foi um caso emblemático, ajudou muito minha mãe a passar por aquela circunstância, e aí nós saímos do Brasil, era um Caravelle né, e nós fomos parar no México, me lembro muito da tensão do comissário de bordo, uma pessoa muito atenciosa, que viu na circunstância que a gente tava passando, pegou um saco de frutas e deu pra minha mãe, ‘Desejo que você se recupere’” e tal , e nós chegamos no México”. (R2, 25/06/2008)

Do México os irmãos foram com a mãe para Cuba, onde foram recebidos pelo Ministro das Comunicações no aeroporto. Seguiram para se recuperar numa praia cubana e ficaram naquele país até o fim do exílio, em 1980.

A maioria de nossos entrevistados, no entanto, pode fugir pelos próprios meios, e o fizeram sozinhos, com apoio de familiares ou, mais frequentemente, com o apoio de redes de militantes e/ou de solidariedade política.

O início do que você daria pra ser chamado de exílio dos meus pais, na verdade meu pai é convidado a trabalhar na rádio Havana Cuba, então é viagem clandestina, uma viagem secreta, porque não poderia ser público que gente ia pra Cuba, e a gente sai daqui, e vai pra Europa, passa uns três quatro meses em Paris, e vai pra Praga porque de Praga que se ia.. eu lembro que a viagem de Praga a Havana foi num Eletra? ou num avião muito parecido com um Eletra, turboélice, interminável algo como 24, 48, 68 horas num avião, algo como uma vida inteira num avião, (...) então eu lembro que essa viagem, a gente foi pra Cuba. (R8, 06/07/2008)

E eu lembro de passar pelos Andes direitinho, era verão, então, pouca neve, parecia, onde tinha neve parecia que tava pintado, achei tão gozado aquilo, então eu lembro direitinho, descer, aí nós fomos *Isso aí foi 64?* Não nós fomos em 65 porque minha mãe tava grávida, então nós ficamos um ano. Aí nós fomos comer, se não me engano, na casa do Fernando Henrique, e eu me lembro de entrar num carrão gigantesco, nunca tinha visto um carro daquele tamanho, que era um carro que tava na ONU. (R6, 04/10/2007)

À época dos acontecimentos alguns de nossos entrevistados eram muito novos, como já apontei. Não podiam perceber claramente o que ocorria, apesar da desconfiança:

Vamos pra Europa, esse fim de semana a gente vai pra Europa, vamos pra França encontrar o tio Sílvia, também sem muita explicação, eu tava achando um barato a ideia de atravessar o Atlântico, de cruzar o Atlântico, nada notava e só fui notando ao longo dos dias uma certa tristeza geral nas pessoas, minha mãe com muitos irmãos, os próximos de meu pai também, enfim, chegado dia então fomos para o aeroporto Internacional de Guararapes em Recife, era de noite, o voo que sairia era um voo Recife/Paris com escala em Dakar, na África, que na época se fazia esta escala no Senegal, embarca todo mundo no avião, quando tá todo mundo embarcado pronto pra ir, eu sinto um certo alívio depois de todo o chororô da saída, as pessoas se abraçando e chorando, todos já embarcados no avião, tem que descer todo mundo, aí eu noto uma apreensão, não sei que, e depois ficamos sabendo na verdade foi só um problema técnico mas este período de fato que deve ter durado uma hora e pouco, fora do avião, voltando a brincar no saguão com os primos, foi um período que pra mim foi de muita diversão e tal mas que depois eu vim saber que era um período de muita apreensão porque não sabia se aquilo era uma falha técnica ou era uma coisa, que tinham descoberto alguma coisa. (R10, 22/07/2008. Seis anos à época dessa viagem)

Então nós fizemos uma viagem de navio de quinze dias e que eu também me lembro que eu me diverti à beça, fiquei amiga do navio inteiro, me lembro o que minha avó conta porque eu não tenho lembrança, minha mãe conta que João tinha três meses, era um bebê, a Sílvia minha irmã de três anos ficou enjoada a viagem inteira então deu trabalho a viagem inteira, e eu e minha irmã mais velha a gente ficou... fizemos amizades no navio, o navio é cheio de atividades, tem jogos, não sei que, foi uma viagem legal, e aí nós chegamos na França. (R5, 16/10/2008)

(...) e aí a gente entrou no avião e aí o avião não saiu, primeiro teve isso, o avião teve um defeito técnico, então a minha mãe ficou em pane: ‘Não, me pegaram. Pararam o avião para a gente, né... daqui eu vou sair presa...’, então ela ficou... a gente desceu do avião, defeito técnico só que aí era defeito técnico de fato, e aí eu encontrei a minha tia, tava chorando... porque tava todo mundo meio se contendo um pouco antes da gente sair até um pouco por causa dessa coisa das crianças (...) na hora que a gente saiu, tava todo mundo ainda ali, a gente viu uma situação mais tensa ainda, então era assim, era legal, não era legal, era estranho, eu tinha, nessa época que meu pai saiu pela primeira vez, eu tive, e o irmão dele também tinha saído e não voltou pro Brasil, ficou na França, então tinha todo esse negócio, e aí tá, a gente foi, eu fiz cocô na calça em algum momento dessa viagem, me lembro disso (...) pô imagina, chegou no aeroporto de Paris toda cagada, situação meio esquisita, e aí teve um choque muito grande da chegada. (R15, 11/09/2008. À época desse episódio, R15 tinha sete anos)

Por mais que os entrevistados procurem, hoje, ressignificar as experiências vividas àquela época em função das possibilidades globais que o exílio, o retorno ao Brasil e o fim do Regime Militar lhes permitiram, não há como deixar de registrar, as diversas situações traumáticas a que eles foram submetidos. Seus pais eram perseguidos políticos, fugidos do país. A confusão da saída, nem sempre explicada ou claramente entendida em função da precocidade de idade, a quebra da rotina, principalmente a escolar, a ida para um outro país, o choque da chegada.

Difícil alcançar hoje, passadas mais de quatro décadas daqueles acontecimentos, o registro do que “efetivamente aconteceu” a partir da fala de hoje. Nem é essa, como espero já

ter deixado claro, minha intenção. Apesar de toda essa distância temporal, as recordações de meus entrevistados ressaltam o quanto aqueles acontecimentos marcaram sua história, de maneira definitiva. Ao se lembrar, eles mostraram o quanto essa lembrança está carregada de emoções e afetos, medos, esperanças e ansiedades. A saída do Brasil estava diretamente ligada ao fato de salvar a vida dos pais, e esta ameaça real traduzia-se em um movimento paradoxal de perder e ganhar. Perder o Brasil e muitas vezes a condição de cidadão brasileiro e ganhar a vida. Nada mais difícil de ser vivido.

### MEMÓRIAS DA VIDA NO EXÍLIO

A vida no exílio é uma vida que se constrói entre as demandas da provisoriedade que caracteriza o exílio e a necessidade de estabelecer redes sociais e relações que facilitem a vida num país estranho, onde tudo é novo. Para vários dos exilados o Chile foi a melhor opção, mas ela só existiu até 1973, como sabemos. Depois disso, permanecer na América Latina ficava cada vez mais difícil<sup>29</sup>. A maioria de meus entrevistados esteve exilado em mais de um país, e os de maior frequência foram a França, Cuba e o Chile<sup>30</sup>.

O exílio leva a uma crise de identidade que se abate sobre os forasteiros. Saudade, culpa, raiva e amor ao país se misturam.

As dificuldades de adaptação são de toda ordem, mas podemos sistematizá-las em duas: a dinâmica familiar e afetiva e a adaptação ao país propriamente dita. Se existem elementos novos no material que produzi a partir das entrevistas, um deles atesta a relativa facilidade de adaptação das crianças à situação do exílio. Dois de nossos entrevistados afirmaram mesmo que o exílio verdadeiro começou quando eles retornaram ao Brasil. Para alguns, as primeiras lembranças sequer incluem o Brasil:

---

<sup>29</sup> “O exílio no exílio. O exílio não só do Brasil, mas agora da América Latina. A derrota da experiência chilena, a onda reacionária que arrastava o continente. O povo chileno, com toda a tradição democrática, abatido sob os novos tempos, massacrado pelo terror. Haveria ainda esperança? As portas fechadas aos exilados brasileiros fugidos do Chile expressaram bem a ausência de lugar no continente. Os governos mexicano, argentino, panamenho e venezuelano receberam os que entraram em suas embaixadas em Santiago, mas recusaram o asilo. Ao contrário, os convidaram a deixar seus países”. (ROLLEMBERG, 1999, p. 87)

<sup>30</sup> Seis exilados estiveram na França, quatro no Chile e quatro em Cuba (Cf. o Gráfico 5, no ANEXO 2).



Eu quase que nasci no exílio, eu fui pro Chile com três meses de idade, então o choque de estar num lugar e ser obrigado a ir para outro eu não registrei, por relatos de outros eu sei a situação era bastante tensa, meu pai já tinha ido, depois de ficar bastante tempo escondido, fui com minha mãe e meus irmãos. Imagino que tenha sido uma coisa tensa, mas eu não tenho absolutamente nenhuma memória, então, não tem um antes do exílio, o exílio já é o começo. (R13, 17/11/2008)

Vários filhos de exilados também optaram por não retornar, o que diz sobre o grau de identificação com o país do exílio. Três irmãos de nossos entrevistados estão nessa situação. Alguns pais chegavam ao ponto de se preocupar com as relações afetivas dos filhos, de modo que eles não tivessem elementos a mais para optar pela permanência do país de exilo. Os pais viviam preocupados com a questão da identificação dos filhos com o Brasil, e procuravam transmitir para eles notícias e elementos da cultura natal da melhor maneira possível.

Bom nessa casa da tia, pessoal chamava casa da tia, você vai escutar isso, essa brasileira se reunia, a gente fazia feijoada, cada certo tempo a gente fazia umas festas, tudo isso ajudou a gente a manter a nossa identidade e sempre falando português dentro de casa, essas são as reminiscências que eu nunca esqueci da sua pátria, e depois com tempo você vai adquirindo mais conhecimento, você vai lendo mais, tinha um pessoal lá que gostava de ler muito e aí trazia um livro 'Leia isso!' 'Leia aquela outra coisa da literatura'. (R18, 14/11/2008)

E aí se formou uma espécie de uma pequena comunidade brasileira e tinham aqueles companheiros que sempre tinham a preocupação da gente retomar a nossa identidade, minha mãe por exemplo ela nunca deixou a gente falar espanhol dentro de casa sempre português, então dentro de casa ela falava português com a gente para não esquecer, até mesmo os cubanos falavam 'Não deixa eles esquecerem o idioma dele fora de casa tudo bem, dentro de casa você não deixa eles esquecerem o idioma' e aí o pessoal formou até uma escolinha, com a ajuda dos cubanos. (R1, 25/06/2008)

A maioria de nossos entrevistados viveu em mais de um país no exílio, e mesmo assim as lembranças são de adaptações bem sucedidas em prazos curtos de tempo.

Na França eu já lembro da escola, eu fui alfabetizada em francês, lembro que a gente tinha um ensino bem severo, lembro de uma visita que a gente fez à catedral de Notre Dame, a gente estudava arquitetura, isso com 7, 8 anos, estudava toda arquitetura, desenhos nos vitrais, voltava para a sala de aula, fazia o desenho arquitetônico, reproduzia os vitrais, tinha toda história, da nave, lembro que tinha aula... a gente passava o dia todo na escola, a gente tinha aula de educação física, de dança, de música, lembro que a gente comia muito bem, tinha petit suisse todo dia na hora do almoço, então... (R3, 14/08/2008)

Isso variava, no entanto, também em função do país escolhido para o exílio. Enquanto em Cuba e na França (e também no Chile) as experiências de adaptação e integração eram

mais bem sucedidas, o mesmo não se pode dizer de países como a Alemanha e os EUA, ao menos para dois de nossos entrevistados:

Eu morava na rua num bairro (em Berlim Ocidental –MHC) em frente a um lago, lago maravilhoso, o colégio, o colégio era um colégio público né, pô o colégio tinha um pátio, um ginásio que era maior que o de qualquer clube de futebol aqui do Brasil, o ginásio do colégio, ginástica olímpica né, um colégio magnífico, e de tarde eu também ia é... sozinho pro colégio, e uma vez, e uma vez assim, uma coisa que isso eu me lembro, a história, mais ou menos assim me contaram, eles me chamavam de *kleinschwarzs* do colégio, e começavam a rir de mim, aí eu perguntei lá em casa o que que significava *kleinschwarzs*, começaram a me gozar, aí me disseram que era neguinho, neguinho, (...) e eu me lembro eu chegando e vindo um alemãozinho me gozando e tal eu me lembro que eu dei um soco e acertei eu me lembro um soco no queixo dele, e me lembro que vieram muitos pra cima de mim, mas me lembro que vieram muitas meninas também, e eu briguei com uma porrada de gente. (R4, 27/09/2008)

A gente com uma postura bastante agressiva contra o americano, muito agressiva, mas na escola fomos muito bem recebidos, a bem da verdade, nossa atitude era muito, do ponto de vista psicológico, nas relações pessoais, a nossa atitude era muito mais agressiva e inadequada do ponto de vista... injusta total, porque as pessoas simplesmente não faziam a menor ideia do que tava acontecendo no mundo, o que é típico do americano, e a gente era agressivo mesmo, eu não dava ponto sem nó, e quando eu digo a gente eu digo eu e meu irmão, era uma dupla, eu, meu irmão, Fulano e Fulano bem noutra turma, não que eles se aliassem, mas sentia uma cumplicidade grande entre mim e meu irmão, o meu irmão sempre mais politizado e mais radical e eu um pouco mais contemporizador, e o Fulaninho era raspa do tacho e aí nasceu o menor, então esse aí, mas o fato é que aconteceu o que aconteceria naturalmente lá, a gente se aliou com os latinos que era uma aliança absolutamente étnica porque a grande maioria era de gusanos e cucarachas total tudo ultra-direita alienada e tal, e aí nós ficamos muito amigos e particularmente eu com a criolada que moravam num gueto, tanto é que eu era uma das poucas pessoas que entravam no gueto sempre acompanhado de alguém, mas eu entrava. (R14, 04/08/2008)

Quando voltamos o foco da análise para as relações no interior das famílias percebemos um movimento centrífugo. Existe uma tendência ao reforço das relações entre os membros do núcleo familiar que se exilaram juntos. Meus entrevistados foram unânimes em lembrar maior “cumplicidade”, maior “responsabilidade” entre os membros desse núcleo. O afastamento das outras redes familiares e das amizades tradicionais em geral parece exigir como contrapartida um vínculo mais forte e de maior confiança entre aqueles que são, de qualquer forma, cúmplices no exílio.

Vários de nossos entrevistados também vinham de férias para o Brasil e, assim, puderam manter vínculos com parentes daqui. Eles vinham sozinhos, e com muitas instruções e cuidados acerca do que não se podia falar no Brasil, como vimos. Também alguns avós e tios puderam ir visitar os filhos, netos e parentes próximos, o que diminuía um pouco as dificuldades da situação.

Núcleo familiar lá, você não pode brigar com irmão, pode não... mas o vínculo imediato com o mundo, as relações sempre têm como referência a família, a segunda coisa que eu acho é que também reforçou muito os laços com a família mais ampla, porque eles foram muito solidários e quando a gente vinha pro Brasil a gente convivia com eles. (R6, 04/10/2007)

De vez em quando a gente vinha pro Brasil nas férias e era divertido, claro, encontrar a primaíada, ir pro sítio, mas eu não me sentia fora do meu lugar, isso provavelmente só eu, porque como eu era muito pequeno o vínculo com outro lugar não tinha antes, o lugar era um lugar de passear, não era um lugar de morar aqui depois de quatro anos. (R11, 11/09/2008)

Outro aspecto a destacar é a união dos exilados no exterior. No caso da Europa são comuns lembranças de encontros entre diversas famílias que se reuniam para ir à praia, jogar futebol ou simplesmente comer conjuntamente. Estes encontros eram espaços de troca de informações, sentimentos e avaliações sobre o que se passava no Brasil e as possibilidades futuras.

Dois de nossos entrevistados sentiram os efeitos negativos dos, por assim dizer, excessos de socialização da educação cubana. Não coincidentemente, os dois estudaram na mesma escola secundária de regime integral.

Já naquela época eu já tinha saído da escola primária e estava na secundária, muito distante de Havana, é uma ilhazinha que se chama Isla de La Juventud, se tem que ir de barco pra lá, é muito distante de Havana, e um belo dia a gente estava chegando lá na ilha... eu ficava um mês, nessa escola, na primeira não, no primário você ficava uma semana, depois eu ficava um mês, imagina você um mês vivendo na escola né, uma pessoa que é brasileiro, quer manter...ficava longe de casa, aí um belo dia nós chegamos em casa e minha mãe falou “Imagina o que é que eu tenho aqui” a foto do Ariston com a carta, foi a primeira carta né, que nós recebemos, em 75. (R1, 25/06/2008)

Foram três meses de um sufoco terrível, até que saiu a escolha da escola pra que a gente... que era pra onde a gente ia, era uma escola interna no campo, na ilha da juventude que na época chamava Isla del Pinos, que já dizem que já foi a ilha do pirata Morgan mas eu já conheci como a ilha das escolas secundárias básicas no campo, as ISBeCs, até hoje quando eu encontro algum cubano aqui no Brasil, eu começo falando espanhol com sotaque cubano com eles, eles dizem “Mas onde que você aprendeu isso?” eu falo “Numa ISBEC na Isla de Pinos, eles falam “Mentiroso”, ninguém acredita que eu pudesse falar, porque o terror de qualquer cubano era parar naquela bobagem, naquela porcária de escola. (R8, 06/07/2008)

A visão mais crítica que R8 possui da escola se espalha por seu juízo mais geral sobre a opção dos pais, como veremos. A perspectiva de R8 acerca da escola não pode nos deixar de ver o mais geral, a saber: a adaptação ao país de exílio como um problema que tenha durado a

ponto de se tornar um impedimento ao estabelecimento de vínculos com o país não foi citada por nenhum de meus entrevistados.

A adaptação não era, portanto, um problema para os filhos. Estes viviam, no entanto, sempre a tensão tênue entre o desejo de voltar que era propagandeado por seus pais e o paradoxo da adaptação bem sucedida.

Na minha idéia era isso, os militares são maus , meu pai era um cara bom, mandaram ele embora, um dia vamos voltar, mas seria muito tênue, tinha essa percepção do... a gente viveu em ambientes, e acho que os Estados Unidos na época era muito menos conservador do que hoje, comezinho dos anos 70, então, a gente morou em ambientes muito arejados para os padrões americanos, Washington e depois em Cornell que era uma cidade de universitários, cheia de estrangeiros também, então nunca foi parar num cafundó, interior dos EUA. (R7, 06/09/2008)

E essa relação assim da memória que eu tenho é isso, são memórias bem infantis, bem dessa coisa do doce, as poucas vezes que eu fui lá viajar eu trago pras minhas filhas, tinham uns cordõezinhos que tinham balas, que aquilo nunca vi, são umas balas de açúcar, dura pra caramba, que hoje eu acho muito sem graça, mas que eu achava ótimo, e que eram umas pulseirinhas de balas. (R14, 04/08/2008)

Entre a provisoriedade e a adaptação, os filhos dos exilados viveram uma experiência marcante fora do país. Não é surpreendente, dada a pouca idade à época da maior parte daqueles que entrevistei, que a adaptação não tenha sido difícil. Talvez seja mais preciso dizer que ela não foi tão difícil à luz da instabilidade que caracterizou os anos anteriores, de “nervosismo” no Brasil.

O caráter construtivo da memória social – que não é uma “coisa”, objetivamente dada - fica bastante claro nas experiências dos filhos dos exilados no exterior. Também a pluralidade da memória (que já tinha sido realçada por Halbwachs, Bartlett e Pollak, para só ficar com alguns) está aqui presente, já que alguns mostram uma identificação muito forte com as opções dos pais, enquanto outros vêm com ressalvas e mesmo críticas muito fortes a maneira como as opções foram feitas e, sobretudo, o envolvimento dos filhos.

## O RETORNO DO EXÍLIO

As lembranças dos filhos de exilados do Regime Militar que entrevistei oscilam entre aqueles que tiveram um retorno não-problemático porque, de certo modo, já o esperavam e o compreendiam, aqueles que tiveram dificuldades e viveram esse retorno, como já afirmei, como o verdadeiro exílio, e aqueles que (dois do nosso universo) optaram por retornar do exílio mais tarde, aproveitando oportunidades de estudo.

O retorno é, como afirma Rollemberg, “um encontro entre o sonho e a realidade” (1999, 265). O país que se imagina e o país que se viveu estão distantes no tempo, e o choque com o “país real” foi forte para muitos<sup>31</sup>. A imensa maioria retorna após 1979, após a Lei de Anistia, mas alguns poucos se aventuraram a retornar antes. Estes últimos eram em geral ativistas não-comprometidos com a resistência militar e com alguma projeção pública.

Algumas vezes os pais atuaram em momentos decisivos, precipitando o retorno para o país de forma a evitar que os filhos solidificassem os laços e vínculos afetivos que tinham no exterior.

Os que tiveram um retorno menos problemático parecem ter sido aqueles que mantiveram maiores vínculos, seja com a memória afetiva dos pais pelo Brasil, seja com os círculos de brasileiros que esses conseguiram manter em volta dos filhos no exterior.

Meus pais explicando e tal... então tinha uma importância muito grande a gente voltar pro Brasil né, foi um... eu não me lembro de ter sentido pena, ter sentido saudade de ter deixado a França pra trás, por exemplo, né que seria uma coisa a princípio... tava deixando muitos amigos, a escola, não me lembro de ter sentido nenhuma... nenhuma sensação de perda, assim, deslocamento também, pra mim era muito natural tá voltando ao Brasil, era uma coisa que a gente esperava, e quando a gente voltou, uma coisa que incomodou um pouco, aí sim porque quando nós chegamos, a gente falava um português mal falado, falava mas misturando muitas palavras, então a gente virava um pouco a atenção pública, as crianças queriam porque queriam que a gente falasse alguma coisa... a gente doído pra ser brasileiro e as crianças doídas pra mostrar o quanto francês a gente era, queriam que a gente falasse em francês, que dissesse uma palavra em francês, que falasse uma frase, a gente virava um negócio, a gente parecia uns Ets assim no meio da turma né, e demorou um pouco pras pessoa se adaptarem a nós e a gente também, a viver essa.... (R3, 14/08/2008)

---

<sup>31</sup> “Não se trata, simplesmente, do retorno a um lugar físico, mas da busca de um status político, social e pessoal anterior. A sedução de voltar no tempo, quando se volta a um lugar. Efeito atraente, sobretudo para os que deixaram no passado a juventude, a esperança, o ideal, a luta e, até mesmo, o reconhecimento e o prestígio” (ROLLEMBERG, 1999: 266)

No final de 79 vem a anistia, nós estávamos no Panamá, por isso minha mãe decide que quer voltar pro Brasil, meu pai queria passar mais um tempo no Panamá, minha mãe decide voltar pro Brasil e a primeira coisa que os filhos falam é dizendo ‘Estamos nessa, vamos voltar’, acaba voltando a família inteira, e em maio março de 1980, eu desembarco em Congonhas. (R8, 06/07/2008)

Alguns retornam mais cedo, já se identificando plenamente com os ideais de militância política dos pais.

Quando eu voltei, eu voltei em 74, regime muito duro. *20 anos?* Não, eu tinha 18, 18 pra 19, *Você é de 56?* 56, e aí foi tranquilo, cheguei, terminei o colegial, voltei, fiz um mês de cursinho, achei que tava gastando dinheiro à toa do meu pai, resolvi estudar em casa, aprendi História com meus dois avós, fiz aula de análise sintática, nunca tinha tido aula de Português, mas fiz aula de análise sintática com a minha tia que é professora na PUC aqui, e fiz vestibular, passei, *Pra que que você fez?* Fiz Biologia. Porque era no que eu tinha entrado lá nos EUA, e fui pra Unicamp, lá fiz movimento estudantil numa boa, quer dizer, numa boa como todo mundo fazia movimento estudantil, eu sabia do risco, apanhava de polícia, mas isso. (R6, 04/10/2007)

Aqueles que sentiram o retorno ao Brasil como uma espécie de “novo exílio”, ainda que temporariamente, assim se expressaram:

Era 79, minha mãe lia falava “Olha, tá acontecendo isso no Brasil, existe a possibilidade que em breve a gente tenha que voltar”, aí a gente ficava assim né, porque tem um problema, viu, você tem uma parte da sua identidade construída no Brasil, mas de repente você vai pra Cuba, e você adquire outra identidade, eu tenho incorporado também né, essa identidade, tem muito do cubano, a rumba, aquele gingado deles, a forma deles de ser, a rebeldia, suas músicas, no meu caso foi muito difícil o retorno porque eu tinha essa duas, eu ficava né, e outra coisa, vc tem construído a questão da solidariedade, de repente você chega aqui, tem acentuada a questão da individualidade, pra mim eu eu eu, lá é entre todos, nós dividimos as coisas entre todos, você chega aqui, nossa você fica, eu sofri pra me adaptar com isso *Que idade você tinha quando você voltou?* 19 anos, muito difícil, fui trabalhar, estudar, que eu nunca tinha feito, até então em Cuba nós recebíamos uma pensão do governo, nunca trabalhamos, e no caso eles faziam questão da gente não trabalhar, “Deixa os meninos se formarem” A fulana ia muito a trabalhos voluntários, os cubanos... hoje se fala de trabalho voluntário, em Cuba isso desde o Che, na década de 60 o Che foi precursor disso, eu lembro nós íamos um grupinho de estudantes, nós íamos trabalhar numa fábrica. (R1, 25/06/2008)

Então, a única hora em que me senti exilado foi na hora de voltar, muito rápido. Realmente eu tô falando porque aconteceu, é engraçado, chama atenção. Abri um berreiro quando eu mudei de Washington para Ítaca quando eu me despedi do meu amigo, realmente fiquei péssimo, e depois de novo, falei pô de novo que saco!, mas aqui foi muito fácil, porque eu já sabia a língua, tinha um monte de primo, sei lá, foi fácil, não foi uma pedreira, a volta, tirando. (R7, 06/09/2008)

Eu tava de novo me sentindo em casa, mas a gente já voltou pro Brasil no finalzinho de 75, e aí é que é engraçado, aí é que eu me senti exilado”, eu me lembro que eu abri um berreiro no aeroporto, porque eu tava puto da vida, e acho que ninguém entendia porque tava todo mundo achando maravilhoso, *Todo mundo quem?* Minha mãe, meu pai não voltou, veio um pouquinho depois que ele ainda tinha que dar um gás para terminar a dissertação, e os meus irmãos, todo mundo achando ótimo, ufa, até que

enfim, e eu muito contrariado, pensando puxa vou ter que começar tudo de novo, perdi o contato com todos os meus amigos um ano atrás, agora tenho novos amigos e vou zerar de novo, então eu não tinha essa ânsia, até que enfim vou pra casa, não se passava dessa maneira. (R17, 07/10/2008)

Não são, de qualquer forma, sensações excludentes as de estar no exílio agora, de volta ao Brasil, e a identificação com os pais através da militância.

O exílio é uma situação limite para a construção da identidade pessoal e, como tal, elemento estruturante da memória de meus entrevistados. A sensação de ter uma “outra” identidade nacional, fruto da vivência por tempo significativo em outro país é muito comum entre aqueles que entrevistei. Alguns passaram mesmo no Brasil a ser conhecidos por um nome que incluía o país no qual ficaram e com o qual eram identificados após o retorno: João Francês e Renata Belga são dois exemplos fictícios de apelidos reais compostos dessa forma (e que realmente encontrei).

A desterritorialização que tal experiência produz leva a uma situação de não identificação absoluta com qualquer país. Mesmo que continue a predominar um sentimento de brasilidade, é com um olhar cada vez mais crítico que os filhos dos exilados olham para seu próprio país, assim como para aquele no qual viveram no exterior.

O retorno significou para vários o rompimento de laços importantes que tinham se estabelecido no exílio, com colegas e amigos, toda uma socialização que tinha sido conquistada com empenho.

A identificação com a militância dos pais também foi comum – retornarei a isso na avaliação geral que os filhos fazem do exílio - mas poucos alcançaram o estágio de tornarem-se eles próprios militantes partidários, como é o caso de R6. Apenas mais um de meus entrevistados se tornou militante também. R6 retornou mais cedo ao país, antes mesmo da anistia, e por ser mais velho chegou a militar numa época em que o Regime Militar reprimia duramente o movimento estudantil. Seu pai era uma personalidade pública importante, e por também não se identificar com as estratégias armadas de resistência ao Regime, pode retornar mais cedo, embora tivesse uma vida sempre controlada pelos militares durante ainda muito tempo.

O dia do retorno só não é lembrado por um entrevistado, ocupando lugar de destaque na memória dos filhos da causa (Conferir o ANEXO 2). Eis dois exemplos:

Eu lembro que a gente chegou no aeroporto e meus pais mandaram a gente na frente pra poder dizer que eles tinham chegado bem, e depois eu sou que é porque de alguma forma havia uma expectativa de que eles poderiam ser ainda presos no meio do caminho, lembro inclusive que eles foram para o aeroporto de São Paulo, porque aqui no Rio você desce do avião naqueles túneis, e eles foram para o aeroporto de São Paulo porque lá ainda não havia estes túneis, você descia no pátio, as pessoas desciam no pátio então havia a expectativa das pessoas poderem ver por aquele painel de vidro a nossa chegada, ver a gente descendo no pátio e diminuía com isso o risco de sumir no meio do caminho, mas ou menos assim. (R3, 14/08/2008)

A gente voltou em 73 perto de 74. Descemos no Galeão. No Brasil já tinha que ter cuidado, no colégio eu não podia falar nada, eu tinha essa coisa, no colégio não podia falar nada, eu sabia de tudo e não podia falar nada, eu ... quer dizer com 7, 8 anos de idade, já sabia de tudo, tudo que tava acontecendo, tudo, absolutamente tudo. (R4, 27/09/2008)

O choque do retorno produz memórias que são verdadeiras atualizações das lembranças e recordações, e não meras reproduções do acontecido. O retorno não significava o fim dos conflitos políticos, mesmo para aqueles que vieram depois de 1979. Como fica claro na recordação de R3, os pais – assim como muitos – receavam a chegada e desconfiavam da estabilidade do processo de abertura gradual. O retorno era, portanto, uma operação cuidadosa, e não só a alegria de voltar ao país. O encontro com o país real e o fim das idealizações trazia também dificuldades.

Aqueles que chegaram antes de 1979 tiveram que viver com a impossibilidade de falar, como lembra R4. A tensão sobre as crianças quanto a esse aspecto é muito grande, como já pude destacar. Quase todos os meus entrevistados se referiram, de alguma forma, a essa fonte de preocupações e tensões.

## OS FILHOS AVALIAM O EXÍLIO

Fazer um juízo geral sobre a experiência do exílio é, para os filhos da causa, colocar em ação memórias de diferentes momentos: o acontecido e a avaliação *a posteriori*.

Afastados de seu país ainda muito pequenos, os filhos da causa começam a ter, em termos gerais, lembranças mais nítidas a partir da vivência no exterior. Apresenta-se aí uma dificuldade relacionada ao tema da memória social de uma maneira mais ampla: o da construção da identidade pessoal e social. Para as duas, a memória é um elemento-chave, na medida em que permite o sentido de coerência, de permanência, seja de valores, de escolhas



afetivas, odores, referências geográficas. A tensão entre o ser brasileiro, mas ter uma forte vivência em outro(s) país(es), apego às coisas de um lugar estrangeiro, levou a que praticamente todos os filhos da causa que entrevistei retornassem aos locais onde estiveram no período de exílio.

Essa peregrinação pode ser entendida como uma tentativa de juntar, idealmente, esse dois tempos, permitir que o passado tome um lugar mais fixo na trajetória atual.

Trata-se de uma espécie de peregrinação da memória, não só geográfica, mas também sentimental. Diversos autores que tratamos no capítulo segundo enfatizaram o papel dos lugares como âncoras da memória. Muitos dos filhos da causa se referem a esse retorno ao local do exílio com uma sensação de plenitude, de restauração ao menos de parte daquilo que tinha sido perdido:

Quando eu fiz quinze anos de idade eles me deram de presente, e aí sim eu soube uma parte da história, me deram de presente uma viagem que refiz o percurso que nós fizemos no exílio, então quando eu fiz quinze anos nós fomos os quatro até Curitiba de carro com meu pai, ficamos na casa da fulana e do, como é que é o nome do marido dela?, acho que é fulano, esqueci agora, bom, da fulana que tinha acolhido a gente há quase... quer dizer, há quinze anos atrás, e dali eu e minha mãe fomos para o Paraguai, ficar na casa da mesma família que tinha nos acolhido também na época do exílio, eu passei lá um tempo, então nessa época, com quinze anos de idade, foi o momento em que eles contaram um pouco pra mim essa história que já tinha de alguma maneira sido desvendada mas não tinha montado o quebra-cabeça, mas sem dor nenhuma não tinha nisso nada de dramático de... sabe? Pelo contrário, era quase uma celebração, era uma celebração, da vida, do... então a gente foi até o Paraguai que não tinha dinheiro pra ir pra Bélgica, então nós fomos de ônibus até o Paraguai, e dali voltamos, mas, assim, foi muito bom, foi o único momento que eu me lembro que a gente realmente viveu isso, decidiu retomar esse processo. (R3, 14/08/2008)

Tenho, até voltei a Alemanha depois com.. sei lá, voltei a Alemanha com 28 anos de idade (sete anos atrás), pô foi emocionante, foi emocionante, a gente morava num lago, a gente morava num lugar que tinha um lago, no inverno o lago virava uma pista de patinação, aquilo ali rapaz, me lembro de um dia que eu acordei nevou, no dia que eu acordei nevou foi demais né, e aí o lago virou uma pista de patinação, o lago tinham vários cisnes no lago né, me lembro de metrô, a gente andava muito de metrô, o lago ia e no inverno os cisnes subiam e o lago ficava totalmente congelado, a gente descia de trenó pelo morro né, e caía lá no lago congelado e shuu, deslizava no trenó, era no bairro Charlottenburgo, e aí 35 anos depois eu voltei, com a minha mulher de metrô, de metrô, saltei no bairro, Charlottenburgo, saltamos do metrô, eu olhei o lago e falei pra ela assim “Ó a gente morava lá naquela esquina lá” a esquina era do outro lado do lago, era como se estivesse na Lagoa Rodrigo de Freitas, eu tivesse no Leblon (...) É, foi 28 anos depois. E aí falei pra Marta, “Ó, a rua é aquela ali, lá do outro lado, o colégio era do lado esquerdo né, e aí chegamos lá estava lá, rua 7 e o colégio em frente, entramos no colégio, pô fiquei emocionado, chorei e tudo. Pô, foi uma lembrança maravilhosa. foi uma lembrança maravilhosa. (R4, 27/09/2008)

Quando indagados acerca de pontos concretos de avaliação, tensões afloram novamente. Entre os meus dezoito entrevistados, apenas um faz uma avaliação mais negativa

em relação ao exílio como um todo – também a opção de seus pais. Essa avaliação geral sobre o exílio está direta e indissociavelmente ligada ao juízo que os filhos da causa fazem de seus pais. Essa discordância permite entrever pontos de diferença nos posicionamentos frente à gestão da memória dos filhos da causa. Afinal, as memórias compartilhadas também possuem pontos de desacordo acerca de experiências próximas.

Eu não tenho nenhuma dúvida, pra mim eu acho que o exílio me fez muito bem, eu acho muito difícil que eu tivesse a vida que eu tenho, seria outra vida, me fez muito bem. (R15, 04/11/2007)

Se você me perguntasse se positivo ou negativo, eu diria positivo, quer dizer, eu acho que a experiência de vida e tudo que eu ganhei com essa peculiaridade da nossa vida é um negócio que é incomparável. Eu me considero uma pessoa... sei lá, agraciada por ter... podido viver o que eu vivi, não dia que refaria de novo, talvez se perguntasse se eu gostaria de refazer eu diria não muito mais pelos meus pais, pelo que eles devem ter passado do que por mim, uma criança de seis, sete anos, por eles, provavelmente, eu tenho certeza que eles diriam “não, de jeito nenhum”, você sabe muito bem o quanto que isso representa... deve ter... ainda mais eu, sou pai, imagino, você vê, eu tenho uma filha de nove anos, quando você vira pai, quando eu virei pai, eu me dei conta, até porque a minha mulher às vezes assim dava uns toques, “você já imaginou seus pais, o que... com quatro filhos”, e aí eu sendo pai é que eu me liguei, “pô realmente o negócio não devia ser fácil”, porque quando se vira, você é pai?, quando você vira pai.... a questão da proteção... que você quer proteger seu filho, aí você imagina... você aqui qualquer distúrbiozinho qualquer anormalidade da vida, do dia a dia você já fica aflito pelos seus filhos né, se ele vai dormir tarde no dia seguinte ele vai num consegui acordar cedo pra ir a escola você fica aflito, imagina um grau de distúrbio que era... então eu imagino que pra eles... eles provavelmente fariam que não, talvez no final das contas, pra mim, eu sou o quarto né, eu já vou falar, mas no meu caso eu acho que eu tive uma oportunidade de aprendizado etc. e tal que sem dúvida nenhuma tá ligada ao que eu sou hoje, eu me considero uma pessoa que teve algum sucesso... não é sucesso eu digo... sucesso pessoal na minha carreira, eu dou aula na USP, eu consegui o que eu queria, enfim, muito disso se deve certamente ao fato de eu tive essa vida, essa formação, então eu acho que, nesse aspecto eu me considero uma pessoa privilegiada, agora, tem que ver que acho que teve algumas peculiaridades, a gente teve muita sorte. (R17, 09/11/2008)

(...) acho que no fundo, no fundo, o que eu quero dizer é que, com todo o sofrimento e com toda a coisa principalmente dos meus pais e tal a experiência acabou sendo uma experiência benéfica para mim na minha vida, porque tenho certeza de que se a gente não tivesse sido exilado, uma família de classe média como eram meus pais assim e tal, a perspectiva de você ir morar fora, aprender uma língua, conhecer países, viajar para a Grécia, brincar de trenó na neve, passar um Reveillon e Natal com neve de fato e tal, não teria acontecido tão cedo na minha vida, talvez nunca viesse a acontecer, e a volta me deu algumas ferramentas que me servem até hoje, se eu sou jornalista hoje e tal, o francês que eu uso hoje é o mesmo francês que eu aprendi na infância e isso sem dúvida me ajudou também. (R10, 12/09/2008)

Em apenas um caso, o de R8, encontramos uma postura crítica em relação à opção que os pais fizeram:

E a gente não tinha nada a ver com essa história, ninguém me perguntou jamais, e aí ... um dos grandes equívocos porque ao mesmo tempo eles não se permitiam largar os filhos com os avós, porque assim, meu avô sempre quis, ele tinha uma estrutura afetiva enorme, deixava os filhos com os avós, fazia a revolução sozinho, não enche o saco, e eu hoje eu debito isso a uma mistura da causa, respeito um pouco o que eles fizeram e tal, mas eu acho que em grande parte isto se chama irresponsabilidade e imaturidade e loucura, você pegar uma criança de 6 anos e ensinar ela a mentir sobre papel queimado, você não envolve uma criança nessa a não ser em última e extrema necessidade, ou seja, se tem com quem deixar, deixe, são as escolhas. (R8, 06/07/2008)

Mais do que isso, R8 é enfático ao afirmar que foi submetido a uma espécie de “treinamento para paranoico”. Com essa expressão, nosso entrevistado quer se referir aos diversos momentos em que foi instruído a mentir para evitar problemas com o aparelho repressivo:

E ela nos ensinava o que dizer caso a polícia chegasse, o que eu chamo de treinamento para paranoico, ensinar uma criança a dizer uma história que ela não sabe bem do que se trata, mas ele tem que contar uma outra coisa que não é aquilo que ele não entende né,  
Aí ele decidiu que a gente tinha que morar em Cuba, mas não podia contar pra ninguém, então, o adolescente que ia morar em Cuba, sozinho, com meu irmão, e que não podia falar isso pra ninguém, aí o curso de paranóia fase dois. (R8, 06/07/2008)

Já vimos que vários outros filhos da causa também foram instruídos a mentir ou não falar. De fato, tratava-se de um imperativo de segurança num momento político em que as forças de repressão apelavam a todos os estratagemas. Nossos outros entrevistados não demonstram, no entanto, tanta mágoa no seu olhar retrospectivo. Ainda assim, essa opção não o impediu de considerar que os aspectos positivos do que viveu:

... Só posso tirar o melhor que eu vivi disso é a minha visão política de mundo, se eu sou um cara que faz um trabalho sobre... sempre ligado às questões de transformações em busca de um mundo melhor mas ao mesmo tempo sou um cara sempre 100% flexível, sou um cara do tempo todo `e se eu estiver errado? (R8, 06/07/2008)

Afinal, a imagem relativa aos dois sujeitos que estão sendo entrevistados por mim ao mesmo tempo é de serventia. Como toda memória é reconstituição, é lembrar aquilo que foi vivido e sentido, tudo que foi vivido e sentido é, de alguma forma, resignificado em função do presente. Essa característica da memória é fundamental, uma vez que ela permite que, paradoxalmente, possamos agir sobre o passado (ao menos sobre o passado contado por nós) para transformar o presente. Ao revisitar o nosso próprio passado, somos a todo momento instados a reconsiderá-lo em função daquilo que aprendemos, ou acreditamos

aprender, no presente. Isso não quer dizer que podemos inventar o passado (uma impossibilidade lógica), mas que socialmente reescrevemos a nossa história.

Uma reflexão mais cuidadosa sobre a memória leva então a repensar o lugar desses testemunhos. Não entendamos tais falas de maneira apressada: elas nos dizem que *apesar de todo o sofrimento*, vários dos filhos da causa *puderam ainda assim extrair coisas positivas* de suas vivências e a partir delas. As relações interpessoais, a possibilidade de conviver com outros países e culturas, a formação escolar a que tiveram acesso – todos esses elementos foram essenciais para que nossos entrevistados pudessem, por alguma via, ter construído a sua própria história.

Trata-se, sem dúvida, de um grupo que possui, ao mesmo tempo, memórias pessoais e memórias sociais comuns. Já tive a oportunidade de observar, seguindo Celso Sá, que o psicólogo social, à diferença do historiador, não está comprometido com a “verdade histórica”, mas apenas com o estudo do processo e das circunstâncias pelos quais as memórias são construídas, reconstruídas e atualizadas por conjuntos sociais geográfica, cultural ou politicamente circunscritos.

Por último é importante destacar que todos os filhos da causa com quem pude conversar desenvolveram algum tipo de consciência social. Com esse termo quero apenas me referir a uma vontade comum de se manter como um ator de transformações sociais rumo a uma sociedade melhor, com mais liberdade e menos desigualdade. Na escolha de suas profissões tais escolhas ficaram muito claras. Sete são professores (quatro universitários), um é fotógrafo especializado em paisagens urbanas da periferia, um é advogado criminal, dois são educadores populares, um é economista, um jornalista, dois são médicos, um é pintor e dois são técnicos em informática.

Vejamos a fala de três de meus entrevistados:

A minha vida toda é isso mesmo. Sou advogado criminal, advogado criminal na verdade é o que defende os maiores presos políticos, nesse nosso sistema, no fundo é o chamado bandido, esse é o, os maiores presos políticos nesse nosso sistema aí. Quer dizer, toda a minha formação, minha vida, a minha vida é o resultado dessa, a minha família, toda a minha vida, PT, Botafogo, sempre com um viés político (R4, 27/09/2008)

Eu acho que a minha profissão (é medica sanitaria e trabalha no SUS de São Paulo – MHC) e o que eu faço na vida, o jeito que eu faço, mas eu diria que é com a história do meu pai e do jeito que ele transmitiu pra gente, eu não sei se ele teria transmitido a mesma coisa se tivéssemos ficado aqui, provavelmente teria mas não da mesma forma, além do que ele transmitiu tem o que a gente viveu, que é uma experiência, além do que transmitiu tem uma experiência, o fato de eu querer fazer um trabalho social militante, além da personalidade, dos valores que meu pai e minha mãe transmitiram pra nós tem esta experiência de vida, de exílio, de não

poder voltar, tem a minha opinião sobre o que é a ditadura, sobre o que é um golpe, a minha experiência, eu acho que tem tudo a ver (R5, 16/10/2008)

Olha, de forma consciente eu acho que, de forma racional, se é que tem alguma influência não sei, acho que tá muito mais no campo da intuição, da questão de princípios de valores do que em qualquer outro campo, porque com oito anos de idade, sei lá, devia estar querendo ser bailarina, não acho que minha vida profissional tenha sido defini... quer dizer, de alguma forma foi mas foi porque o que eu trago daí, são valores, princípios, e quais são estes princípios comprometimento, engajamento. Eu acho que principalmente do compromisso, sabe, você tem alguma coisa a ver com isso que está acontecendo não tem como vc fugir e achar que vc não tem nada a ver com o mundo que te cerca com o que está acontecendo em volta, porque, taí, (R13, 07/10/2008)

Não é, portanto, no plano das ideologias ou visões estritamente político-partidárias de mundo que a influência dos pais sobre os filhos da causa se faz então sentir – embora não estejam afastados esses processos de identificação. É muito mais sobre uma determinada visão de mundo que agiu a influência parental, com o legado que denominei consciência social. Homens e mulheres maduros, com mais de trinta anos de idade, podem hoje avaliar melhor que as escolhas feitas pelos pais foram escolhas feitas em condições muito difíceis e limitadas.

A opção pelo exílio foi política e ao mesmo tempo ética. Sua radicalidade deixou para os filhos da causa um exemplo prático, e não apenas afirmações retóricas. Eles sentiram na pele, junto com seus pais, as consequências dessa opção. Não cabe, no âmbito de meu trabalho, avaliar as opções que se apresentavam aqueles que faziam oposição ao Regime Militar. Minha questão foi outra: dadas as opções que foram feitas pelos pais, como vivem hoje os filhos da causa com a memória daquilo que viveram? Como – uma vez feita a opção pelo exílio – o universo político e social dos pais influenciou as opções que os filhos fizeram? Dito de outra forma: que vida construíram os filhos da causa a partir da vida que lhes foi legada?

## CONCLUSÃO

O trabalho se debruçou sobre as memórias de dezoito filhos de exilados do Regime Militar, procurando retratar os temas e momentos importantes na construção de uma memória compartilhada intersubjetivamente. Tentei alcançar dois objetivos centrais: 1) buscar elementos que pudessem identificar memórias pessoais, comuns e histórico-orais. Esses conceitos, como já pude expor, procuram, a partir das proposições de Sá (2005) tratar de maneira mais rigorosa a noção útil, mas ampla demais, de memória social, que é visto nessa perspectiva como um conceito guarda-chuva. Tais noções mostram, sobretudo, que as memórias são fruto de uma relação dinâmica entre os traços e elementos individuais, sendo estes separáveis apenas para efeitos analíticos. Entre a memória social e os diversos grupos que constroem sua multiplicidade diversos arranjos sociais se conformam; 2) manter viva a memória sobre um dos períodos mais negativos da vida política brasileira, trazendo à tona mais uma vez, mas sob outro ângulo, a lembrança do arbítrio, abuso, perseguição política, tortura, morte e suas consequências sobre as pessoas e a sociedade. Essas lembranças só foram possíveis porque fiz o exercício investigativo de dar voz aos filhos dos exilados do Regime Militar, que até então não foram devidamente ouvidos. A tentativa mais ampla é iniciar um processo de investigações e pesquisas que permitam ampliar a compreensão de quem foi atingido pela ditadura.

O trabalho procurou desvendar alguns mecanismos de construção comuns da memória dos filhos da causa. Nos tempos de hoje, em que desconfiamos com razão dos grandes sistemas explicativos, optamos por uma estratégia de pesquisa que, sobretudo, quis ouvir, escutar atenta e respeitosamente. Não cheguei aos meus entrevistados com uma verdade que lhes fosse revelada de fora, trazida pelo pesquisador.

Também não pretendi impor marcos disciplinares, embora o lugar de onde falo seja, claramente, o da psicologia social. Tal postura é também resultado de uma consciência progressiva acerca dos limites disciplinares que herdamos do século XX.

Para tal me vali de várias contribuições oriundas da Sociologia, da História, da Antropologia, da Psicanálise, além da própria Psicologia Social. Sintetizamos essas contribuições a partir da sugestão de Celso Sá segundo a qual cinco são os princípios unificadores da memória social: a) a memória tem um caráter construtivo, e não meramente

reprodutivo; b) em última análise, são as pessoas que se lembram e se esquecem; c) a memória depende da interação e da comunicação sociais; d) memória e pensamento sociais estão intrinsecamente associados; e) motivação e sentimento desempenham um papel na construção da memória (SÁ, 2005).

Agora posso justificar o estudo das memórias dos filhos dos exilados do Regime Militar como um estudo de formas específicas de memória social. Não quero com isso encapsular a riqueza e diversidade dos testemunhos que me foram dados, apenas construir estratégias analíticas eficazes no plano da ciência e da teoria. Com toda a sua diversidade e idiossincrasia, os diversos testemunhos podem e devem ser aglutinados em termos dessas formas específicas de memória social.

Cada um dos cinco princípios unificadores pode ser encontrado com maior ou menor intensidade entre meus entrevistados. Senão, vejamos.

A memória tem um caráter construtivo, e não meramente reprodutivo. Ficou muito claro, ao entrar em contato com as memórias individuais, que cada um(a) de nosso(a)s atores seleciona aspectos de suas vivências passadas, conectando-as de forma distintas ao contexto mais amplo da vida social. É impossível cair na armadilha de “reconstituir o passado tal como ele foi” comum às estratégias positivistas. Reconstituir o passado implicaria em reconstituir no plano da escrita e codificação não só todas as ações humanas, mas também todas as interpretações sobre o que significam essas ações humanas.

Os filhos da causa constroem suas histórias a medida que as (re)lembram. Os diversos momentos (as lembranças do Brasil e a ida para o exílio, a vida no exílio e sua adaptação, o retorno), lugares (o Brasil, o(s) país(es) de exílio, o aeroporto, a escola no exterior) e os acontecimentos (a perseguição e /ou prisão ou morte do(s) pai(s), a viagem de ida, a viagem de volta, as mudanças bruscas e repentinas, o nervosismo dos adultos, as conversas proibidas, etc.) que constituem sua trajetória, são estruturados a partir da prática de narrar.

É na interação entre o indivíduo e a sociedade que se produz a memória. Não há como isolar um desses elementos. Os indivíduos têm a primazia lógica como *loci* do que se lembra, é neles que se processa a recordação e o esquecimento, mas eles só podem se lembrar

interagindo com os outros. O pesadelo de Primo Levi aparece aqui mais uma vez. Não ter para quem contar é o pior dos fins para aqueles que precisam lembrar.

Memória e pensamento sociais estão intrinsecamente associados. Não há como recordar sem inserir o que se recorda em um esquema de conhecimentos pré-existentes, criando uma representação social. Isso é muito nítido na memória dos filhos da causa, que a todo o momento se lembram de fatos acontecidos na sua mais tenra infância, “fatos” que lhes foram transmitidos por seus pais, parentes ou relações mais próximas com quem compartilharam o exílio e a opção pela resistência ao Regime Militar.

Foi muito comum ouvir coisas como “isso é memória minha, aquilo é de meus pais” ou, “não sei mais se isto é memória minha ou de meus pais”.

Eu era o caçula e nos EUA eu cheguei com 6 anos e o comezinho foi difícil porque eu não sabia uma palavra de inglês, então minha mãe conta, isso já não é memória minha, é memória do que me contaram, depois de alguns dias eu ia pra escola, não entendia nada, ela disse que eu liguei, fui na diretoria pedi pra ligar, liguei e disse que tava com dor de garganta, ela foi me buscar, coisa que nunca acontecia porque tinha ônibus escolar pra levar, trazer, meio assustada e ..”Aí, como é que tá sua garganta?”, “Melhorou, e tal”, era nó na garganta de tá sozinho sem saber falar a língua tendo que encarar, mas isso foi muito rápido porque moleque aprende muito rápido. (R9, 06/09/2008)

Como bem lembra Celso Sá, “saber que certos fatos aconteceram – ou aprendê-los ou concluir que eles têm de ter acontecido – basta para sua incorporação à memória das pessoas e grupos”.

Motivação e sentimento desempenham um papel na construção da memória. Pude constatar até que ponto o afeto está presente e é elemento central na constituição da memória dos filhos da causa. Foram motivos e sentimentos comuns – a condenação do Regime Militar, o desejo de construir uma país diferente, etc. – que uniram pessoas e grupos e modelaram um pertencimento social. As determinações históricas e culturais tomam como base, em grande medida, as emoções e afetos. Veja-se a imensa carga afetiva, que se traduz também em capacidade de lembrança, desse testemunho:



Aí eu lembro de alguns episódios, um deles é de meu pai passando um dia em casa, chegando da Europa, trazendo uns presentes da Alemanha Oriental, um trenzinho ou alguma coisa parecida, e é um dia só, mesmo, literalmente, ele chega de manhã, é avisado que o aparelho x e y z tinha caído, ele chega de manhã fica sabendo que tinha caído uns companheiros e vai embora, eu lembro da cena meu pai entrando barbudo, eu acho que foi a primeira vez que o vi com barba, que ele não tirou até hoje essa barba né, ele chega barbudo, aquela coisa, do pai chegando, aquela energia, vai vem não sei que...(R8, 06/07/2008)

Também pude constatar que a memória dos filhos da causa se ancora fortemente em sentimentos e sensações que ficaram indissociavelmente marcadas a lugares, pessoas ou acontecimentos.

Com que tipo de memória social estamos lidando? Afinal, o termo serve para uma enorme variedade de práticas de memória, constituindo-se num guarda-chuva conceitual que designa o conjunto inteiro das instâncias sociais da memória. Como já me referi, ele necessita, para uma melhor utilização nos marcos das sociedades contemporâneas, de algumas distinções, desde que fique claro que elas são ideais, operacionais e analíticas, portanto não pretendem esgotar o assunto.

Das sete diferentes instâncias da memória social com que Sá trabalha (as memórias pessoais, as memórias comuns, as memórias coletivas, as memórias históricas - que, por sua vez, se distinguem em memórias históricas documentais e memórias históricas orais - as memórias práticas e as memórias públicas), já afirmei que considero que as instâncias mais apropriadas a auxiliar no tratamento da memória comum dos filhos de exilados são *as memórias pessoais, as memórias comuns e as memórias históricas orais*.

Efetivamente, lidamos em primeira instância com memórias pessoais que não são absolutamente “individuais”, mas sociais porque produzidas na interação com os outros. Mesmo um limitado investimento em termos da história de vida de meus entrevistados apontou a impossibilidade de se separar, na construção da memória social, o que é meu e o que é do outro. Os contornos em termos da memória social de um grupo não se definem em termos dessa fronteira, mas de outra, a saber, a fronteira entre quem se identifica com os elementos comuns do grupo e quem não o faz.

Já desenvolvi, no final do capítulo dois, a noção de memória comum. A memória dos filhos de exilados se adequa bastante bem a essa noção. A própria separação que o Regime Militar realizou dos exilados espalhou-os por uma série de países, como vimos. As memórias dos filhos dos exilados nos diversos lugares que viveram, contam com uma série de elementos comuns que dizem respeito a vários fatores: a) a própria situação de estar, sem o desejar, em outro país; b) ter que se adaptar a vida em outro país, costumes, língua e cultura; c) contar com a situação de ser estrangeiro e, portanto, bem ou mal recebido pelos habitantes locais; d) a tensão entre voltar e não-voltar, quando voltar, etc; e) a dificuldade do retorno do exílio e a readaptação ao Brasil; f) lidar com a memória do terror de Regime e suas consequências em termos de traumas sociais e individuais.

Os filhos da causa possuem, portanto, memórias comuns. Ela precisam, a partir do esforço inicial empreendido, ser retomadas e ampliadas por outros pesquisadores. Parece também existir nelas um recorte geracional, o que torna ainda mais importante aprofundarmos o tema. Os filhos dos exilados do Regime Militar viveram a situação de perseguição, expulsão e retorno numa faixa de idade muito definida. Trata-se de crianças e adolescentes, que viviam com os seus pais e seguiam seus passos. É de supor, acatando as sugestões de Manheim que

O que o fato de pertencer à mesma geração ou grupo etário têm em comum é que ambos proporcionam aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante. (MANHEIM, 1982, p.73)

As formas próprias que esse grupo geracional constrói suas memórias comuns em torno de suas experiências é algo que ainda deve ser melhor investigado, levantando uma série de questões. Questões relativas sobretudo a como os filhos avaliam a memória dos pais (diversos deles escreveram livros relatando o ocorrido, bem como deram uma série de testemunhos a meios de comunicação); questões relativas a como dialogam a memória dos que viveram aquele período jovens com os que viveram o mesmo momento adulto, etc.

A memória dos filhos de exilados do Regime Militar pode ser considerada também uma memória histórica oral, por contar com escassos documentos e valer-se largamente de recursos não-exteriorizados, como a rememoração constante e a própria transmissão oral.

Lembrar tem uma dupla importância quando se trata de pessoas atingidas pela violência institucional, pelo terror de Estado: histórica e ética. Lembrar e falar sobre aqueles momentos tão difíceis ajuda a criar formas de melhor gerir a memória. Citou-se o trabalho de Diana Guelar, Vera Jarach e Beatriz Ruiz (2002) para as quais falar sobre o exílio, mesmo depois de seu fim, permite um processo de desexilar-se de uma parte si mesmos.

Já vimos também qual era o horror de Primo Levi, horror de quem tudo viu num campo de concentração e a ele sobreviveu: que ninguém se dispusesse a escutá-lo. Escutei os filhos da causa, mas não como terapeuta, e sim como pesquisador orientado por uma perspectiva psicossocial sobre os processos de constituição das memórias sociais. Escutou-se com respeito e compreensão, sem com isso perder os propósitos da investigação científica.

Também consegui uma espécie de desexílio, ao ouvir novamente tantas lembranças que também eram minhas. Legitimar as lembranças, as dores e as alegrias dos filhos dos exilados do Regime Militar, que tiveram seus destinos marcados fortemente pelas opções políticas que os pais fizeram é um dos principais resultados obtidos pelo trabalho desenvolvido.

A estranheza inicial de vários que procurei, à qual já me referi, é bem significativa do estado em que se encontra o tema. “Como? Não quer falar com meu pai? Ou minha mãe?” – foram frases que ouvi diversas vezes. É como se a história de resistência e heroísmo de seus pais não permitisse que eles conquistassem um lugar próprio, de memórias suas. No entanto, eles também viveram aqueles tempos e estavam numa situação determinada, inseridos nas lutas político-ideológicas da época. É preciso saber rever com coragem o (pouco) espaço que tem sido concedido aos filhos de perseguidos políticos e a suas memórias.

O poder da memória está na sua capacidade de, ao evitar erros passados e transmitir ensinamentos válidos, transformar ativamente o presente. Referindo-se a um colóquio ocorrido em Paris, intitulado *Após Auschwitz*, Gagnebin afirma:

Não se tratava de uma celebração piedosa das vítimas do Holocausto, mas sim de uma *rememoração*, no sentido benjaminiano da palavra, isto é, uma memória ativa que transforma o presente (GAGNEBIN, 2006, p.59)

A importância ética está relacionada à necessidade de responsabilizar. Criar condições objetivas para responsabilizar-se aqueles que causaram sofrimento e dor física e psíquica. Retomar a dinâmica dos acontecimentos relacionados ao Regime Militar desde um novo

ângulo, a saber, a memória daqueles que sofreram colateralmente os efeitos do exílio. Que tiveram suas vidas transformadas e fragmentadas pelo arbítrio político e pela repressão, pelo terror de Estado. Que, portanto, devem ter também a perspectiva de ser, de alguma maneira, tratados de forma especial pelo Estado. Quero deixar claro que ao tocar neste último ponto estou falando exclusivamente por mim e por nenhum dos meus entrevistados, que não me autorizaram para tal. Existem, entre eles, opiniões distintas quanto a esse ponto.

Por último, retoma-se de maneira metafórica e, portanto, mais livre, a forte imagem que um dos entrevistados transmitiu. Ao falar de como lidar e gerir essa memória tão dolorosa, ele se referiu a diversos episódios que constituiriam um “treinamento para paranoico”. É claro que tal juízo está muito mais ligado à relação particular que se construiu entre o entrevistado, seus pais e seu núcleo familiar do que a situação mais geral.

R8 se lembra de uma história – “muito mais porque ela foi contada depois”, o que nos joga da indeterminação característica das memórias sociais, construídas individual e socialmente – que remete a questão de suas memórias e lembranças como um todo.

...mas eu lembro dessas reuniões aos seis anos, e eu lembro de uma história, muito mais porque ela me foi contada, depois em algum momento, uma história muito bonita do ponto de vista plástico, como imagem, que eles enterraram um mimeógrafo, nessa casa do aeroporto no quintal, algum dia eu queria inclusive ir lá, conseguir convencer o dono a quebrar o jardim (...) desenterrar o mimeógrafo... (...) Exumar o mimeógrafo, porque é um peso muito grande pra ter enterrado na memória, o mimeógrafo é uma coisa muito pesada, um simbolismo muito pesado, e este mimeógrafo enterrado eu lembro disso, e eu lembro desse clima de cochicho, de falação, eu não falei bem brincando mas eu defino aquilo lá como um clima de paranóia, um grande clima de paranoia. (R8)

O mimeógrafo era o instrumento através do qual as forças de oposição reproduziam suas opiniões em panfletos e textos os mais diversos. Ter um mimeógrafo em casa era como atestar -aos olhos da ditadura - a participação em esferas superiores da oposição ao regime: tratava-se de pessoas que formulavam suas opiniões e as divulgavam entre e a população, “subversivos” dos mais perigosos, com certeza, membros de direções de grupos comunistas e etc. Ser suspeito de subversão e possuir um mimeógrafo valia por uma condenação.

Diversos relatos dos “filhos” se referem a brincadeiras envolvendo o mimeógrafo que os pais utilizavam. Trazer à tona esse passado esquecido, ocultado e muitas vezes nem mesmo assumido como uma história própria é lidar com esse mimeógrafo metafórico. Ele existiu, esteve presente material e simbolicamente.

Realizar a “exumação” do mimeógrafo, que existe, mas não pode ser visto porque está enterrado, é permitir que memórias também possam ser desenterradas, saiam “debaixo da terra” e possam ser revisitadas.

Procurei, trabalhando com a memória dos filhos dos exilados do Regime Militar, resgatar esse passado como um pesquisador. É claro que minha própria vivência foi um elemento decisivo para acessar as narrativas e informações com as quais lidei. Não foi “escavado” o passado com a mesma intenção dos arqueólogos, mas para poder mudar um pouco o nosso presente e, quem sabe, o futuro. Como disse Norberto Bobbio, o grande pensador italiano, sintetizando o que pretendi fazer:

Se o mundo do futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence e mais, o mundo do passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade; um mundo que se formou e se revelou na série de atos ininterruptos durante a vida, encadeados uns aos outros, um mundo que nos julgou, nos absolveu e nos condenou para depois, uma vez cumprido o percurso de nossa vida, tentarmos fazer um balanço final. É preciso apressar o passo. (...) O tempo da memória segue um caminho inverso ao tempo real: quanto mais vivas as lembranças que vem a tona de nossas recordações, mais remoto é o tempo em que os fatos ocorreram. Cumpre-nos saber, porém, que o resíduo, ou o que logramos desencavar desse poço sem fundo, é apenas uma ínfima parcela da história de nossa vida. Nada de parar. Devemos continuar a escavar! Cada vulto, gesto, palavra ou canção, que parecia perdido para sempre, uma vez reencontrado, nos ajuda a sobreviver. (BOBBIO, 1997, p. 54-5)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO REIS, DANIEL. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ARRUDA, ANGELA (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- AZEVEDO, MARIA AMÉLIA e MENIN, MARIA SUZANA (Orgs.). **Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BARDIN, LAURENCE. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTLETT, F. **Remembering – A study in Experimental and Social Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BERGER, PETER e LUCKMANN, THOMAS. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BOBBIO, NORBERTO. **O tempo da memória – De Senectute e outros escritos autobiográficos**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BRIGAGÃO, CLÓVIS. **Memória das mulheres do exílio**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CALDAS, ÁLVARO. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CARVALHO, APOLONIO. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CASTELO BRANCO, CARLOS. **Introdução à revolução de 1964**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- COMTE, A. 1996. Curso de filosofia positiva. In: **Comte** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural. p. 19-68.

- COIMBRA, CECILIA MARIA BOUÇAS “Doutrina de Segurança Nacional e produção de subjetividade”. In: RAUTER, CRISTINA, PASSOS, EDUARDO e BENEVIDES, REGINA (Orgs.). **Clínica e política. Subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002. p. 25-38
- CONNERTON, PAUL. **How societies remember**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.
- CONTRERAS, HÉLIO. **AI-5. A opressão no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- COUTO, RONALDO COSTA. **Memória viva do regime militar: Brasil 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- D’ARAUJO, MARIA CELINA ET AL. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DREIFUSS, RENÉ ARMAND. **1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DURKHEIM, É. “Representações individuais e representações coletivas”. In: **Sociologia e Filosofia**; p.15-49. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- \_\_\_\_\_ **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- FARR, ROBERT. **As raízes da Psicologia Social Moderna**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FERREIRA, ELIZABETH XAVIER. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FICO, CARLOS. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FREIRE, ALÍPIO, ALMADA, IZAÍAS e PONCE, GRANVILLE (Orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione, 1997.

- GABEIRA, FERNANDO. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GAGNEBIN, JEANNE MARIE. **Lembrar, escrever, esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.
- GASPARI, ELIO. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GLEISER, LUIZ. **Além da notícia: o Jornal Nacional e a televisão brasileira.** Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ, 1983.
- GONDAR, JO e DODEBEI, VERA (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- GORENDER, JACOB. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1987.
- GULLAR, FERREIRA. **Rabo de foguete. Os anos de exílio.** Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- HALBWACHS, MAURICE. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- HENRIQUE DA COSTA, ALCIR. **Barão de Mesquita, 425. A fábrica do medo.** São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- HENRIQUE DA COSTA, ALCIR; SIMÕES, INIMA FERREIRA; KEHL, MARIA RITA. **Um país no ar: história da TV brasileira em três canais.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HERZ, DANIEL. **A história secreta da Rede Globo.** Porto Alegre: Tchê, 1987.
- JARACH, VERA; GUELLAR, DIANA e RUIZ, BEATRIZ. **Los chicos del exílio: Argentina 1975 – 1983.** Buenos Aires: El País de Nomeolvides, 2002.



- JEDLOWSKI, PAOLO. La sociologia y la memoria colectiva. In: ROSA, A; BELLELLI, G.; BAKHURST, D. (Orgs.). **Memória colectiva e identidade nacional**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.
- JOVCHELOVITCH, SANDRA. **Representações Sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KERSNER, DANIEL e MADARIAGA, CARLOS (orgs.). **Paisajes del dolor, senderos de esperanza. Salud mental y derechos humanos em el Cono Sur**. Buenos Aires: Editorial Polemos, 2002.
- KINSO, MARIA D'ALVA. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB**. (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.
- KOLKER, TÂNIA. Ética e intervenção clínica em relação à violação dos Direitos Humanos. In: RAUTER, CRISTINA, PASSOS, EDUARDO e BENEVIDES, REGINA (Orgs.). **Clínica e política. Subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002. p. 179-192.
- LE GOFF, JACQUES. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LEVI, PRIMO. **É isso um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- MANNHEIM, K.. **O problema sociológico das gerações**. In: FORACCI (Org.), Karl Mannheim. São Paulo: Ed. Ática, 1982, p. 67-95.
- MIDDLETON, D; BROWN, S.D. **The social psychology of experience: Studies in remembering and forgetting**. Londres: Sage, 2006.
- MIDDLETON, D; EDWARDS, D. **Collective remembering**. Londres: Sage, 1990.
- MINAYO, MARIA CECÍLIA. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

- MIRANDA, NILMÁRIO e TIBÚRCIO, CARLOS. **Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- MOREIRA ALVES, MARIA HELENA. **Estado e oposição no Brasil, 1964-1984.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- MOSCOVICI, SERGE. **Representações sociais. Investigações em Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- NORA, PIERRE. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto e História*. São Paulo: PUC, nº 10, p. 07-28, dezembro de 1993.
- PAIVA, TATIANA MOREIRA CAMPOS. **Herdeiros do exílio. Memórias de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar / Tatiana Moreira Campos Paiva; orientadora: Margarida de Souza Neves.** – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2006.
- PERRONE, CLÁUDIA. “Políticas da memória e do esquecimento: as ruínas do sentido”. In: RAUTER, CRISTINA, PASSOS, EDUARDO e BENEVIDES, REGINA (Orgs.). **Clínica e política. Subjetividade e violação dos direitos humanos.** Rio de Janeiro: Te Corá, 2002. p. 101-110).
- PIAGET, JEAN. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1994.
- POLLAK, MICHEL. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15
- \_\_\_\_\_. **L’Expérience concentrationnaire.** Paris: Métailié, 1990.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 20.
- RAMOS, RENATO. **História da propaganda no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.
- RAUTER, CRISTINA, PASSOS, EDUARDO e BENEVIDES, REGINA (Orgs.). **Clínica e política. Subjetividade e violação dos direitos humanos.** Rio de Janeiro: Te Corá, 2002.

RAUTER, CRISTINA. “Notas sobre o tratamento de pessoas atingidas pela violência institucionalizada”. In: RAUTER, CRISTINA, PASSOS, EDUARDO e BENEVIDES, REGINA (Orgs.). **Clínica e política. Subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002, p. 193-203.

RODRIGUES, H. de B.C. e MOURÃO, J.C. “Relatos de ficções e intervenções”. In: RAUTER, CRISTINA, PASSOS, EDUARDO e BENEVIDES, REGINA (Orgs.). **Clínica e política. Subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002. p. 223-231.

ROLLEMBERG, DENISE. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SÁ, CELSO PEREIRA (Org.). “As memórias da memória social”. In: **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005, p. 63-86.

\_\_\_\_\_. **Communication and collective memories as social representations of the past**. *Dottorato in Psicologia Sociale e della Personalità*. Università degli Studi di Padova: Padova, 2004.

SÁ, CELSO PEREIRA; DE OLIVEIRA, DENISE CRISTINA; VIEIRALVES DE CASTRO, RICARDO; MÖLLER, RENATO CESAR. “A construção e o estado atual de uma memória histórica: o caso do Regime Militar no Brasil (1964-1985)”. In: ALMEIDA, ANGELA M.O. e JODELET, DENISE (Orgs.). **Representações Sociais: Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas**. Brasília: Thesaurus Editora, 2009, p. 245-265.

SANTOS, MYRIAM SEPÚLVEDA. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SARLO, BEATRIZ. **Tempo passado – cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SOUZA, DANIEL e CHAVES, GILMAR (Orgs.). **Nossa paixão era inventar um novo tempo. 34 depoimentos de personalidades sobre a resistência à ditadura militar**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

UCHOA, PEDRO CELSO (Coord.). **Memórias do exílio**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

VENTURA, ZUENIR. **1968: O ano que não terminou. A aventura de uma geração**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRALVES-DE-CASTRO, RICARDO. O esquecimento social: ensaios sobre a contemporaneidade. In: *Psicologia e clínica*. Rio de Janeiro: PUC, nº 17.1 p. 111-122, 2005.

## Anexo I

### CRONOGRAMA DOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS 1964 – 1979

13-3-1964

O presidente João Goulart faz um comício no Rio de Janeiro — então Estado da Guanabara — para um público calculado de 150 mil pessoas, defendendo reformas de base, com ênfase na reforma agrária e encampação das refinarias de petróleo privadas.

15-3-1964

Em mensagem ao Congresso, o Presidente da República apresenta um projeto de reformas abrangente, com emendas que incluíam a regulamentação da desapropriação de terras, a encampação de refinarias de petróleo e defendia a elegibilidade de subalternos das Forças Armadas.

19-3-1964

Em resposta ao comício do Rio de Janeiro, ocorrido seis dias antes, é realizada a primeira marcha da família com Deus pela liberdade na cidade de São Paulo. A manifestação se repete dias depois no Rio de Janeiro. O objetivo era declarar publicamente o repúdio às medidas de “inspiração comunista” defendidas pelo governo. A avaliação do número de participantes em cada um dos eventos resultou em números que variam de 500 mil a 1 milhão de pessoas.

25-3-1964

José Anselmo dos Santos, marinheiro de primeira classe e presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, faz um discurso no Sindicato dos Metalúrgicos no qual defende reivindicações para a categoria ao mesmo tempo em que se opõe à ameaça de punições, com possível expulsão da Marinha, que pesam sobre ele e seus colegas. Trata-se

daquele que ficou conhecido como “cabo Anselmo” — que mais tarde veio a se descobrir ser um agente infiltrado.

Há divergência entre o Ministro da Marinha que considera o ato uma subversão e o Vice-almirante Cândido Aragão, que apóia a manifestação. Os fuzileiros que deviam debelar a rebelião aderem ao movimento. O Ministro da Marinha pede demissão quando João Goulart proíbe a invasão do local e, na sequência, anistia os presos envolvidos.

30-3-1964

O presidente João Goulart agrava a crise com um discurso inflamado proferido de improviso em uma solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Brasil, acendendo o estopim da sublevação militar que o depõe.

31-3-1964

É acionado o levante militar contra João Goulart, articulado por comandantes do Exército e da Aeronáutica e com liderança civil do governador Magalhães Pinto. O general Mourão Filho comanda as tropas que saem de Minas Gerais em direção ao Rio. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) difunde no mesmo dia convocação de greve geral para o dia seguinte.

1-4-1964

A greve geral convocada pelo CGT fracassa, a paralisação total dos transportes no Rio de Janeiro acabou atuando contra o movimento que pretendia resistir à ação militar, uma vez que impediu o acesso dos trabalhadores ao centro da cidade para participarem de manifestações pró-Goulart, que na mesma tarde deixa o Rio rumo a Brasília.

2-4-1964

O general Costa e Silva passa a organizar o Comando Supremo da Revolução, agora como comandante-em-chefe nomeado do Exército. João Goulart, ainda sem deixar entrever qualquer atitude contra as operações das forças que articulam sua deposição, segue de Brasília para Porto Alegre.

3-4-1964

Debaixo de protestos do deputado Tancredo Neves e de outros partidários de João Goulart, o senador Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República. Ao ser anunciada a decisão de transmitir o cargo a Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, os representantes do PTB (partido de João Goulart) denunciam a quebra da legalidade e percebem nestes atos a promoção de um verdadeiro golpe parlamentar.

4-4-1964

João Goulart chega ao Uruguai, para viver o exílio que durará até o fim de sua vida. Numa reunião entre governadores o nome do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco é indicado para a sucessão presidencial.

9-4-1964

Ainda antes da posse de Castelo Branco e do início do período de 21 anos nos quais cinco presidentes militares governaram o país, é editado pelo Comando Supremo da Revolução o Ato Institucional sem número, batizado posteriormente de “nº 1” (primeiro de quase duas dezenas ao todo), suspendendo, por seis meses, as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, podendo ser demitidos ou dispensados servidores civis ou militares, além de autorizadas a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandato eletivo de qualquer cidadão. O primeiro ciclo punitivo do regime é iniciado deste modo.

11-4-1964

Castelo Branco é eleito Presidente da República, tendo como vice-presidente José Maria Alkmin, do PSD. No dia 15 de abril ocorre a posse do novo chefe do executivo.

13-6-1964

Sob a chefia do General Golbery do Couto e Silva é criado o Serviço Nacional de Informações, o SNI.

6-11-1964

É baixada a Lei Suplicy, com medidas que incluíam a proibição da atividade política de entidades estudantis.

3-10-1965

São realizadas eleições para governador em onze estados. Os candidatos oposicionistas saem vitoriosos em Minas Gerais e na Guanabara.

27-10-1965

Em parte como reação à vitória da oposição em estados de grande importância política, é promulgado o Ato Institucional nº 2, que acaba com todos os partidos políticos e dá poderes ao Executivo para fechar o Congresso Nacional quando bem entender, instaura eleições indiretas para Presidente da República e sujeita os civis à Justiça Militar. Esta decisão em particular entrega ao arbítrio dos militares à solução dos casos de presos políticos, tendo, portanto, importância estratégica.

25-7-1966

Ocorre no Recife um atentado contra o Marechal Costa e Silva, no aeroporto de Guararapes. Nesta ocasião morrem o Almirante Nelson Fernandes e o jornalista Edson Régis.

3-10-1966

Costa e Silva é eleito pelo Congresso Nacional Presidente da República. Era candidato único de uma eleição que ocorreu apenas com a participação do partido governista. Os membros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da oposição e segundo do sistema bipartidário vigente, retiraram-se do plenário no momento da votação, em sinal de protesto.



28-10-1966

Uma parte das forças de oposição ao governo se mobiliza com a criação da frente ampla, o movimento articulado principalmente pelo ex-governador Carlos Lacerda conta com a participação dos presidentes J. Kubitschek e J. Goulart.

24-1-1967

Nesta data é promulgada a nova Constituição, que fortalece o Executivo e fornece base legal e institucional para o movimento político-militar iniciado 1964.

15-3-1967

Costa e Silva toma posse da Presidência da República na mesma data em que entram em vigor a nova Constituição e a nova Lei de Segurança Nacional.

3-4-1967

Termina a Guerilha do Caparaó (MG), liderada por Amadeu Rocha e Bayard Demaria Boiteux com o saldo da prisão de sete militares cassados e de um civil.

31-7-1967

Em Cuba, tem início a “I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade” (OLAS), que se decide por uma estratégia revolucionária que deve servir de modelo para toda a América Latina.

3-8-1967

Ocorre no convento beneditino de Valinhos (SP) o 29º Congresso da UNE.

5-11-1967

São presos integrantes da Juventude Operária Católica e o diácono francês Guy Thibaut, A CNBB se manifesta semanas depois a respeito das prisões.

11-1-1968

A repressão dentro dos meios estudantis é deflagrada. O cel. Meira Mattos é destacado para presidir uma comissão para apurar as causas das insatisfações e das greves estudantis em todo o país.

28-3-1968

A PM intervém numa reunião com 2 mil estudantes no restaurante Calabouço, no centro do Rio, no qual se organizava uma passeata. No confronto morre o estudante Edson Luís de Lima Souto. Revoltados, os estudantes deflagram uma greve nacional. No dia seguinte, 50 mil pessoas transformam o enterro de Edson em uma marcha pelo centro da cidade. O Ministro da Justiça Gama e Silva, em resposta, ordena a repressão nacional a passeatas estudantis. Essa fase marca um aumento na perseguição aos estudantes.

1-4-1968

Confrontos entre estudantes e a polícia se espalham por todo o país, em diversas capitais. A polícia reage e são muitos os feridos e os presos. A partir deste dia estabelece-se entre as forças policiais um quadro de prontidão.

4-4-1968

Durante a missa de 7º dia do estudante Edson Luís, milhares de pessoas compareceram à Igreja da Candelária (RJ). Uma violenta ação da polícia, inclusive com a participação de homens à cavalo, termina com a prisão de seiscentas pessoas e com outros tantos feridos. A repercussão deste ato provoca uma onda de protestos que se espalha por todo o país.

5-4-1968

Por meio de uma portaria do Ministro da Justiça é determinada a cassação da Frente Ampla. Ao mesmo tempo a divulgação de qualquer notícia ou declaração a respeito fica proibida.

13-5-1968

É concluída a redação do Relatório Meira Mattos, dando conta da situação do movimento universitário no país. O Ministro da Educação Tarso Dutra toma conhecimento do conteúdo do relatório.

22-5-1968

Através da Lei 5.439, os menores de 18 anos envolvidos em “ações contra a segurança nacional” passam a ser responsabilizados criminalmente.

21-6-1968

A polícia invade uma assembléia estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesta ação, trezentas pessoas são presas e 15 ficam feridas. Por conta deste conflito as aulas na universidade são suspensas por tempo indeterminado e as férias estudantis são antecipadas em todos os estabelecimentos do estado.

22-6-1968

Duas ações de grupos de resistência ocorrem em pouco tempo. Numa ação do grupo guerrilheiro VPR, realizado no Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo, são roubadas armas dos militares. Quatro dias depois, o ataque ao quartel-general do II Exército, com o uso de um carro-bomba, causa a morte de um sentinela - Mário Kozel Filho.

23-6-1968

Ocupação dos prédios das faculdades de Filosofia, Economia e Direito da Universidade de São Paulo por estudantes.

26-6-1968

Realizada no Rio de Janeiro, com permissão do governo estadual, a passeata histórica dos 100 Mil. A polícia de Porto Alegre reprime, três dias depois, uma outra passeata estudantil.

1-7-1968

Reunião do Conselho de Segurança Nacional para avaliar a situação estudantil.

2-7-1968

Uma comissão, que era composta por estudantes e intelectuais e foi estabelecida na passeata do dia 26 de junho (participação do psicanalista Hélio Pellegrino, do professor José Américo Pessanha, do assessor jurídico do grupo, advogado Marcelo Alencar, do padre João Batista Ferreira e dos estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros) é recebida pelo presidente Costa e Silva. Eles pedem a reabertura do restaurante Calabouço, a libertação dos presos, o fim da repressão policial e da censura artística.

4-7-1968

Passeatas organizadas pela UNE reúnem 3 mil estudantes, em São Paulo, e 30 mil no Rio de Janeiro.

5-7-1968

O ministro da Justiça Gama e Silva determina a proibição de passeatas de qualquer natureza, autorizando que se tomem todas as medidas preventivas que forem necessárias.

11-7-1968

O Conselho de Segurança Nacional recebe proposta de Costa e Silva no sentido de elaborar um projeto de estado de sítio com aplicação prevista, caso continuem as passeatas estudantis.

17-7-1968

O Alto Comando do Exército realiza uma reunião na qual são estudadas as providências a serem tomadas para refrear o que o presidente chamou de “o estado contra-revolucionário”.

19-7-1968

No encerramento da IX Assembléia da CNBB é divulgado um documento apontando a falta de liberdade que reina no país e invocando uma postura de não-violência.

22-7-1968

A ABI é alvo de ataque a bomba, organizado por grupos de direita.

2-8-1968

É preso o presidente da UNE, Vladimir Palmeira. Atentado a bomba de autoria de grupos anticomunistas no teatro Opinião dão início a uma série de atentados do mesmo tipo.

21-8-1968

O projeto que sugere a anistia a presos em passeatas e manifestações estudantis é rejeitado na Câmara dos Deputados.

29-8-1968

A UnB (Universidade de Brasília) sofre invasão da polícia e várias pessoas são feridas. Também é invadida a Universidade Federal de Minas Gerais.

2-9-1968

Márcio Moreira Alves, deputado federal, profere Discurso na Câmara contra o militarismo, repudiando a invasão da UnB, e neste discurso sugere um boicote aos festejos do dia 7 de setembro.

12-9-1968

O deputado Márcio Moreira Alves sofre pedido de cassação dos seus direitos políticos junto ao Supremo Tribunal Federal por parte do procurador-geral da República.

1-10-1968

D. Agnelo Rossi, cardeal-arcebispo de São Paulo, em solidariedade a vários sacerdotes presos, recusa a medalha da Ordem Nacional o Mérito, concedida por Costa e Silva.

2-10-1968

O maior centro estudantil de esquerda, a Faculdade de Filosofia da USP, em São Paulo, é incendiado num confronto que envolveu estudantes desta universidade com os da Universidade Mackenzie, que abrigava a sede de um núcleo de extrema direita vinculado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e à Frente Anticomunista (FAC). O brigadeiro João Paulo Burnier é denunciado na Câmara, pela tentativa de envolver o Para-Sar em operações terroristas que deveriam ser imputadas à organizações de esquerda.

8-10-1968

Extremistas de direita sequestram, em São Paulo, a atriz Norma Bengel.

12-10-1968

É morto em São Paulo, pela organização clandestina VPR, o capitão do Exército norte-americano Charles Chandler, acusado de pertencer à CIA. O 30º Congresso da UNE acontece em Ibiúna (SP). O Congresso, realizado clandestinamente, foi invadido pela polícia e terminou com a prisão de 700 participantes.

21-10-1968

Criado o Conselho Superior de Censura.

1-12-1968

O congresso é convocado extraordinariamente. Deve se reunir até 20 de fevereiro para tratar de diversas questões de interesse nacional. Entre outras coisas, devem determinar a licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves.

10-12-1968

A Comissão de Constituição e Justiça do Congresso aprova a licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Em sinal de protesto, os deputados do MDB deixam a comissão. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é criada para investigar atos terroristas em âmbito nacional. Por decisão do Supremo Tribunal Federal, e contrariando alas mais radicais dentro das Forças Armadas, são liberados oitenta e um estudantes que estavam presos desde julho.

12-12-1968

Derrotado, por 216 votos contra 141, o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Com este resultado, as Forças Armadas e a Polícia Federal entram em estado de prontidão.

13-12-1968

Num ato que confirma e institucionaliza o autoritarismo e o arbítrio como práticas do governo, o presidente Costa e Silva edita o AI-5. Este documento confere poderes excepcionais ao Executivo. Para dar conta destes poderes recém-atribuídos, é criado todo um aparelho de repressão política calcado na violência e no terror de Estado. Entre outras coisas são dados ao Executivo:

- poder de decretar recesso no Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, institucionalizando a intervenção nos Estados e Municípios.
- o poder de determinar a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e das garantias de habeas-corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional.

O Ato Complementar nº 38 decreta o recesso do Congresso Nacional.

30-12-1968

Carlos Lacerda e o general Constant Bevilacqua, Ministro do Superior Tribunal Militar têm seus direitos políticos cassados. Inúmeros parlamentares têm destino semelhante. Durante duas semanas continuam as cassações. Agora 2 senadores, 35 deputados federais, 38 deputados estaduais, um vereador, uma empresária de jornal e um juiz auditor militar têm seus direitos políticos suspensos por 10 anos.

25-1-1969

Carlos Lamarca, capitão do Exército, desaparece, na companhia de um sargento, um cabo e um soldado, do quartel em que servia na cidade de Quitaúna (SP), levando armas e munição. Logo após a fuga, adere à VPR.



1-2-1969

O AI-6 determina que os civis incurso em delitos considerados contrários à segurança nacional sejam julgados pela justiça militar.

7-2-1969

Num movimento para apertar ainda mais o cerco aos militantes de esquerda é lançado o Decreto-lei nº 459 que institui a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Este órgão, que será presidido pelo general Humberto de Sousa e Melo, visa punir os delitos contra a segurança nacional e contra a ordem social e política.

26-2-1969

Junto com o AI-7 é baixado o Decreto-lei nº 477, definindo as infrações disciplinares de alunos e professores nos estabelecimentos de ensino superior.

23-3-1969

Decreto-lei que altera vários dispositivos da Lei de Segurança Nacional:

- Passa a enquadrar ladrões de bancos na Lei de Segurança Nacional.
- Para evitar tentativas de burlar a censura, a divulgação truncada de notícias passa a ser considerada delito. Isso permite a intervenção do Ministro da Justiça nas empresas de radiodifusão e de televisão.
- Permite a ampliação de penas e alteração nos processos de julgamento.

8-5-1969

Novo Código de Processo Militar, muito mais rigoroso no que tange às penas e aos processos.

16-5-1969

O AI-10 impõe sanções com efeito retroativo e leva centenas de professores universitários a aposentadoria em todo o país.

21-6-1969

Ocorre a X Assembléia Geral da CNBB. Nesta ocasião, são discutidas as relações entre governo e Igreja, os atentados terroristas, a reforma agrária, o Esquadrão da Morte e a necessidade de respeito à Declaração dos Direitos do Homem da ONU.

1-7-1969

Criada em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), uma experiência de unificação da repressão para capturar guerrilheiros.

18-7-1969

Num ataque comandado pelo líder da VPR, Carlos Lamarca, são retirados o estimado em US\$ 2,5 milhões de um cofre na casa de Ana Benchimol, amante do governador de São Paulo, Ademar de Barros. O ataque ocorreu no bairro de Santa Teresa (RJ).

31-8-1969

Uma junta militar assume, em caráter interino, as funções do Poder Executivo. Por motivo de saúde é emitido o AI-12, que determina o impedimento temporário do Presidente da República. O vice-presidente Pedro Aleixo, que se recusara a assinar o AI-5, também fica impedido.

4-9-1969

O embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick é sequestrado, no Rio de Janeiro, por um grupo de militantes dos grupos guerrilheiros ALN e MR-8. Os sequestradores exigem a soltura de 15 presos políticos e a divulgação, pela imprensa, de um comunicado contendo críticas contundentes ao governo. Apesar de ter de enfrentar grande descontentamento dentro dos quartéis, no dia seguinte o governo decide atender às exigências dos sequestradores. Dois dias depois, após uma tentativa frustrada de impedir o embarque de presos políticos libertados para o exílio no México, oficiais pára-quadristas ocupam as instalações da Rádio Nacional em revolta contra a decisão do governo e, de lá, irradiam um manifesto de protesto.

7-9-1969

Enquanto o embaixador norte-americano é libertado, cerca de 1.800 suspeitos de atividades esquerdistas são presos.

8-9-1969

O AI-13 determina o banimento do território nacional para todo cidadão brasileiro considerado “nocivo ou perigoso à segurança nacional”. O Ato Complementar nº 64, dessa mesma data, estende a mesma medida aos 15 presos políticos libertados.

]

9-9-1969

O publicação do AI-14 altera a Constituição e instaura a pena de morte ou a prisão perpétua para “os casos de guerra de oposição psicológica, e de guerra revolucionária e de luta subversiva”, definidos na Lei de Segurança Nacional.

27-9-1969

As medidas de exceção baixadas pela Junta Militar, no dia 9-9-1969, sobre a pena de morte e a prisão perpétua, são regulamentados pela nova Lei de Segurança Nacional, instituída por Decreto-lei. O decreto também aumenta o controle do governo sobre a imprensa.

25-10-1969

Com 239 votos a favor e 76 abstenções do MDB, o general Emilio Garrastazu Médici e o Almirante Augusto Rademaker são eleitos para Presidente e Vice-presidente da República, respectivamente. No dia seguinte ocorre a posse, ao mesmo tempo em que entra em vigor a nova Constituição.

4-11-1969

Depois da prisão de cerca de 20 membros da ALN, policiais liderados pelo delegado Fleury matam, em São Paulo, o dirigente nacional da organização clandestina, Carlos Mariguella.

31-12-1969

The Wall Street Journal publica matéria que trata da prática institucionalizada da tortura no Brasil.

16-1-1970

Mário Alves, fundador e secretário-geral do PCBR, é assassinado.

25-1-1970

São criados os órgãos de Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Dessa forma, o Exército Brasileiro passa a controlar a segurança interna do país.

14-2-1970

A censura prévia de livros e revistas é estabelecida em lei.

11-3-1970

O cônsul japonês Nobuo Okuchi é sequestrado pela VPR, em São Paulo. O cônsul é solto no dia seguinte em troca da libertação de cinco presos políticos.

5-4-1970

O cônsul norte-americano, em Porto Alegre, escapa de atentado preparado pela VPR.

18-4-1970

É localizado pela polícia, no Vale da Ribeira (SP), o núcleo da guerrilha rural implantado por Lamarca. O tenente da PM Alberto Mendes Junior é preso pelos militantes e feito refém. Durante enfrentamento dos guerrilheiros com a polícia o tenente é morto. Os militantes conseguem escapar ao cerco.

1-5-1970

O Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967, entra oficialmente em operação. No mesmo mês é criado o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica). Em 30-3-1971, o Cenimar, órgão da Marinha é reformulado por decreto.

11-6-1970

Numa ação conjunta da ALN e VPR, é sequestrado, em São Paulo, o embaixador Ehrenfried Von Holleben, da República Federal da Alemanha. No dia 16 do mesmo mês, o embaixador é libertado em troca de 40 presos políticos que embarcam para Argélia.

1-7-1970

Soldados da Aeronáutica invadem um avião da Cruzeiro sequestrado por militantes e matam um dos sequestradores, outros três são presos.

24-7-1970

Joaquim Câmara Ferreira, fundador e dirigente da ALN, é capturado e torturado até a morte.

7-12-1970

Em ação conjunta da VPR e do MR-8, chefiada por Lamarca, o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher é sequestrado, no Rio de Janeiro. Durante a ação o guarda-costas do embaixador morre.

12-1-1971

Embarcam para o Chile 70 presos políticos, trocados pelo embaixador suíço.

15-4-1971

Nma ação conjunta da ALN com o MRT em São Paulo, é morto o empresário Henning Boilsen, colaborador do DOI-CODI.

7-9-1971

A tropa do Major Nilton Cerqueira encontra e mata, no interior da Bahia, Carlos Lamarca, foragido desde 28 de agosto.

26-11-1971

O ministro da Aeronáutica Marcio do Souza Melo se demite, sob graves acusações que apontam envolvimento da Aeronáutica em casos de tortura, como o de Stuart Angel Jones, que morre na Base Aérea do Galeão. O comandante da III Zona Aérea, João Paulo Burnier, e o chefe da CISA, Carlos Affonso Dellamora, são afastados de suas funções um mês depois.

1972

A Anistia Internacional publica neste ano, em Londres, na “Report on allegations of torture in Brazil”, uma relação com 1.076 vítimas de tortura no Brasil.

12-4-1972

O Exército desembarca na região do Araguaia para dar combate a um grupo do PC do B concentrado naquela região, que intencionava desenvolver uma guerrilha rural inspirada na teoria foquista.

24-9-1972

O jornal O Estado de São Paulo publica extensa reportagem sobre a campanha do Exército na região do Araguaia. Nessa ocasião começa uma nova campanha, que é forçada a retirar-se da área, mesmo contando com cerca de 10 mil homens. Será necessário quase um ano para preparar uma nova operação para enfrentar os guerrilheiros.

7-10-1973

Com um efetivo calculado de 5 ou 6 mil homens, tem início a terceira campanha do Exército na Araguaia. Os integrantes da Comissão Militar da Guerrilha do Araguaia, Maurício Grabois e João Carlos Hass Sobrinho, morrem dois meses depois. A guerrilha é derrotada logo após a morte de Osvaldão (Osvaldo Orlando da Costa), líder do grupo, em abril de 1974.

15-1-1974

Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos são indicados para os cargos de Presidente e Vice-presidente, respectivamente, por 400 votos contra 76, no Colégio Eleitoral em Brasília. Com o referendo, a posse fica marcada para dali a dois meses, no dia 15 de março.

16-2-1975

Sob pressão de entidades civis e do MDB, é suspensa a censura prévia ao jornal "O Estado de São Paulo" e ocorre a divulgação oficial da situação de 26 militantes políticos desaparecidos.

26-10-1975

A morte do jornalista Vladimir Herzog por enforcamento, segundo versão oficial, nas dependências do Centro de Operações para a Defesa Interna (CODI), é reconhecida pelo o governo militar.

17-1-1976

O operário Manoel Fiel Filho, membro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo morre no DOI do II Exército. O presidente Ernesto Geisel reage, exonerando o general Ednard Dávial Melo do posto de Comandante do II Exército.

19-2-1976

A estilista Zuzu Angel, que declara nesta ocasião estar correndo risco de vida, entrega documentos denunciando a morte por tortura de seu filho, Stuart Angel Jones, ao secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, durante visita oficial ao Brasil.

14-4-1976

Zuzu Angel morre em condições suspeitas num acidente de carro no Rio de Janeiro.

18-6-1976

O jornal “O Estado de São Paulo” publica matéria sobre o encontro entre governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul para discutir a questão da distensão política; neste encontro eles propõem o estreitamento dos contatos entre os setores militares e os governos dos estados para que o processo ganhe força.

15-11-1976

Nas eleições municipais que ocorrem por todo o país, a Arena sai vitoriosa nas cidades menores, enquanto nos grandes centros urbanos ganha o MDB.



11-1-1977

O ministro da Justiça, Armando Falcão, recebe manifesto com mais de mil assinaturas de intelectuais e artistas denunciando a censura que sofrem na expressão de suas ideias.

1-4-1977

É publicado o famoso Pacote de Abril, como veio a chamar-se o conjunto de medidas adotadas juntamente com o decreto que instaura o recesso do Congresso durante 14 dias. O pacote determinava o mandato de seis anos para o presidente, eleição indireta de governadores e de 1/3 dos senadores (“senadores biônicos”), bem como a necessidade de quorum de maioria simples para realizar mudanças na Constituição, entre outras questões.

4-5-1977

O ministro Nei Braga considera o III Encontro Nacional dos Estudantes ilegal. No dia 12 desse mês, ele reafirma, em comunicado enviado a todas as universidades, a manutenção de legislação restritiva às entidades estudantis.

22-9-1977

A realização do III Encontro Nacional de Estudantes, proibido em maio pelo ministro da Educação, é impedida com a invasão da PUC-SP por 700 homens da PM e 200 agentes do Dops. Mil estudantes realizam um ato de protesto contra a repressão.

1-5-1978

Depois de um período de paralisia do movimento sindical ocorre uma greve dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo. Nesta ocasião o nome do presidente do sindicato, Luís Inácio da Silva, o Lula, é projetado nacionalmente.

17-10-1978

Emenda Constitucional nº 11:

- Extingue a autoridade do presidente para declarar o recesso do Congresso, cassar parlamentares ou privar cidadãos dos seus direitos políticos.
- Restabelece o habeas-corpus para as pessoas detidas por motivos políticos.
- Suspende a censura prévia dos meios de comunicação.
- Abole a pena de morte e prisão perpétua.
- Restaura parte da independência do Judiciário.

19-11-1978

Extinção da Comissão Geral de Investigações e revogação dos banimentos políticos.

29-12-1978

Nesta data o governo revoga os atos de banimento de 100 exilados políticos. O presidente Geisel orienta o Itamarati a facilitar a concessão de passaportes e títulos de nacionalidade a brasileiros que vivem fora do país por motivos políticos.

1-1-1979

Extinção do AI-5

12-3-1979

Ocorre uma nova greve dos metalúrgicos do ABC paulista comandada por Lula. A polícia apreende o jornal quinzenal “Em Tempo” com uma lista de 442 torturadores.

15-3-1979

Posse do general João Batista de Oliveira Figueiredo na Presidência da República, com Aureliano Chaves como vice-presidente.

23-3-1979

O governo intervém nos sindicatos metalúrgicos do ABC paulista e destitui seus dirigentes.

1-5-1979

Morre por afogamento o policial torturador Sérgio Fleury, em Ilhabela, São Paulo. A morte por afogamento ocorreu em condições suspeitas.

15-5-1979

A intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista é suspensa e os cargos são restituídos.

30-5-1979

A UNE realiza em Salvador o seu 31º Congresso, o primeiro após o AI-5.

22-8-1979

O projeto de Lei de Anistia é aprovado no Congresso por 206 votos contra 201. A anistia é decretada no dia 28.

## Anexo 2

### Principais dados quantitativos extraídos das dezoito entrevistas

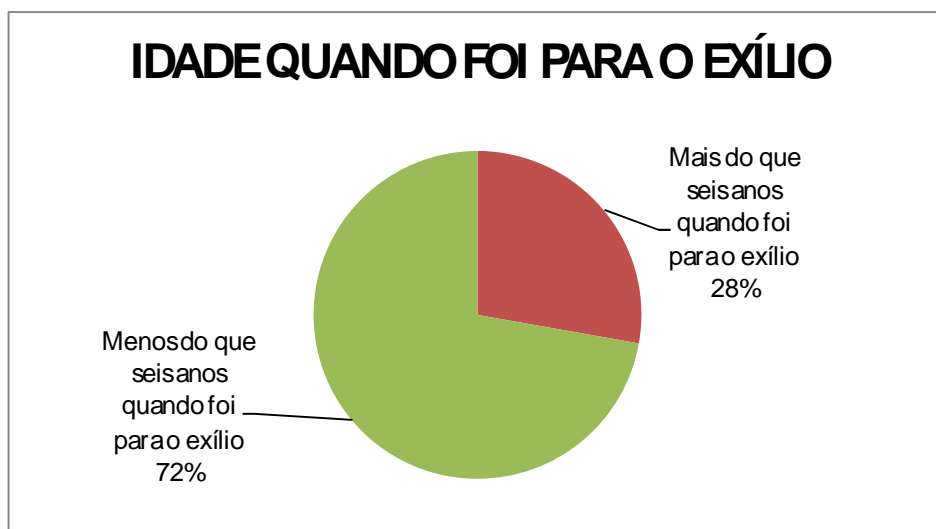


GRÁFICO 1



GRÁFICO 2

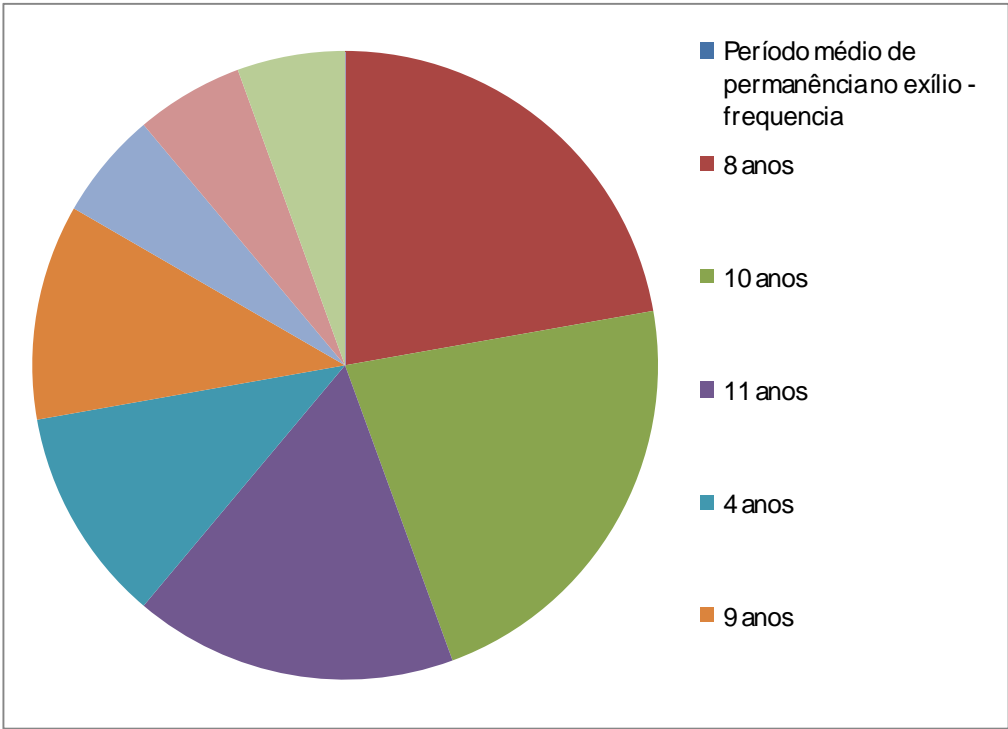


GRÁFICO 3



GRÁFICO 4

### PAÍS DE EXÍLIO

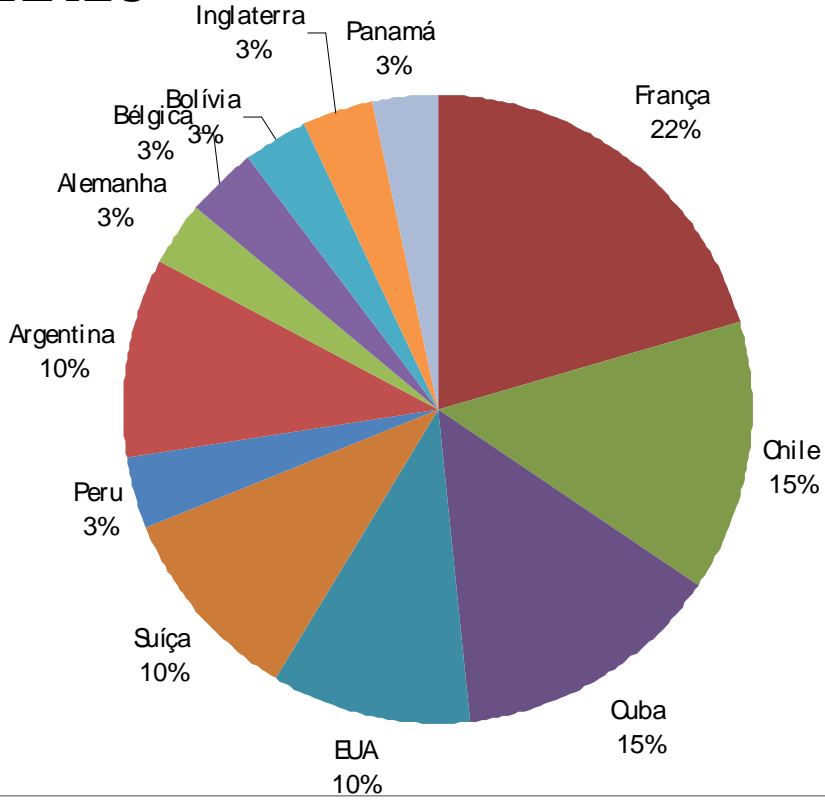


GRÁFICO 5

### QUEM FOI PARA O EXÍLIO?

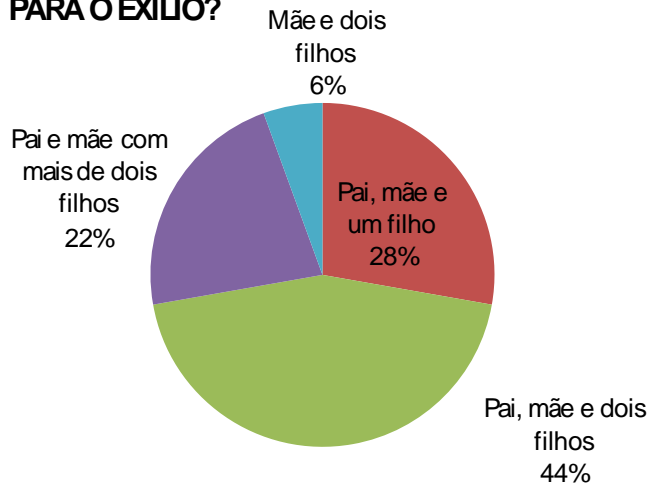


GRÁFICO 6



GRÁFICO 7

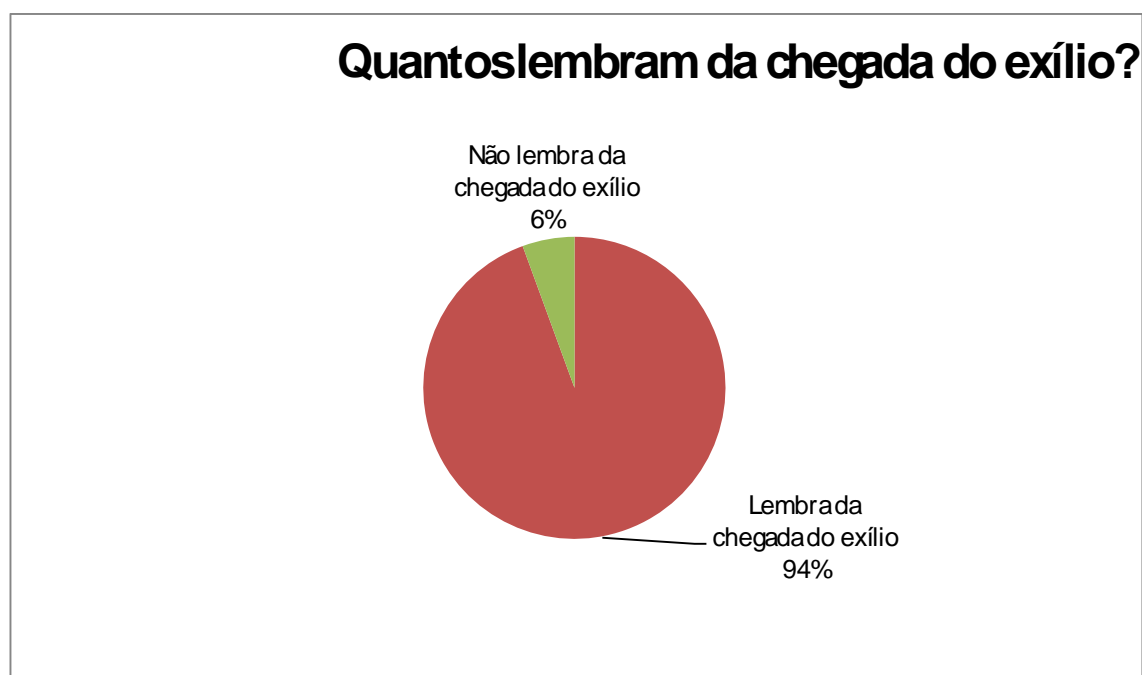


GRÁFICO 8

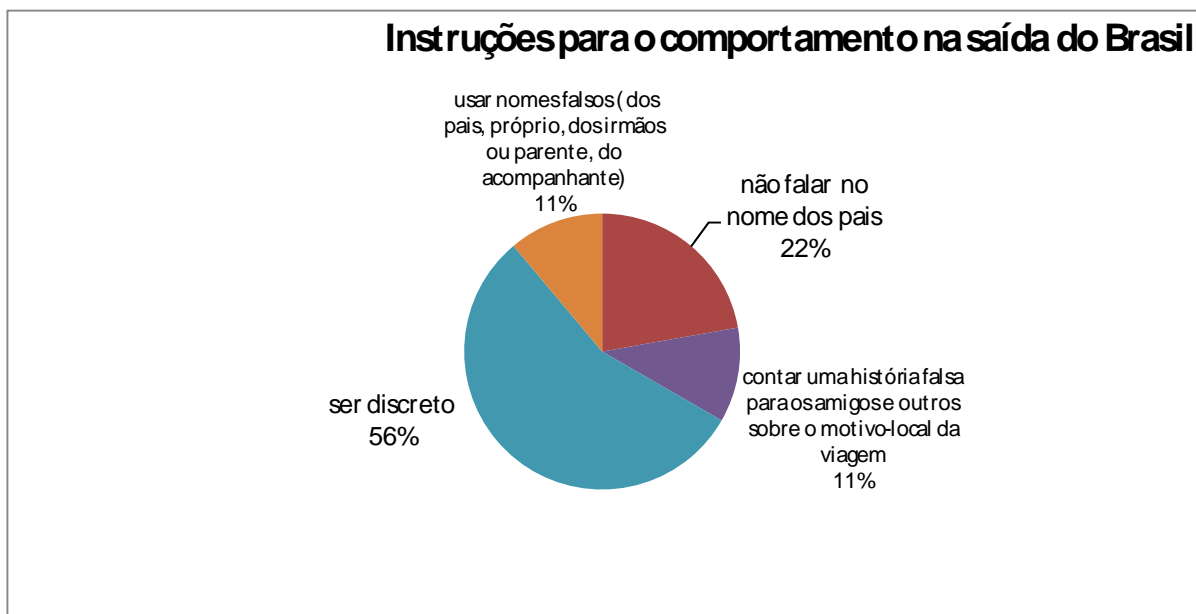


GRÁFICO 9



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)